UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

ALESSANDRA BLENGINI MASTROCINQUE MARTINS

**A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo: análise dos
elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento**

São Paulo

2015

ALESSANDRA BLENGINI MASTROCINQUE MARTINS

A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo: análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora no dia 28 de setembro de 2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:

Participação Política e Desenvolvimento Local

Orientador:

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Martins, Alessandra Blengini Mastrocinque

A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo : análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento / Alessandra Blengini Mastrocinque Martins ; orientador, Sidnei Raimundo. – São Paulo, 2015

177 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Turismo - Eldorado (SP). 2. Desenvolvimento local - Eldorado (SP). 3. Comunidades - Eldorado (SP). 4. Participação. 5. Quilombo Ivaporunduva - Eldorado (SP). 6. Turismo regional - São Paulo. I. Raimundo, Sidnei, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 910.98161

Nome: MARTINS, Alessandra Blengini Mastrocinque

Título: A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo: análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de concentração:

Participação Política e Desenvolvimento Local

Aprovado em: 28/09/2015

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Profa. Dra. Andrea Rabinovici

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira dos Santos

Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditam, se mobilizam, persistem e insistem no desenvolvimento do turismo no Vale do Ribeira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus queridos pais, Regina e William, por toda estrutura, apoio, amor e paciência nestes dois anos e meio de estudo e retorno à São Paulo.

Aos alunos maravilhosos das Etecs de Iguape e Registro que participaram do projeto de pesquisa “Experiências de Turismo de Base Comunitária do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil”, entre 2011 e 2012, que com muito empenho, competência e seriedade construíram um material riquíssimo que foi a base para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço, ainda, aos professores do Instituto de Psicologia da USP e da Etec de Iguape que também se envolveram nesse projeto. Este estudo também é certamente o resultado das nossas discussões e do que eu aprendi com vocês sobre educação, comunidades, autogestão, participação e identidade.

À coordenação da Associação Quilombo de Ivaporunduva e aos membros da equipe do grupo de turismo que abriram suas portas, foram meus professores e compartilharam comigo suas histórias, experiências, desafios e visões sobre o turismo. Obrigada pela oportunidade de aprender com vocês!

Ao meu querido amigo, Alessandro de Oliveira Santos, por acreditar no meu trabalho, por sempre me incentivar e pelas orientações fundamentais na qualificação.

Ao Major, pelas conversas sobre a pesquisa, pelas palavras de estímulo e, principalmente, por sempre me mostrar a realidade das comunidades do Vale do Ribeira.

Também agradeço aos membros do grupo de pesquisa “Territorialidades, Políticas Públicas e Conflitos na Conservação de Patrimônios”, meus novos amigos, Denise, Fabrício, Juliana, Paulo, Paulinha, Solange e Thalita, pelo sentimento de coletividade, pelas boas discussões e pelo apoio moral, técnico e científico. Em especial à amiga, Denise Scótolo, que me ajudou imensamente revisando os meus textos. Vocês alegraram o meu mestrado!

Por fim, agradeço ao meu orientador, Sidnei Raimundo, por me apresentar o mundo da teoria e pela liberdade no desenvolvimento desta pesquisa.

“O segredo da viagem não é apenas visitar. É deixar-se ser visitado pelo lugar.”

(COUTO, 2013, p. 344)

RESUMO

MARTINS, Alessandra Blengini Mastrocinque. **A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo**: análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento. 2015. 177 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Versão corrigida.

O turismo de base comunitária tem adquirido um papel relevante para alternativas de trabalho e renda de comunidades tradicionais localizadas em áreas naturais. Entretanto, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma oportunidade para estas localidades, a sua efetiva concretização também se coloca como um desafio. As experiências com essa prática ainda são pontuais e carecem de formulação de elementos ou critérios que analisem as condições do turismo como elemento transformador, melhorando a qualidade de vida dessas comunidades. Desta forma, esta pesquisa discute a viabilidade e a contribuição do turismo junto ao desenvolvimento de comunidades situadas em áreas naturais, por meio do estudo da experiência do Quilombo Ivaporunduva, localizado na região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo. A partir da análise do histórico e das características do turismo empreendido pela comunidade, foram identificados e discutidos os elementos-base para o desenvolvimento dessa atividade na localidade, tais como: a autonomia no território; a organização comunitária; a atuação das lideranças; a escolha do ecoetnoturismo; a busca de qualificação na área de turismo; bem como a demanda de visitantes. O método adotado foi o estudo de caso, com a utilização de fontes de informações como relatórios, entrevistas, observações em campo e pesquisas bibliográficas sobre a localidade e a temática envolvida no estudo. Destaca a importância da relação entre turismo e participação no Ivaporunduva, apresentando os agentes envolvidos na atividade turística, as formas e espaços de participação e decisão bem como a contribuição do turismo para a formação de uma consciência crítica dos visitantes. Também descreve, a partir do ponto de vista dos moradores entrevistados, em que bases o turismo se constitui em um instrumento para o desenvolvimento da comunidade, considerando aspectos como oportunidade de trabalho, melhoria da renda familiar e da qualidade de vida no bairro, valorização da cultura local e a conservação dos recursos naturais. Conclui-se que, no caso do Ivaporunduva, o turismo fortalece a gestão democrática local e, a partir da adoção de estratégias que consideram a inclusão, a história, a identidade e as vocações locais, contribui para a construção de uma vida digna para os moradores.

Palavras-chave: Turismo. Comunidades. Quilombo Ivaporunduva. Participação. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

MARTINS, Alessandra Blengini Mastrocinque. **The tourism experience at Ivaporunduva's quilombola area, Eldorado, São Paulo:** analysis of the elements responsible by its development. 2015. 177 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015. Corrected version.

The community based tourism, has a relevant role in developing alternative jobs and income in traditional communities located at natural areas. However, its concretization constitutes a challenge. The experiences with this practice are still very little and require the formulation of elements or criteria to examine the conditions of tourism as a transforming element, improving the quality of life of these communities. In this way, this work discusses the feasibility and the tourist contribution along with the development of communities located in natural areas, through the study of the experience of Maroon People -Quilombo Ivaporunduva-, located at the Ribeira Valley region at São Paulo State. From the analysis of the characteristics and the history of the tourism undertaken by the community, were identified and discussed the basic elements for the development of tourism in the locality, such as: the autonomy in the territory; the community organization; the leaders performances; the choice of eco and ethnic tourism; search for qualification in the area of tourism; as well as the demand of visitors. The method adopted was the case study, with the use of sources such as reports, interviews, observations in the field and bibliographic research on the location and the topic of the study. The importance of the relationship between tourism and participation in Ivaporunduva is highlighted by presenting agents involved in tourism activities, the ways and spaces of participation and decision-making as well as the contribution of tourism to the formation of a critical consciousness of the visitors. From the point of view of the residents interviewed, this work also describes, on what basis the tourism constitutes itself as an instrument for the community development, considering aspects such as employment opportunities, family income and life quality improvement, valorisation of local culture and the conservation of natural resources. It is concluded that, in the case of Ivaporunduva, the adoption of strategies by tourism practices that consider inclusion, history, identity and local vocations, strengthens the democratic local management and enables the construction of a dignified life for the local residents.

Key words: Tourism. Community. Ivaporanduva Quilombo. Participation. Local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa de localização da área de estudo	18
Figura 2 –	Vista aérea do Quilombo Ivaporunduva	34
Figura 3 –	Área de cultivo de banana orgânica	39
Figura 4 –	Visita à área de cultivo de banana orgânica	40
Figura 5 –	Comercialização de artesanato para os visitantes	40
Figura 6 –	Escola à direita e Posto de Saúde à esquerda	41
Figura 7 –	Centro comunitário e telecentro	42
Figura 8 –	Praça e Igreja	42
Figura 9 –	Pousada Comunitária	43
Figura 10 -	Informações sobre os cinco moradores entrevistados em 2014	82
Figura 11 –	Membros da equipe de turismo	105
Figura 12 –	Opções de atividades e atrativos turísticos	106
Figura 13 –	Grupo de alunos de escolas da região em visita ao Ivaporunduva	107
Figura 14 –	Divulgação do destino Quilombo Ivaporunduva no site da empresa UGGI Educação Ambiental	111
Figura 15 –	Divulgação da visita no quilombo dentro do roteiro “cavernas do Petar” no site da empresa Quiron Turismo Educacional.....	111
Figura 16 -	Quadro de elementos-base relacionados ao desenvolvimento do turismo presentes no Ivaporunduva	114
Figura 17 –	Espaços de participação e tomada de decisão com relação ao turismo na comunidade	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAMEL	Associação de Monitores Ambientais de Eldorado
AMOAMCA	Associação de Monitores Ambientais de Cananéia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio
CEPCE	Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo
CODIVAR	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
COMTURs	Conselhos Municipais de Turismo
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social do Vale do Ribeira
DADE	Departamento de Apoios ao Desenvolvimento das Estâncias
EAACONE	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - Vale do Ribeira
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
Esalq	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo
Etec	Escola Técnica
ETEANM	Escola Técnica Engenheiro Agrônomo Narciso de Medeiros
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IA-RBMA	Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
IBD	Associação de Certificação Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Socioambiental
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LTDS	Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação

MEI	Microempreendedor Individual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOAB	Movimento dos Ameaçados por Barragem
MTUR	Ministério do Turismo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PETAR	Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira
PIB	Produto Interno Bruto
PROMUSPP	Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SCELISUL	Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE/SP	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
SEPPIR	Secretaria Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial
SESC-SP	Serviço Social do Comércio de São Paulo
SMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SUTACO	Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
UCs	Unidades de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wide Fund for Nature
WWF-Brasil	World Wide Fund for Nature Brasil
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução	14
Capítulo 2 – Contexto regional da área de estudo	18
2.1 O Vale do Ribeira.....	18
2.2 O Turismo no Vale do Ribeira	26
2.3 O Quilombo Ivaporunduva: aspectos gerais	34
Capítulo 3 – Abordagem teórico-conceitual: participação, desenvolvimento local e turismo	44
3.1 Participação e organização comunitária	44
3.2 Desenvolvimento local	51
3.3 Relação turismo, participação e desenvolvimento local	58
3.4 Características, desafios e potencialidades do turismo de base comunitária	64
3.4.1 <i>Turismo de base comunitária no Brasil</i>	73
3.5 Turismo como espaço de interações socioculturais e aprendizagem.....	76
Capítulo 4 – Procedimentos metodológicos	79
Capítulo 5 - Quilombo Ivaporunduva: território de recursos, identidade, poder, articulação e desenvolvimento	85
5.1 O valor do território para os quilombolas do Ivaporunduva	85
5.2 Organização comunitária no Quilombo Ivaporunduva	89
5.3 Educação como estratégia de desenvolvimento no Ivaporunduva	95
Capítulo 6 – A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva.....	99
6.1 Histórico e forma de organização.....	99
6.2 Elementos-base do desenvolvimento do turismo no Quilombo Ivaporunduva.....	113
6.2.1 <i>Elementos-base para o desenvolvimento do turismo de base comunitária de forma satisfatória</i>	115
6.2.2 <i>Elementos que evidenciam a relação entre a participação e turismo no Ivaporunduva</i>	132
6.2.3 <i>Elementos que evidenciam a promoção do desenvolvimento local no Ivaporunduva</i>	142
6.2.4 <i>Elementos que evidenciam a relação entre o desenvolvimento local e o turismo no Ivaporunduva</i>	152
7. Considerações finais	160
Referências	167
Apêndice A - Roteiro de entrevista para comunitários.....	175

1. Introdução

O meu interesse pela realização desta pesquisa partiu de uma grande inquietação profissional e uma vontade de aprofundar a discussão e a compreensão sobre a viabilidade do turismo de base comunitária como alternativa socioeconômica para comunidades localizadas em áreas naturais. Desta forma, a discussão que proponho nessa dissertação baseia-se em duas questões norteadoras: (1) Em quais contextos o turismo de base comunitária está mais propício a sua concretização? (2) Quais elementos são estruturantes para que o turismo se desenvolva de forma profícua para a comunidade?

Esse questionamento se deu a partir das dificuldades vivenciadas por mim durante os 17 anos em que atuei, ora por meio de organizações não governamentais, ora no poder público local e ora em instituição de ensino, sempre junto a projetos de desenvolvimento do turismo em comunidades formadas por seringueiros, caçaras, ribeirinhos, indígenas ou agricultores, principalmente na região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo. Meu conhecimento sobre os desafios impostos e sobre as dificuldades encontradas por outras comunidades, por organizações não governamentais e pelo governo para o fomento do turismo em comunidades no Brasil, também contribuiu para essas indagações.

Sendo assim, esse estudo trata da análise da experiência de desenvolvimento do turismo em uma comunidade quilombola, o Quilombo Ivaporunduva, localizado no município de Eldorado, região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

A escolha desta comunidade foi baseada na presença de evidências de sucesso da atividade turística que foram identificadas a partir dos dados coletados na pesquisa intitulada “Experiências de turismo de base comunitária do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil”, desenvolvida, entre 2011 e 2012, por meio da parceria entre as Escolas Técnicas de Iguape¹ e de Registro, o Instituto de Psicologia da USP e o Programa de Pré-Iniciação Científica da USP.

Cabe esclarecer que como coordenadora e docente do Curso Técnico em Turismo Receptivo da Etec de Iguape na época, participei da concepção do projeto e da equipe de coordenação desta pesquisa. Também atuei como professora supervisora, orientando o trabalho de pesquisa de alunos envolvidos no projeto.

Como resultado da pesquisa citada, foram identificadas evidências de sucesso referentes ao turismo no Ivaporunduva, tais como: o gerenciamento coletivo da atividade por

¹ Escola Técnica Engenheiro Agrônomo Narciso de Medeiros (Iguape/SP).

meio da associação local; o turismo trabalhado como alternativa de renda complementar às demais atividades realizadas pela comunidade; o entendimento sobre a necessidade de oportunizar a todos o envolvimento na atividade turística; a distribuição, entre os moradores, dos benefícios e dos recursos financeiros gerados a partir do turismo; a existência de normas de ordenamento da visitação e regras para a atuação visando o bem-estar da comunidade local e a conservação ambiental; a contribuição para um fundo monetário comunitário com recursos advindos da atividade turística; o fluxo constante de visitantes.

Inicialmente, considerei como hipóteses para o sucesso do turismo no Ivaporunduva os seguintes aspectos: a articulação e mobilização política; a organização comunitária; a presença de lideranças com visão estratégica; a existência de espaços de participação; o planejamento de ações de forma participativa; a identidade cultural coletiva fortalecida. A construção destas hipóteses também se deu a partir dos resultados da pesquisa citada anteriormente.

A escolha do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) para realizar a minha pesquisa ocorreu a partir da percepção de que as hipóteses citadas vinculam fortemente a organização do turismo no Ivaporunduva à participação. Além disso, a possibilidade do estudo sobre a contribuição da atividade turística para uma transformação social local também me pareceu interessante. Como participação e transformação social necessitam ser estudados a partir de uma visão interdisciplinar e trazem à tona a temática do PROMUSPP, acredito que foi uma opção adequada.

Diante deste contexto, este estudo teve como objetivos: (i) aprofundar a pesquisa sobre os elementos que dão base para que o turismo se desenvolva de forma satisfatória à comunidade no Quilombo Ivaporunduva, trazendo à luz os caminhos percorridos pelos seus moradores; (ii) investigar de que forma a participação contribuiu ou contribui para o desenvolvimento do turismo nesta comunidade; (iii) identificar se e como o turismo colabora para a efetividade do desenvolvimento local na comunidade, considerando a realidade e o ponto de vista da comunidade.

O método escolhido para esta pesquisa foi o estudo de caso, e apresento, portanto, os resultados de um estudo empírico, apoiado por referenciais teóricos, sobre uma área geográfica bem definida, o Quilombo Ivaporunduva. Intento descrever e explicar porque e como o turismo de base comunitária, um fenômeno contemporâneo, se desenvolve nesta localidade. Considerando que a realidade é dinâmica e está em constante transformação, cabe dizer que este estudo retrata um período da experiência de turismo do Ivaporunduva.

Como fontes de evidências utilizei as informações, as entrevistas e os relatórios resultantes da pesquisa “Experiências de turismo de base comunitária do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil”. A fim de complementar a coleta de dados, também realizei entrevistas semi-estruturadas junto às lideranças e às pessoas que atuam com turismo na comunidade, e participei de atividades de observação em campo e de acompanhamento de grupos de visitantes.

Os resultados apresentados revelam, portanto, a percepção dos comunitários que se envolveram diretamente na pesquisa por meio das entrevistas e conversas em campo ou em outras atividades, como palestras em eventos. Além disso, os resultados expõem muito da minha visão e da minha interpretação sobre essa experiência e sobre os referenciais teóricos estudados e dessa forma, se constituem em um recorte da realidade.

O caminho percorrido para esta pesquisa teve como norte o estudo de caso em si, a partir da história do Ivaporunduva e da observação e reflexão sobre a experiência de turismo da localidade, procurei identificar as bases teóricas que poderiam auxiliar de forma apropriada a explicação do fenômeno analisado, sobretudo, aquelas apresentadas durante as disciplinas cursadas no programa de mestrado.

Cabe dizer que não foi um processo fácil. A análise teórica se estabeleceu como um grande desafio para mim, uma vez que eu não tinha experiência com relação a isso. A evolução do mestrado também se apresentou como um trabalho muito solitário, o que me incomodou bastante, pois estou acostumada e gosto de desenvolver trabalhos em equipe. Além disso, apesar da gentileza e disponibilidade dos moradores do Ivaporunduva em contribuir com as entrevistas, nunca me senti tão distante da comunidade no desenvolvimento de um trabalho. Ademais, a coordenação da Associação Quilombo de Ivaporunduva tem uma postura bem firme e não facilita para pesquisador, pelo menos no meu caso. Talvez essa relação de proximidade ainda possa ser construída.

Essa dissertação está organizada em 5 capítulos, além da introdução e das considerações finais. O capítulo 2 apresenta o histórico do Vale do Ribeira e os aspectos relacionados ao turismo na região e, portanto, o contexto no qual a experiência de turismo do Ivaporunduva se insere. Também expõe as características gerais do Quilombo por meio da história, das atividades produtivas, dos serviços básicos e da infraestrutura local. No Capítulo 3 são abordados, teoricamente, os temas participação e desenvolvimento local, considerados fundamentais para a compreensão do turismo construído na comunidade. Este capítulo trata ainda da relação entre turismo, participação e desenvolvimento local e apresenta as

características, desafios e potencialidades do turismo de base comunitária, sobretudo no Brasil. O capítulo 4 explica os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O Capítulo 5 apresenta os resultados relacionados ao valor do território, à organização comunitária e à identidade quilombola no Ivaporunduva. No Capítulo 6 a experiência de turismo do Ivaporunduva é descrita e são discutidos os elementos-base do desenvolvimento desta atividade na comunidade, identificados por esta pesquisa.

Por fim, almejo com os resultados deste estudo, contribuir “um pouco” para a ampliação do conhecimento sobre turismo de base comunitária. Esse tema complexo necessita ser mais bem compreendido, pois possui potencial para colaborar com o desenvolvimento socioeconômico no Brasil, país que conta ainda com áreas naturais significativas nas quais encontram-se populações à margem do desenvolvimento econômico e do acesso aos direitos sociais.

Pretendo, também, disponibilizar os resultados da pesquisa para as comunidades e demais instituições que se interessam por esta atividade. No entanto, tenho ciência de que essa contribuição dependerá da forma como os resultados serão divulgados. Pretendo ainda contribuir para divulgação e valorização da experiência de turismo do quilombo Ivaporunduva a fim de confirmar e reafirmar que comunidades tradicionais são capazes de gerir o território onde vivem e que merecem o reconhecimento com relação à contribuição que dão para a conservação dos recursos naturais nacionais bem como para a construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos.

Capítulo 2 – Contexto regional da área de estudo

2.1 O Vale do Ribeira

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo

Elaboração: Daniel Nery, 2015.

O Vale do Ribeira situa-se ao sul do Estado de São Paulo e a oeste do Paraná (fig. 1). A porção paulista é formada por 23 municípios² e abrange uma área total de 17.053,10 km²³ distribuída em sub-regiões a partir da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, denominadas Baixo, Médio e Alto Ribeira e que compreendem desde a zona costeira, onde localiza-se o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida até a região da Serra de Paranapiacaba.

A região encontra-se entre São Paulo e Curitiba, duas importantes capitais brasileiras, e é cortada pela BR 116 - Rodovia Régis Bittencourt⁴, privatizada no ano de 2008 e em fase

² Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juitituba, Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

³ Informação identificada após a soma da área territorial dos 23 municípios. Censo IBGE 2010.

⁴ Gerenciada pela empresa Autopista Régis Bittencourt, concessionária do grupo espanhol Obrascon Huarte Lain S/A (OHL).

final de duplicação. Possui acesso via litoral sul, pela Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, e pelo interior do Estado, a partir dos municípios de Juquiá e Apiaí.

O histórico de ocupação do Vale do Ribeira, de acordo com estudos arqueológicos, remonta há 4.000 anos a.C. e 1.000 d.C., com a presença de grupos de coletores, formadores dos sambaquis⁵. A colonização da região teve início em 1531, com a fundação de Cananéia, por Martim Afonso de Souza (BERNINI, 2009). Ainda no início da colonização portuguesa, no século XVI, a exploração do ouro de aluvião tornou-se central na região, o que fomentou o surgimento de diversos povoamentos ao longo dos rios, como é o caso de Xiririca, que veio a se tornar o município de Eldorado. O apogeu da atividade mineradora ocorreu em meados do século XVIII e o seu declínio se deu a partir da escassez do ouro de aluvião e da descoberta de ouro em Minas Gerais (BERNINI, 2009). No início do século XIX, o cultivo de arroz despontou como a principal atividade econômica em decorrência da geografia regional, que apresentava as condições ideais para o seu cultivo e “nesse período, Iguape transforma-se no maior produtor e exportador de arroz do Brasil” (BERNINI, 2009, p. 10). O declínio desta atividade ocorreu na segunda metade do século XIX, tendo como um dos fatores a abertura do Canal do Valo Grande, intervenção efetuada com o propósito de reduzir o caminho de deslocamento do arroz para exportação – via canoas e barcos – até o porto de Iguape. Entretanto a obra resultou no assoreamento do Mar Pequeno, prejudicando o acesso de navios.

De acordo com Diegues, “a decadência da monocultura de arroz significou não somente um empobrecimento regional como a desestruturação da forma de organização da população baseado no trabalho escravo” (2007, p. 11). Consequentemente, diante do contexto de “decadência do sistema produtivo do arroz, extinção da possibilidade de mineração e marginalização em relação à economia cafeeira” (BERNINI, 2009, p. 10), o Vale do Ribeira transformou-se “em uma região do Estado de São Paulo considerada atrasada e estagnada economicamente” (BERNINI, 2009, p. 10). Neste período, restou à população local subsistir por meio da agricultura e da extração de recursos naturais (BERNINI, 2009).

A marginalização com relação às políticas de desenvolvimento e à condição de isolamento geográfico do restante do Estado de São Paulo permitiu a reprodução social e cultural de agrupamentos localizados na área rural e em meio à Mata Atlântica. Distribuídos pelos diversos municípios da região, essas populações são atualmente conhecidas como

⁵ “Os sambaquis são formados pelo acúmulo de materiais orgânicos e inorgânicos, como moluscos, conchas, ossos e objetos de valor arqueológico”. (BERNINI, 2009, p. 09)

comunidades tradicionais⁶, denominadas, mais especificamente, de acordo com características étnicas, históricas e geográficas como quilombolas, caiçaras e ribeirinhos. Esses grupos sempre tiveram e/ou ainda têm seus modos de vida baseados nas práticas das gerações anteriores, na agricultura de subsistência e no uso direto dos recursos naturais (DIEGUES, 2007; PUPO, 2009).

Nessa região também vivem indígenas Guaraní que se caracterizam por movimentos migratórios e cujas últimas levas chegaram ao Vale do Ribeira há cerca de 20 anos. A região conta também com descendentes de japoneses que imigraram para o Brasil no início do século XX.

A região do Vale do Ribeira e do litoral é de grande diversidade cultural, nela encontrando-se *povos indígenas* como os Guaranis, os *caiçaras*, descendentes dos índios, sobretudo dos Carijós, colonizadores portugueses e escravos negros, *caipiras*, no Alto e Médio Ribeira, além de inúmeros núcleos *quilombolas*, remanescentes da mão-de-obra escrava usada nas monoculturas e na mineração e de caipiras, existentes, sobretudo no Médio e Alto Ribeira. A esses grupos humanos vieram se juntar, mais tarde, outros *migrantes europeus* como suíços, franceses, alemães, italianos, também norte-americanos e japoneses (DIEGUES, 2007, p. 04).

Sobre a formação dos agrupamentos de negros, Giacomini (2009) afirma que são diversas as origens dos quilombos no Vale do Ribeira

as comunidades de quilombos São Pedro, Galvão e Pedro Cubas formaram-se a partir do apossamento de terras por homens escravizados em situação de fuga. Ivaporunduva tem sua origem em área de mineração cuja proprietária doou as terras à igreja e alforriou seus antigos escravos. Pilões e Maria Rosa [Quilombos] eram áreas de mineração onde o nível de violência, ainda no período escravocrata, fez com que os brancos se retirassem do lugar. Nhunguara formou-se a partir da compra de uma posse e posterior apossamento de áreas no entorno. Mandira, localizada em Cananéia, no litoral do vale, originou-se a partir da doação de terras pela filha de um fazendeiro a um meio irmão, nascido da união entre esse mesmo fazendeiro e uma de suas escravas. Já em Iguape, os moradores de Morro Seco não fazem referências a antepassados que tenham sido escravos ou fugitivos da escravidão (GIACOMINI, 2009, p. 20).

Vale informar que o isolamento destes grupos nunca foi total. Pesquisas indicam que estas comunidades sempre se relacionaram com o exterior

Estudos mais recentes sobre quilombos no Brasil mostram que os mesmos, ao contrário de se configurarem como grupos isolados social e geograficamente, estavam inseridos numa ampla rede de relações sociais e econômicas formada em conjunto com determinados setores da sociedade que tinham interesse em sua permanência, sobretudo os comerciantes locais (GIACOMINI, 2009, p.19).

⁶ O termo comunidades tradicionais é utilizado pela academia, instituições públicas e organizações não governamentais para caracterizar moradores que vivem em áreas mais isoladas, predominantemente em meio ao ambiente natural, e que mantêm, em diferentes graus, modos de vida baseados na experiência e vivência de gerações anteriores. Já para os moradores dessas comunidades, dificilmente existe esta denominação ou mesmo a compreensão do conceito de comunidade tradicional. Somente para aqueles que, por integrarem movimentos de luta por seus direitos, passam a utilizar esta denominação no diálogo com o poder público, empresas e organização governamentais, mas não entre os seus pares.

Entre os anos de 1930 e 1940, como aponta Queiroz (2006), o governo paulista definiu um projeto de colonização para a região, voltado para a especialização comercial da agricultura, em especial, a bananicultura e a agropecuária, com o objetivo de “promover o progresso de uma área considerada “decadente” e “vazia”” (p. 76).

A especialização comercial, no novo modelo de colonização oficial, cumpriu um papel transformador e a estrutura econômico-social da agricultura da região foi-se modificando na direção proposta, de modo que, com o correr dos anos, se expandiram as lavouras permanente, notadamente a bananicultura e a teicultura. Avanço notável teve ainda a pecuária bovina extensiva, realizada em grandes propriedades com pouco aporte de capital (QUEIROZ, 2006, p. 72).

Ainda de acordo com o autor, o desenvolvimento desse projeto “combinava formas de integração/exclusão de parcelas da população trabalhadora” (QUEIROZ, 2006, p. 78). Como resultado nos anos posteriores, houve a integração a esse projeto de grupos como os imigrantes japoneses, entretanto o mesmo não aconteceu com os “segmentos populacionais com marcadas diferenças de modos culturais de vida que as políticas públicas não procuraram acomodar, mas antes eliminar” (QUEIROZ, 2006, p. 82). Consequentemente não resultou, como se pretendia, na incorporação do Vale do Ribeira ao mesmo patamar de desenvolvimento que o restante do estado de São Paulo (QUEIROZ, 2006). Entretanto, certamente, foi essencial para a região tornar-se uma das maiores produtoras de banana do Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios de Cajati, Sete Barras, Juquiá, Miracatu, Eldorado, Itariri e Jacupiranga encontravam-se, no ano de 2004, entre os dez maiores produtores de banana do país (LIMA; MEGLIORINI; CARMO, 2009).

Paralelamente, o modelo de relação de uso da natureza estabelecido pelas populações tradicionais permitiu a conservação de uma expressiva porção do bioma Mata Atlântica⁷ no Vale do Ribeira.

Diante deste cenário, a partir da década de 1960 – período da Ditadura Militar – iniciou-se na região a transformação de áreas de Mata Atlântica em Unidades de Conservação⁸ (UCs), por meio da criação de leis federais e estaduais. Com o objetivo “aparente” de preservar a natureza, pretendia-se, principalmente, o controle dessas áreas pelo

⁷ A Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, que se estendiam originalmente por aproximadamente 1.300.000 km² em 17 estados do território brasileiro. Hoje os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica> Acesso em: 12 de abril de 2014.

⁸ Entre as categorias de UCs presentes na região estão: Áreas de Proteção Ambiental, Estações Ecológicas, Parques Estaduais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas.

Estado, considerando inclusive a necessidade de reserva de recursos naturais para futuro uso capitalista, que se efetiva no presente, diante dos processos de terceirização e privatização em curso nestas áreas bem como da criação da política de pagamento por serviços ambientais (BERNINI, 2015; SILVA, 2012). Desta forma, essas UCs passaram a sobrepor às áreas de moradia e de uso das comunidades tradicionais, que tinham (e muitas ainda têm) uma situação fundiária frágil, com o predomínio da posse. Como consequência da criação dessas UCs, as práticas tradicionais destas populações passaram a ser consideradas crimes ambientais. Cabe ressaltar que o processo de criação de UCs no Brasil e no Estado de São Paulo se prolonga até os dias atuais, sendo que, a grande maioria, foi e ainda é criada sem estudos prévios e desconsidera a localização e as atividades desenvolvidas pelas comunidades locais (SILVA, 2012).

Neste contexto de áreas naturais protegidas, em 1991, o Vale do Ribeira passou a integrar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Atualmente, cerca de 60% da área total da região está sob a influência direta da legislação ambiental e, para tanto, foram criadas 38 unidades de conservação, o que evidencia a responsabilidade atribuída ao Vale do Ribeira com relação à conservação ambiental (BERNINI, 2015).

A partir da Constituição Federal de 1988, foi reconhecido aos quilombolas o direito sobre as terras que habitam⁹, portanto, áreas ocupadas tradicionalmente por comunidades negras -que também contam com porções de Mata Atlântica bem preservadas, muitas inclusive no interior de unidades de conservação- foram ou estão sendo transformadas em territórios quilombolas, não sem muita luta e articulação por parte dos moradores. Na mesma situação encontram-se as reservas indígenas Guarani¹⁰. De acordo com os dados do ITESP¹¹, foram identificados 66 remanescentes de quilombo no Vale do Ribeira (BERNINI, 2015) e segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), situam-se na região 13 aldeias indígenas¹². Essas áreas encontram-se em diferentes estágios de regularização fundiária e titulação.

⁹ A Constituição Brasileira de 1988 define no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

¹⁰ A Constituição Brasileira de 1988 define no Art. 231 que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

¹¹ Órgão do governo do Estado de São Paulo responsável pelo reconhecimento, regularização fundiária e apoio às comunidades quilombolas.

¹² Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 05 de abril de 2014.

Diante da conjuntura de desenvolvimento das outras regiões do Estado de São Paulo e da necessidade de conservação ambiental, coube, à população da região a tarefa da conservação ambiental, essa ditada por leis que afetam diretamente os meios de subsistência e criminalizam essas populações. Portanto, a marginalização com relação ao desenvolvimento do Estado de São Paulo e a implementação da legislação ambiental, principalmente de unidades de conservação, da forma como foi conduzida na região, resultaram em um cenário no qual as comunidades locais “pagam um alto preço”, que inclui mudanças no seu modo tradicional de vida, a fim de beneficiar populações localizadas em outras regiões de São Paulo. Como resultado, verifica-se, até os dias atuais, grande dificuldade de acesso da população local aos direitos constitucionais como moradia, educação, saúde e trabalho (AMÉRICO, 2013), baixos índices de desenvolvimento econômico e social e conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais. Com as novas crises ambientais, como a escassez de água para o abastecimento da cidade de São Paulo e a necessidade de energia elétrica, os prejuízos para essas comunidades poderão ser intensificados ainda mais.

Cabe destacar aqui que o compromisso com a conservação da natureza por parte destas comunidades extrapola a limitação das suas práticas diárias devido às restrições impostas pela legislação, inclui grande mobilização pelo direito a vida e a um modo de vida, como a luta travada há anos pela não construção das barragens no rio Ribeira de Iguape. Silva (2011) explica que para lutar contra essa ameaça, as populações tradicionais, em especial as comunidades quilombolas, se organizaram e criaram o Movimento dos Ameaçados por Barragem (MOAB). De acordo com o MOAB

Desde o final dos anos 1980, as comunidades de remanescentes de quilombo do Vale do Ribeira vêm lutando contra a construção de barragens no Rio Ribeira do Iguape. Se construídas, vastas áreas de Mata Atlântica serão inundadas, causando sérios prejuízos ambientais, sociais e culturais à região. Terras ocupadas por comunidades quilombolas e por pequenos agricultores serão cobertas por água. O importante patrimônio espeleológico encontrado no local (cavernas) e parte das unidades de conservação também se encontram ameaçadas pela inundação. O estudo de inventário hidroelétrico da Bacia do Rio Ribeira do Iguape prevê a construção de quatro hidroelétricas: Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal. Se todas forem construídas, uma área de aproximadamente 11 mil hectares será inundada. A primeira hidroelétrica a ser construída seria Tijuco Alto, um empreendimento do Grupo Votorantim. Planejada para gerar 155 MW de energia, ela atenderia exclusivamente aos interesses da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), uma empresa desse grupo empresarial que detém um complexo metalúrgico localizado no município paulista de Mairinque. Para lutar contra esses projetos de barragens, as comunidades quilombolas da região começaram a se organizar. Em conjunto com outras comunidades locais e com o apoio de diversas organizações não-governamentais, criaram o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), em abril de 1991.¹³

¹³ Disponível em: < http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/sp/ribeira/ribeira_barragens.html > Acesso em: 25 de abril de 2015.

Os municípios do Vale do Ribeira possuem baixa densidade demográfica, com uma média de 28,28¹⁴ habitantes por km² e estima-se que a região possua 365.189¹⁵ habitantes. Ademais, alguns municípios ainda apresentam uma ocupação rural significativa quando comparada a outros municípios do Estado; entre eles pode-se citar Barra do Chapéu com 71% dos habitantes na área rural, Eldorado com 51%, Miracatu com 49% e Jacupiranga com 46%¹⁶.

Desta forma, pode-se afirmar que as pequenas propriedades rurais também são expressivas na região. De acordo com o Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, entre 2007 e 2008, 7.874¹⁷ propriedades do Vale do Ribeira estavam no enquadramento de áreas de agricultura familiar, entendidas como propriedade de até 50 hectares.

Além disso, França (2005) expõe em seu estudo que os municípios da região com maior concentração populacional na área urbana possuem atividades econômicas responsáveis pela atração dos moradores para as sedes das cidades. Neste aspecto destaca: “a industrialização em Cajati e Registro” (p. 104); o comércio regional e faculdades localizadas em Registro; o turismo de veraneio em Cananeia, Iguape e Ilha Comprida; “os serviços básicos públicos voltados à saúde disponibilizados pelo município de Pariqueira-Açú, que centraliza o Hospital Regional do Vale do Ribeira” (p. 104).

Cabe ainda dizer que a oferta e gestão dos serviços públicos da região são deficitárias, tanto do ponto de vista federal, quanto estadual e local. Como expõe Santos (2004)

Em geral, os governos do Estado e Federal investem em infra-estrutura (saneamento básico, rede elétrica, Educação e Saúde) de acordo com o grau de importância econômica que determinada região adquire. Dentro desta lógica, a menos que ocorra uma mudança política, as regiões historicamente pobres e com limitado grau de relações econômicas estão fadadas à condição de pobreza e carência de recursos básicos (p. 50).

Portanto, diante do processo histórico regional, que apresenta o nascimento das atividades econômicas do Vale do Ribeira por meio de ciclos econômicos de grande riqueza, que tiveram como base fundamental de produção a mão de obra escrava, e a situação de pobreza econômica que ainda hoje persiste, não é possível deixar de estabelecer uma relação entre a realidade da região e os efeitos econômicos e sociais relacionados aos principais ciclos econômicos brasileiros discutidos por Furtado (2007) e Salomão Filho, Ferrão e Ribeiro

¹⁴ Informação identificada a partir do Censo IBGE 2010.

¹⁵ Informação identificada após a soma da população dos 23 municípios. Censo IBGE 2010.

¹⁶ Informação identificada a partir do Censo IBGE 2010.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

(2006). A análise de Salomão Filho, Ferrão e Ribeiro (2006) aponta a perpetuação das estruturas econômicas de drenagem, criadas no Brasil Colônia e presentes até hoje por meio de monopólios, como o entrave ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil e a manutenção do *status quo*. Ainda segundo os autores, essas estruturas econômicas criadas, alimentadas e reformuladas através da concentração de renda, da drenagem de recursos por meio de monopólios, da retirada de recursos do mercado de trabalho e da dependência externa para venda e para a compra de produtos, não permitiram a criação de um mercado consumidor dinâmico no Brasil, apontado por Furtado (2007) como determinante para o desenvolvimento econômico. Este cenário parece uma resposta para compreender a história e a situação atual dos municípios do Vale do Ribeira.

Furtado (2007) enfatiza, ainda, a importância do trabalho assalariado como um estimulador de fluxo e de distribuição da renda e como responsável pela criação e pelo fortalecimento do mercado interno, o que permite impulsionar o desenvolvimento econômico de uma região, estado ou país. Este contexto permite avaliar que a criação de um mercado interno de consumidores no Vale do Ribeira foi e ainda é deficitária, uma vez que até hoje o trabalho assalariado e a oportunidade de renda é uma realidade muito limitada na região, resultando na migração da maior parte dos jovens para capitais como São Paulo e Curitiba a fim de procurar oportunidades de trabalho (MASSOLA, *et al.*, 2012).

Somam-se, ainda, a precariedade da capacidade técnica e de gestão, principalmente nas prefeituras municipais, a não valorização da riqueza cultural e do conhecimento presente nas comunidades locais e a identificação da região como “estoque” de recursos naturais. Tal conjuntura desenha um cenário desafiador do ponto de vista da construção de possibilidades efetivas para o desenvolvimento local e regional.

2.2 O Turismo no Vale do Ribeira

Em um cenário como o Vale do Ribeira, formado por grande diversidade cultural, mata atlântica preservada, expressivo patrimônio histórico e arqueológico, cerca de 150 km de área costeira e grande quantidade de rios, cachoeiras e cavernas, certamente o turismo se apresenta de forma promissora e capaz de propiciar inúmeras atividades e oportunidades para empresários, moradores e visitantes.

Todavia, observa-se que o caminho entre a oferta diversificada de atrativos turísticos e a viabilização do turismo de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento regional e para a melhoria da qualidade da população local é longo e, especialmente no Brasil, difícil de ser trilhado.

No caso do Vale do Ribeira é possível afirmar que apesar do turismo estar presente, esta atividade ainda não se consolidou como uma alternativa efetiva de desenvolvimento. Até o momento a região nem mesmo é conhecida e reconhecida como um destino turístico importante do Estado de São Paulo e, por consequência, recebe um fluxo de visitantes bastante inferior ao seu potencial (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003; MARTINS, 2009).

A visitação turística mais significativa concentra-se em alguns municípios como: Cananéia, que tem como principais atrativos a Ilha do Cardoso e o Estuário Lagunar do Mar Pequeno, ambos muito procurados para atividades de estudo do meio, contato com a natureza e pesca amadora; Iporanga e Apiaí devido à visitação nas cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira e Ilha Comprida, destino que recebe grande número de visitantes durante o verão, principalmente moradores do interior de São Paulo (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003).

Cabe ressaltar que muitos dos principais atrativos turísticos da região situam-se em áreas públicas administradas, sobretudo, pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), por meio dos núcleos de visitação dos parques estaduais, que são importantes indutores de fluxo turístico. Também existem atrativos gerenciados pelas prefeituras municipais como parques e museus (MARTINS, 2009). Neste sentido, é marcante a influência do Estado na gestão dos espaços turísticos, o que pode ser considerado um complicador para o desenvolvimento do turismo na região, uma vez que a administração pública, tanto no nível local quanto estadual, como mencionado anteriormente, é deficitária (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003). Essa situação compromete a viabilização da estrutura física e ações para a melhoria do atendimento ao visitante, seja o morador ou o turista, bem como a promoção e divulgação do destino; estas duas últimas atividades não habitualmente priorizadas e

valorizadas pelo governo. Em alguns municípios já existem atrativos turísticos de propriedade privada, mas ainda em pequeno número.

A região também se destaca pela concentração de diferentes opções de atrativos e atividades em localidades muito próximas umas das outras, o que permite aos turistas combinações interessantes e diversificadas como, por exemplo, conhecer em uma mesma viagem a região costeira, e também ascender a serra para visitar cavernas (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003).

A maior parte dos equipamentos turísticos são, predominantemente, empreendimentos familiares de pequeno porte, com oferta de serviços bem simplificados e que necessitam de aprimoramento com relação ao atendimento, gestão administrativa e divulgação (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003). Entre os meios de hospedagem predominam os pequenos hotéis, pousadas, apartamentos para locação, pesqueiros¹⁸ e acantonamentos. A maior parte dos proprietários desses meios de hospedagem mora em grandes cidades como São Paulo e Sorocaba, cabendo aos caseiros ou gerentes a manutenção e recepção dos hóspedes. Também encontram-se na região restaurantes, quiosques, pizzarias, lanchonetes, bares, sorveterias e padarias (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003; MARTINS, 2009). Esses estabelecimentos também são empreendimentos familiares de pequeno e médio porte e que oferecem, na sua maioria, um cardápio simples. O município de Cananéia destaca-se pela oferta de restaurantes especializados em frutos do mar.

Quanto à oferta de passeios, nos municípios de Iporanga e Cananéia existem agências de turismo receptivo, inclusive de propriedade de moradores locais, que organizam a recepção de visitantes e operam roteiros locais e regionais (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003, MARTINS, 2009). No Alto Ribeira, as opções de atividades de aventura são expressivas e incluem espeleoturismo¹⁹, rapel²⁰ e bóia cross²¹ (MARTINS, 2009). Monitores ambientais²², que atuam de forma autônoma ou por meio de associações, também são responsáveis pela organização da recepção e pela operação de roteiros locais e regionais. Além disso, aproximadamente 90 pilotos²³ trabalham no atendimento do turista de pesca em Iguape,

¹⁸ Os “pesqueiros” são meios de hospedagens localizados em Iguape e Cananéia, que além de hospedagem oferecem toda a estrutura e serviços necessários para a pesca amadora como barco, motor, piloto e isca.

¹⁹ “Consiste em “explorar” ou somente visitar cavernas” (MARTINS, 2009, p. 14).

²⁰ “Técnica de descida vertical através de cordas” (MARTINS, 2009, p. 14).

²¹ “Descida sobre boias pelas corredeiras de rios” (MARTINS, 2009, p. 14).

²² O trabalho do monitor ambiental junto às unidades de conservação do Estado de São Paulo é regulamentado pela Resolução SMA/SP-32, de 31-3-98 que trata da visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação do Estado.

²³ Como são conhecidas as pessoas da região que pilotam os barcos e atuam como guia de pesca.

Cananéia e Ilha Comprida (BARCELLINI *et al.*, 2013), e são responsáveis pela condução de cerca de 60% dos pescadores amadores que visitam a região (MARTINS, 2009). No município de Cananéia, ocorre, ainda, a oferta de passeios em escunas e barcos que incrementam as opções para os visitantes, inclusive com a possibilidade de observação de golfinhos. Cabe destacar o desempenho da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida que, atualmente, opera passeios em catamarã pelo Mar Pequeno, em jipes para observação de aves e em quadriciclos, com a perspectiva de fomento de atividades turísticas diferenciadas no município.

O aspecto cultural da região também é incorporado nas programações voltadas principalmente para o estudo do meio, seja por meio de palestras com caiçaras e quilombolas, em visitas a essas comunidades ou através de apresentações de grupos como de fandango²⁴, presente no litoral.

Operadoras e agências de turismo emissivo, especializadas em estudo do meio, principalmente de São Paulo, organizam e comercializam viagens para o Vale do Ribeira (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003, MARTINS, 2009). Além disso, “escolas, universidades, organizações não-governamentais e outros grupos também atuam como organizadores de excursões” (MARTINS, 2009, p. 16) para a região.

Do ponto de vista empresarial e gerencial, observa-se que a atividade turística não é compreendida e nem conduzida, seja localmente ou regionalmente, de forma integrada como um negócio coletivo, uma vez que “as relações de parcerias e complementaridade de serviços ainda ocorrem de forma tímida e incipiente, na maioria dos municípios os empreendimentos e prestadores de serviços atuam de forma isolada” (MARTINS, 2009, p. 16).

Apesar de o turismo ser continuamente apontado como uma possibilidade importante para o desenvolvimento da região, de quatro municípios serem considerados estâncias turísticas e da forte presença de parques gerenciados pela SMA, esta atividade jamais foi tratada como prioridade pelo Governo do Estado de São Paulo. Nunca houve investimento significativo por parte do Estado em articulação política e em recursos técnicos e financeiros para a concepção de políticas públicas capazes de orientar e promover de fato o

²⁴ O fandango é um tipo de música e dança populares das comunidades costeiras do Sul e do Sudeste do Brasil. As canções do fandango se chamam modas e são tocadas com instrumentos fabricados artesanalmente: viola, rabeca e tambor de armação. Tradicionalmente, os fandangos eram oferecidos como pagamento para retribuir favores pelas atividades realizadas coletivamente, como plantios, colheitas, arrastões de pesca etc. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-cultural-heritage-list-brazil/museu-vivo-do-fandango/>> Acesso em: 13 de julho de 2015.

desenvolvimento do turismo regionalmente. Assim, a atividade ainda se configura como uma promessa futura.

Contudo, nos últimos vinte anos, alguns esforços foram feitos neste sentido. Destacam-se os programas e projetos de incentivo ao turismo regional voltados, sobretudo, para o desenvolvimento do ecoturismo e executados ora pela iniciativa governamental, ora por instituições não governamentais, ou ainda, pela articulação entre organizações públicas e privadas.

Entre essas iniciativas pode-se citar a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, formada inicialmente por uma articulação entre secretarias vinculadas ao Governo do Estado de São Paulo e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (CODIVAR). Essa Agenda tinha como objetivo “o estudo, o planejamento e o fomento do ecoturismo na região, como uma estratégia de desenvolvimento sustentável”²⁵. Suas atividades foram iniciadas em 1995, realizando, principalmente, ações de capacitação e elaboração de inventários turísticos da região. Atuou até aproximadamente 2003, tendo muita dificuldade para articular, de fato, ações e recursos das diversas Secretarias do Estado bem como para concretizar um planejamento que permitisse estruturar e promover o turismo na região.

O Pólo Ecoturístico do Lagamar foi capitaneado pela Fundação SOS Mata Atlântica e contou com recursos do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Com atuação nos municípios de Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariqueira-Açú, o Pólo teve como objetivos criar uma rede de destinos, formatar pacotes e estruturar a operação local do turismo; a sua primeira fase foi desenvolvida entre os anos de 1995 a 1998. Para tanto, houve uma forte articulação com agências de ecoturismo de São Paulo, realizou-se cursos de capacitação e foi implementado o Centro de Interpretação Ambiental e Informações Turísticas na base urbana da SOS Mata Atlântica, em Iguape (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2004), hoje desativado. Apesar de todos os desafios desse projeto e muitas críticas por parte dos moradores da região, o Pólo colaborou para que o roteiro Lagamar se tornasse um produto de estudo do meio, tendo como principal foco de visitação o Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica²⁶ atuou e ainda atua, sobretudo, no Alto Ribeira, por meio do Programa de Turismo Sustentável desenvolvido em parceria com o

²⁵ Informação disponível em < <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=775> > Acesso em: 22 de maio de 2015.

²⁶ A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares,

Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA). A instituição realizou diversos cursos voltados para a formação básica e posterior especialização de monitores ambientais para o trabalho com turismo e educação ambiental junto às unidades de conservação.

O Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental, organização não governamental, também realizou na região, por meio do Programa de Capacitação em Monitoria Ambiental, diversos cursos voltados para a formação de monitores ambientais. Os cursos foram desenvolvidos em parceria com diversas instituições no período entre 1998 e 2003, e contaram, principalmente, com recursos financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador da Secretaria do Estado das Relações do Trabalho. O programa tinha como “estratégia central, aliar inclusão social e conservação ambiental por intermédio da gestão participativa das Unidades de Conservação e da formação de redes de relações, produtos e serviços cooperativos” (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003, p. 96).

O trabalho de formação de monitores ambientais envolveu moradores da região, majoritariamente jovens, oriundos dos diversos municípios do Vale do Ribeira e incentivou, para além das unidades de conservação, a atuação destes junto às suas comunidades com o objetivo da promoção do turismo e da organização comunitária. Também fomentou a organização dos monitores em associações locais. Parte dos monitores ambientais formados na região ainda atua junto às unidades de conservação, seja por meio de contrato com empresas terceirizadas, seja de forma autônoma ou, ainda, via associação. As associações que continuam em funcionamento são: a Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (AMAMEL) que trabalha junto o Parque Estadual da Caverna do Diabo e a Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOAMCA), com atuação no Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Cabe, ainda, informar que em 1999 foi aberto o curso Técnico em Turismo na Escola Técnica Engenheiro Agrônomo Narciso de Medeiros, vinculada ao Centro Paula Souza (Governo do Estado de São Paulo), localizada no município de Iguape. Nessa época, percebeu-se a necessidade da escola oferecer cursos voltados para a vocação da região. Posteriormente, foi aberto o curso Técnico em Hotelaria que, por exigência do Ministério da Educação (MEC), sofreu alterações e passou a ser chamado de Técnico em Hospedagem. Também houve adequações no formato do curso Técnico em Turismo que passou a ser

abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma. Tem como missão contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica Disponível em< http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp> Acesso em: 12 de abril de 2015.

chamado Técnico em Turismo Receptivo. No período, entre 1999 e 2014, diversas turmas foram formadas, entretanto, a inserção destes profissionais no mercado de trabalho regional, incipiente e sazonal, sempre foi um desafio.

Mais recentemente, entre os anos de 2007 e 2013, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo executou o Programa Ecoturismo na Mata Atlântica, que contou com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio de um empréstimo no valor de US\$9.000.000,00 e contrapartida do Governo do Estado de São Paulo de US\$6.000.000,00. Este programa teve como objetivos: a estruturação e a organização da visitação pública nos Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervales, PETAR, Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso e Ilhabela; o fortalecimento da gestão pública para o ecoturismo; e a organização e consolidação do produto turístico na área de influência dos parques (SMA, 2013). Foram realizadas obras de melhorias nos equipamentos voltados para visitantes: como os centros de visitantes, as trilhas, a sinalização e os meios de hospedagem; cursos de capacitação para as comunidades de entorno; e ações de marketing. Apesar do montante de recursos investidos, as ações não resultaram em crescimento expressivo de visitantes nem na melhoria da gestão do ecoturismo nas unidades de conservação. Além disso, algumas obras ficaram comprometidas, como, por exemplo, uma pousada localizada no núcleo Perequê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso que teve parte de sua estrutura desmoronada.

Observa-se que os programas e projetos acima apontados foram voltados, especialmente, para a capacitação dos moradores para atuação com o turismo. Nesse sentido, destaca-se como resultado um grande número de pessoas, membros de entidades comunitárias, proprietários de pequenas empresas, funcionários de unidades de conservação e até mesmo de prefeituras municipais que há anos investem esforços no desenvolvimento do turismo e que acumularam conhecimentos, principalmente sobre o ecoturismo, associados à realidade da região.

Além disso, em muitos municípios o discurso sobre o turismo está presente, contudo os recursos para a atividade são escassos e as prefeituras municipais – inclusive aquelas que recebem recursos financeiros para infraestrutura por meio do Departamento de Apoios ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) vinculado ao Governo Estadual – pouco investem na melhoria da infraestrutura turística.

Municípios como Iguape, Iporanga, Eldorado, Apiaí, Ilha Comprida e Cananéia possuem divisões ou departamentos responsáveis pela gestão municipal do turismo, no entanto, na maioria das vezes, os cargos são atribuídos politicamente e desconsideram o

conhecimento técnico, o que compromete a qualidade do trabalho. Os Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs) estão presentes em alguns municípios, entretanto contam com pouca adesão da sociedade e possuem poder limitado para realmente influenciar o direcionamento de ações e recursos técnicos e financeiros que visem o desenvolvimento do turismo em âmbito local.

Cabe citar a experiência atual da Prefeitura de Ilha Comprida que vem investindo na melhoria da infraestrutura local, na compra de equipamentos, em equipe técnica para gestão e operacionalização dos passeios turísticos oferecidos e em eventos.

De acordo com o documento que apresenta os resultados da I Oficina de Planejamento Estratégico para Copa do Brasil em 2014, Vale do Ribeira/SP, realizada pela Câmara Técnica de Turismo do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social do Vale do Ribeira (CONSAD), em 2011, entre as demandas para o desenvolvimento do turismo no âmbito regional destacam-se: a melhoria das condições das estradas, não somente a Rodovia Regis Bittencourt, mas, sobretudo, das estradas municipais que são importantes para o acesso aos atrativos da região; o investimento em comunicação na área rural, que ainda é deficitária; a realização de cursos de capacitação e assessoria em gestão de negócios para os empreendimentos turísticos; a melhoria da gestão do uso público nas unidades de conservação, bem como da gestão pública municipal do turismo; a estruturação do mercado turístico local e regional; o fortalecimento das iniciativas de operação e agenciamento do turismo existente nos municípios; a integração regional de roteiros turísticos e; o investimento em ações de promoção da região enquanto destino turístico (CONSAD, 2011).

Atualmente, a Câmara Técnica de Turismo do CODIVAR é o espaço que agrega representantes dos diversos municípios da região e tem possibilitado a discussão e articulação de ações - inclusive considerando as demandas apontadas anteriormente - voltadas ao desenvolvimento do turismo de forma integrada regionalmente. A região foi dividida turisticamente em três grandes áreas, o Baixo Vale com as praias, o Médio Vale com o eixo da BR-116 e o Alto Vale com o Circuito das Cavernas. Entre as prioridades e pautas tratadas no momento²⁷ estão o fortalecimento dos COMTURs, a realização do inventário turístico dos municípios e a elaboração do plano diretor de turismo municipal. Pretende-se, a partir dos planos municipais de turismo, elaborar o plano diretor de turismo regional. De acordo com membros da Câmara Técnica, a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo vem se tornando uma importante parceira e está contribuindo para o desenvolvimento das prioridades

²⁷ Informação obtida informalmente com um dos membros da Câmara Técnica de Turismo do CODIVAR.

acima citadas, o que parece ser uma mudança de postura importante por parte do Governo do Estado.

Por fim, é importante dizer que, apesar das limitações apontadas acima, destaca-se o esforço de muitos grupos e o interesse da população da região no desenvolvimento do turismo. Nessa busca, estão algumas comunidades que enfrentam os desafios do dia-a-dia e vêm protagonizando experiências interessantes de turismo que possibilitam maiores benefícios para os moradores locais (VITAE CIVILIS; WWF-Brasil, 2003). Entre estes estão os quilombolas de Eldorado, do bairro Ivaporunduva, alvo desta pesquisa, os caiçaras da Ilha do Cardoso, os quilombolas do Mandira e os agricultores familiares em Cananéia, a Aldeia Guarani Mbya-Pindoty em Pariquera-Açú e os agricultores da Cooperafloresta em Barra do Turvo. Esses grupos atuam com o turismo como uma atividade complementar de renda e possuem, mesmo que em diferentes graus, organização e estrutura para recepção de visitantes (MARTINS, 2009).

2.3 O Quilombo Ivaporunduva: aspectos gerais

Figura 2 – Vista aérea do Quilombo Ivaporunduva

Foto: Júnior Petar, 2015.

O Quilombo Ivaporunduva localiza-se à margem do rio Ribeira de Iguape (fig. 2), no município de Eldorado (fig. 1), na região do Médio Ribeira, Estado de São Paulo. De acordo com o Livro do Tombo da Paróquia de Xiririca da Serra²⁸ de 1813, o nome Ivaporunduva significa rio de muitas frutas (ITESP, 1998). A comunidade é formada atualmente por 109 (cento e nove) famílias²⁹ assentadas em uma área de morros com 2.754,36 hectares (ITESP, 1998). O Ivaporunduva integra, em conjunto com outros quilombos, a Área de Proteção Ambiental dos Quilombos do Médio Ribeira³⁰. Sua vegetação é caracterizada pela Floresta Tropical Pluvial ou Ombrófila Densa, sendo que 87,68 % da área total encontra-se com cobertura florestal³¹ (ISA, 2008).

Considerada como a comunidade quilombola mais antiga da região, o Ivaporunduva surgiu como um povoado no século XVII, teve sua história relacionada à exploração do ouro

²⁸ Antigo nome do município de Eldorado.

²⁹ Informação obtida em palestra realizada por uma liderança local durante visita à comunidade em 2012.

³⁰ Com 64.625,04 ha, abrange áreas dos municípios de Barra do Turvo, Iporanga e Eldorado. Inclui 12 comunidades quilombolas e fazendas de criação de bovino e bubalino em Barra do Turvo (BIN, 2012).

³¹ Inclui 1264,6 ha de capoeirinha/capoeira (15,63 %) e 5.828,28 ha de capoeirão/mata (72,03 %).

de aluvião e foi responsável pela formação de outros quilombos nas redondezas (ITESP, 1998). De acordo com informações dos moradores, os escravos do Ivaporunduva ficaram “livres” muito antes da assinatura da Lei Áurea, em 1888. Isso ocorreu devido ao retorno para Portugal e posterior morte da proprietária das terras e dos escravos, D. Maria Joana, e por esta área nunca ter sido requerida pelos herdeiros. Também existem relatos sobre a proprietária não ter herdeiros e ter doado as terras para a Igreja Católica, o que era muito comum na época, como expõe Queiroz (2006) “mas para os moradores não há dúvidas a respeito da propriedade das terras: diz-se que pertencem à santa – Nossa Senhora dos Homens Pretos, padroeira do bairro, cuja festa se realiza anualmente no mês de outubro - e, não à Igreja, como parece ser o correto” (p. 32).

A sobrevivência e resistência dos negros “livres” no Ivaporunduva até a promulgação da Lei Áurea se deu a partir da negociação e troca de minério por produtos, inclusive sementes, adquiridos junto aos comerciantes itinerantes que circulavam, subindo e descendo o rio Ribeira de Iguape³². De acordo com os moradores, existem estudos que tratam da importância da produção de arroz do Ivaporunduva por volta de 1800. Neste sentido, nota-se que de alguma forma, os negros, moradores do Ivaporunduva, participaram de atividades produtivas e estabeleceram relações comerciais autônomas, ainda no Brasil Colônia.

De acordo com Queiroz (2006) “até a primeira metade do século XX, os moradores [do Ivaporunduva] ocupam-se do trabalho agrícola, organizando sua vida socioeconômica nos moldes de sítio tradicional brasileiro” (p. 43). O empobrecimento do bairro ocorreu a partir de 1968, com a abertura da estrada Eldorado-Iporanga³³.

A abertura da estrada de rodagem Eldorado-Iporanga, concluída em 1969, foi sem dúvida alguma, o principal fator responsável pela intensificação dos contatos dos moradores de Ivaporunduva com a sociedade envolvente. Na verdade, o bairro jamais esteve submetido a um isolamento absoluto. Mesmo antes da construção da rodovia, existindo apenas o caminho natural pelo rio Ribeira, esses contatos já ocorriam, porém de forma descontínua, intermitente, ao sabor das cheias e das vazantes do rio (QUEIROZ, 2006, p. 39).

A pavimentação da Rodovia BR 116, na década de 1960, e, por consequência, a expansão da agricultura comercial, da especulação imobiliária e grilagem de terras, teve como resultado a intensificação de conflitos por terra na região do Vale do Ribeira (BERNINI, 2009). Nesta situação, muitos moradores do Ivaporunduva que não tinham como comprovar a propriedade da terra acabaram deixando o bairro e partindo para cidades como Registro,

³² Informação verbal obtida em palestra realizada por uma liderança local durante visita à comunidade no dia 01 de abril de 2012.

³³ Informação verbal obtida em palestra realizada por uma liderança local durante visita à comunidade no dia 01 de abril de 2012.

Santos, Curitiba, São Paulo e Sorocaba. Contudo, alguns moradores resistiram, mas tiveram que “pagar caro” sobrevivendo a partir do trabalho sacrificante do corte de palmito juçara, realizado de forma clandestina³⁴.

Assim, de lavradores a palmiteiros, os moradores viram-se compelidos a uma troca cada vez mais desigual, e impossibilitados, a partir de então, de retornarem à condição anterior, quer pela ausência de um “fundo de consumo”, perdido com o abandono das roças e das criações, quer pela introdução de hábitos, necessidades e estilo de trabalho até então pouco conhecidos (QUEIROZ, 2006, p. 54).

Queiroz (2006) também aborda a chegada do capitalismo no bairro

À medida que o bairro vem sendo atingido pelas marcas típicas do capitalismo, do urbanismo e da industrialização, e que seus moradores vão sendo absorvidos pelo trabalho assalariado e pela economia de mercado, reduzindo-se dessa forma a sua margem de lazer e ampliando-se o rol das necessidades, torna-se cada vez mais difícil a manutenção das referidas práticas. De certa maneira, elas deixam também de ser necessárias ao povo, que se defronta a cada instante com renomados desafios e com a urgência de encontrar soluções mais avizinhas da racionalidade do bairro como um grupo social de negros: mudar para permanecer (p. 114-115).

Nos anos 1980, a partir do contato com movimentos ligados às favelas de São Paulo, os moradores do Ivaporunduva se uniram ao trabalho de mobilização e organização da luta pelos direitos dos negros do Brasil³⁵. De acordo com Américo (2014, p. 145) “as lideranças quilombolas [inclusive do Ivaporunduva] participaram ativamente da elaboração dos documentos reivindicatórios da Constituição Federal de 1988”. Cabe destacar que para essas lideranças, o artigo 68 da Constituição é considerado uma complementação da Lei Áurea. Pupo (2009) indica que

Um importante processo de organização das comunidades negras foi alavancado no final da década de 1980, através do movimento desencadeado para dar aplicabilidade ao art. 68 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de propriedade definitiva de suas terras aos remanescentes de quilombos. A partir daí, as comunidades se uniram em torno de objetivos mais amplos, discutindo questões concernentes à sua identidade e seus direitos, no sentido de preservar sua cultura (p. 18).

Com a garantia na lei e a demanda para regulamentação desta, nos anos de 1990, surgiu e se consolidou, entre pesquisadores, organizações governamentais e outras instituições, a discussão sobre o que significaria “quilombo” diante “da diversidade e complexidade de situações desses grupos de ex-escravos no país na atualidade” (ITESP, 1998, p. 05).

Essa ressemantização do conceito de “quilombo” teve como consequência uma redefinição da condição de remanescente de quilombo configurada como “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para

³⁴ Informação verbal obtida em palestra realizada por uma liderança local durante visita à comunidade no dia 01 de abril de 2012.

³⁵ Informação verbal obtida em palestra realizada por uma liderança local durante visita à comunidade no dia 01 de abril de 2012.

designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (PACHECO, 1997 apud ITESP, 1998, p. 06).

Diante deste novo contexto, em 1994, foi fundada a Associação Quilombo de Ivaporunduva, que tem como missão lutar pelos interesses e direitos sociais, culturais e territoriais assegurados aos remanescentes de quilombos a partir do artigo nº 68 da Constituição Federal de 1988 (PUPO, 2009). Além disso, é a instituição responsável pela organização comunitária e produtiva da localidade.

Após uma luta de 22 anos, que incluiu a compreensão da importância da sua identidade e de seus direitos, muito estudo por parte das lideranças locais, articulação entre comunidades negras de todo o Brasil, negociações com o governo, captação de recursos para a demarcação da terra pela própria comunidade e parceiros, reconhecimento e titulação pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Fundação Palmares e dificuldades do cartório em reconhecer terras coletivas, o Quilombo Ivaporunduva conseguiu o título de suas terras registrado em cartório no dia 17 de julho de 2010. De fato, o Ivaporunduva foi a primeira comunidade quilombola do Estado de São Paulo a receber o título definitivo da terra.

Cabe explicitar que a opção pelo título coletivo do território, por meio de uma associação, foi uma demanda do próprio movimento quilombola, tendo como base o entendimento de que o uso da terra por esses grupos sempre se deu de forma coletiva, seja para moradia, subsistência, atividades culturais, uso e extração de recursos naturais.

O Decreto Presidencial nº 4.887 de 2003, que atualmente regulamenta o procedimento para identificação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, foi elaborado com o envolvimento ativo da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)³⁶. Este decreto inclui temas fundamentais para estes grupos como a autodefinição da própria comunidade como remanescente de quilombo, a participação dos quilombolas em todas as fases do procedimento administrativo de titulação e a outorga de título coletivo. No entanto, está em fase de julgamento no Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239³⁷, movida pelo Partido Democratas, que questiona a constitucionalidade deste decreto.

³⁶ Formada por lideranças quilombolas estaduais, é responsável pelas questões relacionadas aos quilombolas em âmbito nacional.

³⁷ Disponível em < <http://jus.com.br/artigos/29367/da-constitucionalidade-do-decreto-presidencial-no-4-887-2003#ixzz3WGQU1WUs> > Acesso em: 03 de abril de 2015.

O processo como ocorre a titulação dos territórios quilombolas, de responsabilidade atual do Poder Executivo, assim como o tamanho dessas propriedades também vêm sendo questionados por deputados federais por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC-215. Desse modo, fica evidente a necessidade da luta constante destes grupos não só para a conquista dos seus direitos, mas também para a efetivação e manutenção daqueles já conquistados.

No caso do Quilombo Ivaporunduva, paralelamente à luta pela titulação da terra, os moradores participaram ativamente contra a construção das barragens do Rio Ribeira, por meio do Movimento dos Ameaçados por Barragem.

Segundo o depoimento de uma liderança do Ivaporunduva, mesmo durante o processo de luta pela titulação da terra e contra as barragens, os comunitários já pensavam e discutiam como “dar passos rumo ao desenvolvimento”. O primeiro passo foi o retorno aos estudos a fim de compreenderem a linguagem utilizada pelos representantes do governo e também para se fazerem entender³⁸. Posteriormente, o estudo voltou-se para a administração coletiva da comunidade e da terra, considerando os aspectos ambientais. Com o apoio da comunidade, os jovens voltaram-se para a formação profissional nas áreas de educação, agricultura, meio ambiente, turismo, administração e contabilidade.

Além disso, foram estabelecidas parcerias com organizações não governamentais e com universidades, entre elas o Instituto Socioambiental (ISA) e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq), e que tinham o intuito de viabilizar projetos que concilhassem geração de renda e conservação ambiental. Silva (2011) afirma que

[...] as demandas das comunidades foram crescendo, começando a ser implantadas diversas políticas públicas governamentais com o objetivo de melhoria das condições de vida dos quilombolas, bem como acentuou a atuação de ONG's que propunham trabalhar o desenvolvimento sustentável dessas comunidades por meio de projetos. Havia dificuldades nas comunidades para gestão de algumas situações propostas, sobretudo gerenciar projetos com altos recursos e trabalhar com comércios através de contratos e vendas de grandes quantidades de produtos agrícolas cultivados pelas comunidades. E ainda, ao término dos projetos, as comunidades teriam que dar continuidade as atividades sem acompanhamento freqüente dos técnicos e daí a necessidade de dar continuidade aos meus estudos para enfrentar esses novos desafios (p. 14).

Como resultado destes projetos, a comunidade estruturou atividades produtivas com objetivo de geração de renda e conta, atualmente, com três setores principais: agricultura, artesanato e turismo (ETEANM, 2013).

³⁸ Palestra realizada por uma liderança local durante visita à comunidade no dia 01 de abril de 2012.

A principal atividade, entendida como “carro-chefe” pelos moradores, é a comercialização da banana orgânica³⁹ certificada pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). Para o cultivo da banana, cada morador, juntamente com sua família, é responsável pela sua área de plantio (fig. 3). Cabe à Associação a comercialização de forma coletiva e entrega do produto. Existe um rodízio entre os produtores que determina o fornecedor ou fornecedores do produto semanalmente (ETEANM, 2012).

Figura 3 - Área de cultivo da banana orgânica

Fonte: Foto da autora, 2014.

O turismo é uma importante alternativa complementar de renda na comunidade; denominado pelos moradores como ecoetnoturismo, a atividade é voltada para o conhecimento do modo de vida local e para a conservação da natureza (MARTINS, 2009). As escolas são o principal público-alvo do turismo na comunidade e para atendê-las, foram organizadas diversas atividades com foco histórico-cultural, tais como: oficinas culturais, visita à área de cultivo de banana orgânica (fig. 4), roteiro pela área central do bairro e palestras com temas que se relacionam com a história, cultura, lutas, aspectos ambientais e desafios atuais da comunidade e da região. Também são oferecidos serviços de alimentação, monitoria ambiental e hospedagem, além da comercialização de artesanatos e produtos da agricultura local (ETEANM, 2013; PUPO, 2009).

³⁹ São 44 produtores orgânicos e 8 não orgânicos na comunidade. Informação obtida com um monitor local, em visita em 2012.

Figura 4 - Visita à área de cultivo de banana orgânica

Foto: Elisandra Amendola, 2012.

O artesanato da fibra da banana também é uma atividade complementar significativa. O grupo de trabalho de artesanato é formado por aproximadamente 20 artesãos que confeccionam os produtos em suas residências e os vendem de forma coletiva (fig. 5). Cerca de 70% dos produtos são comercializados na própria comunidade para os visitantes, e o restante é vendido em feiras e eventos (ETEANM, 2013).

Figura 5 – Comercialização de artesanato para os visitantes

Foto: Valéria Silva, 2012.

A agricultura de subsistência com roças de milho, feijão, arroz, mandioca, entre outros, ainda está muito presente no Ivaporunduva. Além disso, muitos membros da

comunidade recebem assistência de programas do governo como Bolsa Família⁴⁰, aposentadoria e Renda Cidadã⁴¹ (ISA, 2008).

Houve ainda na comunidade iniciativas bem sucedidas de repovoamento do palmitero juçara, desenvolvidas em parceria com o poder público e ONGs, com o objetivo de recuperação da espécie, mas também com o intuito –ainda futuro- de manejo sustentável como alternativa de renda para as famílias (PEDROSO, 2008). Os quilombolas do Ivaporunduva também contribuem para o fomento de bancos de sementes crioulas como estratégia de autonomia agrícola, fortalecimento da cultura e segurança alimentar, para tanto participam ativamente de ações como a Feira de Troca de Sementes e Mudas, realizada anualmente⁴² no município de Eldorado.

Os serviços básicos e a infraestrutura existentes no bairro são a escola “Bairro Ivaporunduva”, que oferece educação de 1º a 4º série do ensino fundamental⁴³ (fig. 6); um posto de saúde (fig. 6); dois orelhões (que funcionam intermitentemente) e um centro comunitário (fig. 7) com rampa de acesso, banheiros, cozinha e o telecentro que possui sinal de internet. No local não existe sinal para telefonia celular.

Figura 6 - Escola à direita e Posto de Saúde à esquerda

Foto: Valéria Silva, 2012.

⁴⁰ O Bolsa Família é um programa do Governo Federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em 03 de abril de 2015.

⁴¹ É um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo, gerenciado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds). Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/rendacidade>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

⁴² Oitava edição realizada em 2015.

⁴³ Após a 4ª série, os alunos seguem para a Escola Estadual Quilombola Maria Antonia Chules Princesa, localizada no bairro André Lopes. Em 2013, foi inaugurada a Escola Técnica Quilombola vinculada ao Centro Paula Souza (Governo do Estado de São Paulo). Também localizada no bairro André Lopes, atualmente oferece o curso Técnico em Agroecologia.

Figura 07 – Centro comunitário e telecentro

Foto: Valéria Silva, 2012.

O bairro ainda possui uma quadra poliesportiva e um cemitério localizado em uma área mais alta. Na praça (fig. 8) localiza-se a Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos (fig. 8), tombada como patrimônio pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1972 (ZACCHI, s/data). Atualmente 100% das residências possuem energia elétrica⁴⁴ e são atendidas pelo serviço de abastecimento de água. O principal acesso ao bairro é feito por uma ponte inaugurada em 2010 e que é entendida pela comunidade como uma grande conquista. Para o desenvolvimento das atividades produtivas também existe o galpão de beneficiamento da banana e a pousada comunitária (fig. 9).

Figura 08 - Praça e Igreja

Foto: Valéria Silva, 2012.

⁴⁴ A partir do programa Luz para Todos, do Governo Federal.

Figura 09 - Pousada Comunitária

Foto: Valéria Silva, 2012.

Diante deste cenário de acesso, mesmo que gradativo e a partir de muita luta, às políticas públicas antes muito distantes (de educação, saúde, esporte, cultura e lazer) e, ainda, com a perspectiva de um futuro, a vida da população local vem melhorando e alguns dos antigos moradores que haviam deixado o Ivaporunduva começaram a retornar. Entretanto, a luta pela terra continua, pois o receio com relação à construção da barragem no rio Ribeira de Iguape ainda se faz presente.

Capítulo 3 – Abordagem teórico-conceitual: participação, desenvolvimento local e turismo

Este capítulo apresenta os referenciais teóricos e conceituais que embasam a discussão desta pesquisa. Diante dos objetivos propostos, considerou-se como fundamental o estudo de dois temas principais –participação e desenvolvimento local– para o entendimento da organização do turismo no Quilombo Ivaporunduva. Assim, inicialmente são abordadas as formas e graus de participação, bem como a importância dos espaços de participação e da governança e os desafios apresentados por estes. Também se discute quais elementos colaboram para a participação em uma comunidade, entre estes, o capital social e a atuação de lideranças. Posteriormente, a partir das questões norteadoras desta pesquisa, são apresentados diferentes conceitos e visões sobre desenvolvimento e, principalmente, desenvolvimento local. Também são abordados os aspectos referentes ao setor do turismo na atualidade e, então, discute-se, com base nos conteúdos tratados anteriormente, a relação entre turismo, participação e desenvolvimento local. Por fim, são expostas as características, desafios e potencialidade do turismo de base comunitária.

3.1 Participação e organização comunitária

A sociedade contemporânea nos apresenta grandes avanços relacionados à tecnologia, melhoria da qualidade de vida, longevidade e aos direitos assegurados por lei, mas também perpetua grandes desafios, como as desigualdades sociais, a pobreza e os conflitos religiosos e impõe outros novos, como as questões ambientais, a globalização, a interdependência entre os povos e a consolidação da democracia.

Telles (1994) afirma sobre a sociedade contemporânea que

[...] é uma sociedade que vem se modificando muito rapidamente, tornando-se cada vez mais complexa, heterogênea, diferenciada, com novas clivagens surgindo e cruzando transversalmente a estrutura de classe, desfazendo identidades tradicionais e criando outras tantas, gerando uma pluralidade de interesses e demandas nem sempre convergentes, quando não conflitantes e excludentes (1994, p. 94).

Ainda

Por outro lado, essa sociedade tão heterogênea quanto desigual nas formas de distribuição e acesso a bens e recursos, em que as diferenças são também ou sobretudo desenhadas pela ordem das carências acumuladas no correr dos anos, vem dando lugar a uma conflituosidade inédita que atravessa todas as dimensões da vida social. É nessa dinâmica de conflitos que se ancoram esperanças de cidadania e generalização de direitos. Mas é também nela que os problemas se situam em um contexto no qual se redefinem as relações entre Estado, economia e sociedade [...] (1994, p. 95).

A Constituição de 1988 assegura aos brasileiros uma gama de direitos que, para serem efetivados, necessitam ir muito além da segurança jurídica. Demandam uma transformação política e social que tem na participação cidadã um importante caminho. Como afirmou Souza⁴⁵, “a participação é um dos princípios da democracia, e sem ela, não é possível transformar em realidade, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade”.

Já para Bordenave a “Democracia é um estado de participação” (1983, p. 08) que se constitui como um

processo coletivo transformador, às vezes contestatório, no qual os setores marginalizados se incorporam à vida social por direito próprio e não como convidados de pedra, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural (BORDENAVE, 1983, p. 20).

Neste contexto, evidencia-se a participação como um instrumento importante para o enfrentamento coletivo de situações desfavoráveis e também propulsora de mudanças e conquistas. Bordenave afirma a importância da macroparticipação ou participação macrosocial que “compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade” (1983, p. 24).

Contudo, é fato que a maior parte da população brasileira não participa, não compreende o que é participar e nem mesmo tem conhecimento sobre como participar dos processos políticos que a afetam, reduzindo sua “participação” a poucos momentos de seu cotidiano, como no voto obrigatório durante as eleições. Assim, verifica-se que o entendimento sobre a importância e a necessidade de participar, a criação de oportunidades reais de participação e a organização de espaços de interação que potencializem e propiciem a efetividade da participação tornam-se fundamentais para o avanço da democracia.

Para compreender melhor o processo de participação, Arnstein (2002) apresenta uma estrutura denominada “escada da participação cidadã” que pressupõe a transposição de oito passos que retratam o avançar na participação dentro de uma relação entre os que detêm o poder, por exemplo, o governo, e aqueles que demandam mudanças. Os primeiros estágios referem-se, na realidade, à não-participação e o último à participação plena, situação em que se tem “poder real para influenciar os resultados do processo” (ARNSTEIN, 2002, p.05). A autora procura clarificar a existência de diferentes graus de participação que implicam,

⁴⁵Disponível

em:

<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/apresent/apresent.htm.>>
Acesso em: 10 de junho de 2013.

portanto, em diferentes graus de poder para influenciar uma mudança social. Os primeiros dois degraus, nomeados “Manipulação” e “Terapia”, compreendem a participação inexistente, entretanto, é muito comum que estes níveis sejam considerados momentos de participação, principalmente para instituições, grupos ou pessoas que tem dificuldade ou mesmo não têm interesse em partilhar o poder. Segundo a autora, nessa etapa o “objetivo real não é permitir à população participar nos processos de planejamento, ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam 'educar' ou 'curar' os participantes” (ARNSTEIN, 2002, p. 05). Os degraus seguintes são “Informação” e “Consulta” que permitem um poder bastante limitado. Nesse estágio os indivíduos passam a falar e a serem ouvidos, mas não significa que o que é dito é realmente levado em consideração e, portanto, não há garantia de mudança da situação. No degrau “Pacificação”, há um avanço com relação às pessoas aconselharem o grupo que detém o poder sobre o que deve ser realizado, mas o poder de decisão continua nas mãos deste. Esses três últimos degraus consideram níveis mínimos de concessão de poder. No degrau denominado “Parceria” já ocorre a possibilidade da negociação “de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder” (ARNSTEIN, 2002, p. 6). Os últimos dois degraus, “Delegação de Poder” e “Controle Cidadão”, são considerados níveis em que se verifica o poder do cidadão, no qual os cidadãos estão em maioria nos fóruns e, como resultado, é possível influenciar as decisões ou mesmo ter o completo poder gerencial. Diante desta abordagem, nota-se a perspectiva de passo a passo para alcançar a participação efetiva, o que certamente depende de muitos fatores internos e/ou externos ao grupo social, como sua organização e representação, abertura para o diálogo de ambos os lados, amadurecimento e conquistas. Também existe a possibilidade de retrocessos, de acordo com o contexto interno e/ou externo. Entretanto, para que exista o avanço na participação e para que possam ocorrer transformações efetivas, esse caminho precisa ser percorrido.

Neste processo encontra-se o indivíduo, com suas necessidades particulares e familiares e o grupo, com a responsabilidade da organização das demandas coletivas e da participação ativa nos espaços com capacidade real de gerir mudanças.

Bordenave afirma, ainda, que a

participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (1983, p. 16).

Diante dessa abordagem, o autor esclarece que a participação tem “uma base afetiva – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental –

participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos”. (BORDENAVE, 1983, p. 16). Mas como e onde é possível participar?

De acordo com Telles são nos espaços públicos que

[...] as diferenças podem se expressar e se representar em uma negociação possível; espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam; e nos quais, sobretudo, a dimensão ética da vida social pode se constituir em uma moralidade pública através da convivência democrática com as diferenças e os conflitos que elas carregam (1994, p. 92).

Nesse contexto, os espaços de participação pressupõem a igualdade de forças, a tomada de decisão de forma compartilhada, a divisão de responsabilidades, a valorização da contribuição de cada indivíduo ou instituição participante e, principalmente, a possibilidade de definição de ações ou até mesmo políticas públicas e recursos financeiros direcionados para as necessidades e interesses da sociedade. Isso não significa a paz absoluta. Os conflitos e interesses distintos existem, entretanto a possibilidade de negociação constante também se faz presente.

Kliksberg reforça o tema afirmando que “requerem-se políticas e estratégias orgânicas e ativas para fazer avançar a participação” (1999, p. 31).

Entre os espaços colegiados de gestão participativa, ou que deveriam ser geridos de forma participativa e que são respaldados por lei no Brasil, podemos citar os conselhos locais, municipais, estaduais e nacionais, sindicatos, entidades associativas, audiências públicas, entre outras.

Entretanto, pelo seu caráter de igualdade, diversidade, autonomia, transparência e negociação de interesses, a gestão participativa ainda é considerada um grande desafio no Brasil. As experiências apontam diferentes entraves para a sua legitimação, como, por exemplo, o real poder de deliberação, a representação efetiva, a cooptação de lideranças e os conflitos entre conhecimento técnico e o saber popular (TATAGIBA, TEIXEIRA, 2007).

Diante desse cenário, destaca-se a seguir cinco princípios da boa governança propostos por Graham, Amos, Plumptre (2003), voltados para áreas naturais protegidas no século XXI, mas de possível aplicação em outros espaços de governança. Tem-se como primeiro princípio a “Legitimidade e Voz”, portanto, todos devem ter voz nos momentos de decisão, seja individualmente ou por meio de instituição representativa. O segundo princípio diz respeito à “Direção”, já que é importante direcionar (ou ordenar) os trabalhos a partir de uma visão estratégica que inclui o entendimento sobre a história, sobre a cultura e sobre as complexidades sociais envolvidas, assim como planos, programas e diplomas legais incidentes na área. O princípio “Performance” inclui efetividade e eficiência nos processos e

instituições que devem tomar a melhor decisão com relação ao uso dos recursos a fim de atender as partes interessadas; o quarto princípio trata da “Responsabilidade e Credibilidade” na prestação de contas e inclui a transparência e o fluxo de informações a disposição de todos os envolvidos. Por fim, o princípio “Justiça” está baseado na equidade na qual todos (homens e mulheres) devem ter oportunidades para melhorar ou manter o seu bem-estar e o sistema legal deve ser justo e aplicado de forma imparcial, particularmente as leis de direitos humanos.

Apesar dos desafios inerentes à participação no Brasil, muitas comunidades, a partir da necessidade do enfrentamento de seus problemas, estão aprendendo a participar e já compreenderam que essa prática é fundamental para o seu fortalecimento, a efetivação de seus direitos, a apropriação real dos espaços onde vivem e a decisão sobre o seu futuro. Haesbaert sugere que

a exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (2004, p. 92).

Cabe enfatizar que o conceito de comunidade vem sendo redescoberto e, atualmente, se explica muito mais em função do contraponto e da profunda crítica ao que se conhece como sociedade; pois esta está centrada no indivíduo racional, que se relaciona com o outro de forma impessoal e superficial e conforma-se em amplitude ilimitada (MOCELLIM, 2011).

Para Mocellim (2011, p. 106) “a palavra comunidade sugere uma forma de relacionamento caracterizada por altos graus de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social; e não se trata apenas de um vínculo passageiro”. Além disso, o autor apresenta a importância do tempo e espaço na compreensão sobre o conceito de comunidade: “As relações caracterizadas como comunidade têm sua continuidade no tempo. O espaço também é importante na caracterização da comunidade, pois esta é localizada e envolve vínculos de proximidade espacial, tanto quanto de proximidade emocional” (MOCELLIM, 2011, p. 106).

Almeida, Santos e Paiva ampliam o debate e sugerem que

A participação comunitária tem sido concebida como o esforço dos membros de um território e/ou que compartilham de determinadas características ou afinidades (orientação sexual, estilo de vida, religiosidade, por exemplo), para enfrentar seus próprios problemas enquanto um coletivo organizado. Desse modo, manifesta-se de diferentes formas: ao compartilhar informações, responsabilidades e decisões; na ação direta por meio de projetos; ao exercer pressão junto às organizações públicas e privadas para o atendimento de demandas específicas; no exercício de controle

social do investimento público; no aumento da capacidade de auto-organização e de consciência para a ação política (2010, p. 01).

No contexto de participação comunitária, uma questão se apresenta como fundamental: Por que diante de tantas comunidades existentes no Brasil, inclusive vivendo próximas uma das outras, com modo de vida e problemas semelhantes, somente uma parte destas, e em pequeno número, é capaz de se organizar politicamente, lutar e “tomar as rédeas” para transformar a sua realidade?

Para muitos autores da área de ciências sociais a resposta para esta questão está no acúmulo de capital social ou no tecido social presente na localidade. De acordo com Franco

Capital social é uma ideia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa. Mas é um “poder social”. É a sociedade que confere esse poder (ou seja, que empodera) seus indivíduos. É o ambiente social que insufla essa espécie de “energia” que explica, por exemplo, porque certas localidades parecem estar “vivas” enquanto que outras parecem estar morrendo ou fenecendo (2009, p. 21).

Putnam (2006, p. 176) esclarece que “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O autor afirma, ainda, que o capital social tem como base as relações sociais construídas em determinada comunidade; elucidando a relação entre a confiança e a cooperação, pois “a confiança promove a cooperação” e “a própria cooperação também gera confiança” (PUTNAM, 2006, p. 180).

Nesse sentido, onde existe maior confiança (entendida como a atitude que se espera do outro), reciprocidade (que pressupõe dar, receber e retribuir) e grande quantidade de fluxo de relações sociais de forma horizontal, o estoque de capital social é maior.

Para Putnam (2006) o capital social diz respeito a um bem público - e não um bem privado - que “facilita a cooperação espontânea” (PUTNAM, 2006, p.176) para a solução de problemas coletivos; a cooperação desencadeia a ação coletiva. O autor também apresenta o componente da tradição como um aspecto que colabora para a ação comunitária no presente

Diante de novos problemas que requerem solução coletiva, homens e mulheres de toda parte vão buscar soluções no seu próprio passado. Os cidadãos das comunidades cívicas descobrem em sua história exemplos de relações horizontais bem-sucedidas, enquanto os cidadãos das regiões menos cívicas encontram, quando muito, exemplos de suplicação vertical (PUTNAM, 2006, p. 184).

A fim de aprofundar a discussão, é essencial destacar a importância das lideranças no processo de mobilização social e participação coletiva. Gohn (1997) aborda este tema e expõe as funções que geralmente cabem aos líderes nos diferentes movimentos sociais ou em momentos diferentes de um mesmo movimento social, como: agente básico no processo de

transformação; estimulador de mudança por meio de seus próprios exemplos; agitador e dinamizador de grupos; agente apaziguador e; administrador/gerente do movimento.

Na prática, as lideranças comunitárias são legitimadas pelos seus pares – moradores da localidade onde vivem, ou pelo menos por parte destes- e atuam tanto na mobilização local como também com articulações externas à comunidade; de forma contextualizada, a partir da experiência vivida e das demandas identificadas no “seu” território.

Em suma, a solidificação, a transformação e a continuidade das ações coletivas dependem consideravelmente das pessoas envolvidas, dos avanços e conquistas alcançadas, e também do nível de formação política que a participação possibilita. Neste sentido, Fernandes (1994) aborda, em sua pesquisa junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o espaço de socialização política como um importante instrumento de participação e formação:

o espaço de socialização política e porque não - de luta - é construído interativamente com a formação dos sujeitos, em determinados lugares sociais. Nesses lugares são elaboradas as dimensões do espaço social na produção do conhecimento e do interesse de transformação de suas realidades (FERNANDES, 1994, p. 21).

Constituem-se, portanto, espaços nos quais os integrantes desabafam, trocam experiências, apreendem e aprendem sobre a sua realidade, neutralizam diferenças, definem objetivos comuns e arquitetam estratégias para transformarem esta realidade. Além disso, avaliam ações realizadas, se apoiam, produzem uma identidade coletiva, descobrem vocações, sonham, projetam um futuro diferente, se fortalecem para a luta conjunta e, talvez, o mais importante, se emancipam.

O exposto nesse tópico, sobre participação, visou apontar os elementos necessários para a compreensão dos fenômenos que ocorrem na área de estudo referentes à organização comunitária e sua relação com o turismo. Outro elemento importante nesta associação é o desenvolvimento local, que se discute no próximo tópico.

3.2 Desenvolvimento local

A abordagem sobre desenvolvimento local demanda, primeiramente, uma compreensão sobre os diferentes conceitos e paradigmas relacionados ao desenvolvimento. Requer, ainda, uma adequação do tema à realidade atual e, portanto, parece essencial discutir o que significa desenvolvimento no contexto do século XXI.

Algumas questões podem orientar essa discussão como, por exemplo: Por que o desenvolvimento é tão importante? Qual desenvolvimento integra indivíduos, sociedade e natureza? No momento atual, que tipo de desenvolvimento é realmente interessante para as pessoas? E para quais pessoas? Como identificar que uma localidade, uma comunidade, uma sociedade está se desenvolvendo?

Godard (1997) sugere que “o desenvolvimento evoca um dos valores centrais assumidos pelas sociedades contemporâneas” (p. 203). Logo, para a sociedade hegemônica o desenvolvimento é considerado essencial, e deve ser sempre buscado. Além disso, aparece atrelado inteiramente ao “progresso”, à melhoria da infraestrutura, à geração de riqueza, ao “avanço” da sociedade e ao crescimento. Em suma, o desenvolvimento veste-se de econômico e é entendido como o único ou o principal caminho capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

De acordo com Furtado (2000), na constituição do conceito de desenvolvimento estão presentes pelo menos três dimensões: “a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes e que competem na utilização de recursos escassos” (p. 22). Na primeira dimensão, considera-se que a partir do acúmulo e do progresso de técnicas, eleva-se a produtividade e amplia-se a oferta de bens e serviços – o que se relaciona diretamente com o atendimento às necessidades básicas da população, mas também ao consumo. Na segunda dimensão o autor dá ênfase às necessidades humanas básicas, contudo, discute a subjetividade disso, uma vez que, quando não diretamente relacionadas ao essencial como alimentação, vestuário e habitação, essas necessidades podem ter pesos diferentes dependendo dos valores de determinada sociedade. Na terceira dimensão, fica nítido como o desenvolvimento pode estar interligado ao benefício de somente uma parte da sociedade – neste caso, a que tem mais recursos e poder, ou seja, os grupos dominantes que determinam inclusive o que é de interesse social e, portanto, está intimamente relacionada a questões ideológicas.

Ademais, para Furtado (2000), a eficácia do sistema de produção, frequentemente apresentada como principal indicador de desenvolvimento, não assegura a qualidade de vida do conjunto da população. Por vezes, técnicas sofisticadas degradam a vida de grupos sociais, e, além disso, o aumento do padrão de vida tem ampliado a pressão sobre os recursos naturais, que dificilmente são contabilizados no desenvolvimento.

Diante deste contexto, muitos autores acreditam que ao Estado cabe o papel de mediador de distorções e de conflitos de interesses entre diferentes grupos, entretanto, na prática, verifica-se o contrário: o direcionamento de ações do Estado que beneficiam e fortalecem o desenvolvimento de alguns grupos, principalmente daqueles já “incluídos”.

Assim como Furtado (2000), Godard, também afirma que na busca pelo desenvolvimento existem componentes ideológicos, como

O progresso técnico identificado ao progresso humano, a ambição de um domínio sobre a natureza onde se exerceria a criatividade humana, a escassez primordial dos recursos naturais e dos bens de consumo diante das necessidades sempre mais numerosas, o pressuposto do caráter essencialmente benéfico do crescimento econômico (GODARD, 1997, p. 203).

Nayyar (2000) esclarece que existe um entendimento comum na sociedade de que “o desenvolvimento deve contribuir para a melhoria das condições de vida da população” (p. 04)⁴⁶. Entretanto, enfatiza que, nas discussões e práticas relacionadas ao desenvolvimento, predominam questões como a eficiência econômica, o aumento da produtividade e do consumo e o grau de industrialização, entendidas como suficientes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O autor sustenta que essas questões não são suficientes e explica que a conquista do desenvolvimento deve basear-se na combinação entre o crescimento e a eficiência, o pleno emprego, a erradicação da pobreza, a redução da desigualdade, o desenvolvimento humano e um meio ambiente sustentável. Ressalta, ainda, que a excessiva valorização do capital econômico em detrimento do social agrava a situação das populações mais carentes.

Nessa perspectiva, evidenciam-se dois aspectos: o crescimento econômico não resulta necessariamente em melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento humano destaca-se como uma dimensão fundamental para a compreensão desta temática. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento afirma que

a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com

⁴⁶ Tradução da autora: “el desarrollo debe aportar una mejora a las condiciones de vida de la población” (Nayyar, 2000, p. 04).

o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano⁴⁷.

É preciso, portanto, incorporar nas ações e propostas relacionadas ao desenvolvimento questões como distribuição de renda, mobilidade social, acesso à educação e aos serviços básicos (saúde, água, energia, segurança e habitação), além de lazer e, sobretudo, na atualidade, condições ambientais saudáveis.

Sen (2000), autor que contribuiu para a definição do conceito de desenvolvimento humano adotado pelas Nações Unidas, demonstra uma visão interessante e bem ampliada sobre o tema. Para ele, o “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p. 17), o que inclui “levar o tipo de vida que elas valorizam” (p. 32). Considera ainda que a liberdade é o principal fim do desenvolvimento, mas é também o meio para alcançá-lo (SEN, 2000).

O autor enfatiza que as questões econômicas, como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) ou mesmo as rendas pessoais e o progresso tecnológico podem ser importantes como um meio para expandir essas liberdades, mas não são os únicos. Para ele, as liberdades humanas também dependem de outros fatores como “as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)” (SEN, 2000, p. 17). Desse modo, salienta que para que o desenvolvimento ocorra é necessário “que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

Nessa busca, apresenta a questão da participação como fundamental para a liberdade, e consequentemente, para o desenvolvimento, “o exercício da liberdade é mediado por valores que, porém, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação” (SEN, 2000, p.24). Diante disso, o desenvolvimento se relaciona às ideias de participação e organização comunitária, como destacado no tópico anterior. O autor também demonstra a importância comercial no processo de desenvolvimento e considera como essencial a liberdade de se incluir e participar de mercados de trocas: “a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social” (SEN, 2000, p. 22). Discute, ainda, como as liberdades políticas, sociais e econômicas podem fortalecer uma às outras: as oportunidades sociais como

⁴⁷ Disponível em: < www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>
Acesso em: 17 de abril de 2015.

educação e saúde facilitam a participação econômica, pois “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2000, p.26).

A partir das reflexões anteriores, que apresentam diferentes entendimentos sobre desenvolvimento, e tendo como base a perspectiva de complementação de conceitos – que parte do viés objetivo e quantificável com o enfoque econômico, e se amplia para um enfoque subjetivo, não mensurável e não generalizante que olha para o ser humano com mais liberdades sociais, econômica e políticas e com autonomia – percebe-se o quão complexo e desafiante é o tema. Considerando a necessidade de compreender ou mesmo medir o desenvolvimento, diante dos contextos diversos da sociedade atual que inclui diferentes culturas, necessidades e percepções sobre o tema e, ao mesmo tempo, diante da imposição do capitalismo de padronizar tudo e todos, parece pertinente a aproximação entre as abordagens apresentadas e o espaço onde a vida realmente acontece.

Entende-se, portanto, ser necessário ampliar o debate para responder às perguntas iniciais, a fim de compreender como um território, uma localidade ou uma comunidade com sua diversidade de pessoas, interesses e recursos, se relaciona com o desenvolvimento. Sob essa ótica, encontra-se a proposta de desenvolvimento local que se estrutura a partir das características e perspectivas do “lugar”.

“Aterrizando” no local/lugar, Zoaul (2006) apresenta o tema “sítio simbólico de pertencimento”. O autor mostra o quanto cada lugar é diverso, dinâmico e peculiar e provido de muito sentido, de identidade, de conteúdo e de técnicas que podem ser acessadas para integrar, adaptar ou mesmo refutar o que vem de fora.

É o sítio simbólico de pertencimento, além do espaço-tempo, que fornece o enraizamento à pessoa e a síntese entre as singularidades próprias à sua visão de mundo e à mudança técnica que chega de fora. Dessa maneira, toda inovação acaba sendo situada, logo, reinterpretada em certos casos, ou rejeitada como tal. A técnica seleciona, mas também é selecionada (ZOAUL, 2006, p. 68).

Para o autor, considerar a dinâmica do lugar é fundamental em ações voltadas para o desenvolvimento local. Ao abordar a temática sobre projetos construídos externamente às localidades, Zoaul enfatiza que “quanto mais se desenvolve uma região qualquer sem levar em conta seu sítio simbólico, no sentido do seu percurso e de suas crenças, mais ela se subdesenvolve” (2006, p. 125).

A partir do enfoque acima, cabe discutir e compreender melhor o que vem a ser desenvolvimento local. Para Buarque (2008), o desenvolvimento local é

um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2008, p. 25).

Segundo o autor “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativa de atores locais em torno de um projeto coletivo” (BUARQUE, 2008, p. 30).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local se apresenta como um processo que nasce de dentro para fora e é liderado, buscado e pretendido pelas pessoas que vivem no local. Relaciona-se, ainda, ao aspecto geográfico na medida em que trata da pequena escala e pressupõe a preocupação com os recursos naturais. Além disso, demanda alguma dose de capital social capaz de articular e fomentar ações coletivas.

Souza (2000), ao tratar do tema, discorre sobre o desenvolvimento socioespacial:

compreendido como um processo de superação de problemas e conquistas de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea de diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social (p. 18-19).

Benevides (2000, p. 29) apresenta o desenvolvimento local “como possibilidade de afirmação da ‘força do lugar’, em face das tendências de marginalidade socioeconômica e de homogeneização cultural, decorrentes do processo de globalização”. Tal afirmação parece colocar a questão sob a perspectiva da resistência local frente às intervenções oriundas da globalização.

Já para Oliveira (2001), existem algumas dimensões decisivas para a compreensão do desenvolvimento local que, segundo o autor, vão além do entendimento de desenvolvimento humano, já citado anteriormente, como proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU):

A primeira diz respeito, seguindo a trilha do conceito do subdesenvolvimento, à sua especificidade histórica, isto é, o não-desenvolvimento local é um subdesenvolvimento no sentido forte de que ele é peculiar à periferia do capitalismo. Isto tem conseqüências teóricas e práticas. A primeira é que o desenvolvimento local não será o elo numa cadeia de desenvolvimento total; a segunda é que ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural. A outra dimensão é a da cidadania, a qual, por sua vez, não é passível de ser mensurada (OLIVEIRA, 2001, p. 11-12).

Observa-se que o autor vincula o desenvolvimento local às regiões localizadas na periferia do capitalismo e refere-se, como Benevides (2000), à necessidade de se estabelecer como um contraponto à tendência dominante, enfatizando a importância de ser uma alternativa real ao que está posto e não uma estratégia de simples adaptação da localidade ao mercado capitalista. Além disso, coloca como uma das atribuições do desenvolvimento local a atuação na correção da tendência de concentração “que parece inerente ao processo capitalista no nível macro” (OLIVEIRA, 2001, p. 17), considerando que a proposta do capitalismo é a subordinação e homogeneização por meio da distribuição do seu modo de produção por todo o tecido social, integrando e assimilando os diversos setores e lugares.

Oliveira (2001) faz ainda uma crítica a maior parte das definições e ensaios de desenvolvimento local, justificando que essas parecem mais com adaptações ao contexto hegemônico do que realmente uma alternativa à essa dominação.

Zaoual (2006), também argumenta que não devemos nos iludir com a noção de proximidade, abertura de negociação, participação e sinergia de atores que parece estar imbuída no conceito “simpático” de desenvolvimento local, pois

as alternativas a este sistema [capitalismo], que está esgotando seu potencial de evolução no plano da sociedade e do meio ambiente, têm o dever moral de discutir a ética antes da técnica e da política. Se ficarem apegadas às definições e visões do homem e da sociedade que esse sistema elaborou, as alternativas não transcenderão o paradigma do progresso (p.69).

Além disso, Zaoual (2006) apresenta, sob a perspectiva da teoria dos sítios de pertencimento, a existência de uma relação conflituosa entre identidade e desenvolvimento local:

o binômio identidade e desenvolvimento local esconde aqui um conflito de identidades, a do sítio e a do desenvolvimento local entendido como categoria econômica. O jogo sem fim entre o capital e o sítio redobrá em intensidade, cada um querendo encaixar o outro em sua lógica. A experiência mostra, aliás, que não basta abordar um mesmo problema com os mesmos óculos conceituais, mas em uma escala reduzida, para que se compreenda o que escondem os mundos dos sítios (p. 140).

Oliveira (2001) ressalta, ainda, a emergência dos conflitos e o enfrentamento desses como fatores importantes no desenvolvimento local e na construção da cidadania, uma vez que existem interesses, necessidades e forças diversas. A noção de cidadania que ele discute “refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito” (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Relaciona, também, o desenvolvimento local à “capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local” (OLIVEIRA, 2001, p. 14), com a grande

possibilidade de se “criar um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum” (OLIVEIRA, 2001, p. 14), permitindo a aproximação do governo dos cidadãos e passando a ser um governo de todos.

Nessa perspectiva, Buarque (2008) afirma que “o desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentem a governabilidade e a governança” (p. 26) e, de modo essencial, “depende da capacidade de os atores e da sociedade local se estruturarem e se mobilizarem” (p. 30). Observa-se, assim, a importância dos espaços de participação como elementos fundamentais para a construção do desenvolvimento local. O autor ressalta ainda que é preciso ter sinergia entre a qualidade de vida da população local, a eficiência econômica e a gestão pública efetiva para que o desenvolvimento local ocorra. Enfatiza também a oportunidade de aprendizado propiciado pelo desenvolvimento local na medida em que este pode ser “entendido como um espaço social com capacidade de criação, ampliação do conhecimento e aprendizagens contínuas, inventando, testando, adaptando alternativas e caminhos que permitam o desenvolvimento” (BUARQUE, 2008, p. 31 apud BOISIER, s.d).

Por fim, a partir das considerações apresentadas, é possível afirmar que o “lugar” é sempre muito vulnerável às ações e políticas externas a ele e enfrenta o desafio constante de não ser cooptado e assimilado pelo capitalismo, favorecendo esse ainda mais no nível local. Diante disso, a proposta de desenvolvimento local certamente é “remar contra a maré”, contudo, acredita-se que a resistência é possível, uma vez que traz consigo a força e as características de cada local, aspectos fundamentais para a construção de soluções que contribuam para o enfrentamento dos desafios atuais e até mesmo fomentem novas relações de mercado conectadas com a realidade e necessidades de cada lugar.

Tendo como base as discussões conceituais expostas sobre participação, desenvolvimento e desenvolvimento local, apresentou-se como fundamental a incorporação das questões atuais sobre o turismo no trabalho de pesquisa. Nesse sentido, o próximo tópico discute as relações dos temas participação e desenvolvimento local com o setor de turismo, consideradas como essenciais para a mudança de postura aos preceitos tradicionais dessa área.

3.3 Relação turismo, participação e desenvolvimento local

É consenso que o turismo tornou-se uma alternativa econômica considerada promissora e um importante aliado para o desenvolvimento de diversas localidades, regiões ou mesmo países, principalmente para aqueles ricos em recursos naturais e culturais e pouco desenvolvidos economicamente. Desta forma, o turismo tem sido apontado por entidades internacionais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como uma estratégia capaz de contribuir de forma significativa para a redução da pobreza, sobretudo, nas zonas rurais dos países subdesenvolvidos (OIT, 2011). Isso porque a atividade apresenta um potencial expressivo de geração de trabalho e renda a partir do envolvimento e da utilização de uma grande quantidade de bens e serviços voltados para a satisfação das diferentes necessidades dos turistas, com uma considerável força de distribuição de recursos financeiros e uma demanda de investimento menor que outras atividades econômicas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

Conforme divulgado pela OMT, em 2009, o mercado de viagens representava 30% das exportações mundiais de serviços e 6% das exportações mundiais totais. Como categoria de exportação, o Turismo se situa em 4º lugar, depois apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis. Para muitos países, a atividade turística é uma das principais fontes de receita e é imprescindível para a geração de emprego e renda (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011).

Contudo, é importante enfatizar que o turismo, nos moldes que conhecemos atualmente, é uma atividade capitalista e, assim sendo, abarca a relação econômica vigente neste sistema, pautada no individualismo, na competição, na concentração de renda, na propriedade privada, na padronização, na acumulação de lucros e na deterioração ambiental.

O território, com seus atributos geográficos, históricos, culturais e com suas particularidades, é um elemento fundamental para a concretização da atividade turística, uma vez que ao visitante interessa conhecer, aprender e interagir com o local visitado e, para tanto, utiliza-se dos serviços e da infraestrutura disponível no local. Desta forma, a intensificação do turismo em uma localidade, município ou região traz impactos bem significativos, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista ambiental e sociocultural.

O uso intenso do território para o turismo fez este ser conhecido como um “consumidor de espaços”. De acordo com Cruz (2001, p. 05) o turismo “é, antes de mais

nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”.

Portanto, apesar das várias oportunidades que o turismo pode propiciar e que são difundidas por muitos governantes e empresários, como a diversificação da economia local, a melhoria da infraestrutura básica, o aumento da arrecadação de impostos, a reafirmação da identidade cultural local e a conservação do patrimônio natural e histórico, o que tem prevalecido em muitos destinos turísticos são os efeitos negativos desta atividade. Dentre estes efeitos pode-se citar a especulação imobiliária, a degradação do ambiente e aumento dos problemas sociais como o tráfico de drogas, crimes e prostituição infantil (WWF-Brasil, 2003; MARTINS, 2009).

Na medida em que o uso turístico, configurado nas bases capitalistas, consome espaços, também resulta na divergência de interesses. Nesse contexto de disputa de usos e impactos gerados pelo turismo em uma localidade, cabe destacá-lo também como um agente de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Esse processo de transformação do território pelo turismo, que muitas vezes ocorre de forma veloz, e que compreende a construção de cenários, estruturas e serviços para atender aos interesses dos visitantes, é conhecido como “turistificação dos lugares”.

De acordo com Cruz (2001, p.25) “o que o turismo faz nos núcleos receptores é impor sua lógica de organização dos espaços (a lógica do lazer) às lógicas preexistentes. Daí as transformações que se colocam nos territórios em função do turismo”. Knafo (1996) apresenta três fontes diferentes de turistificação dos lugares que muitas vezes atuam de forma conjunta no destino turístico: os próprios turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. Portanto, essa transformação é incentivada por atores como os agentes do setor do turismo e os agentes governamentais, estes últimos movidos aparentemente pelo interesse no desenvolvimento local, na geração de divisas, de trabalho e de renda. Assim, passam a produzir o território, investindo em projetos e recursos com o interesse prioritário na atividade turística, sem considerar os anseios e as necessidades da população local.

Neste sentido, a territorialização do local para o turismo pode significar a desterritorialização de parte da população, que muitas vezes perde definitivamente ou parcialmente seus espaços de moradia, trabalho e até mesmo de lazer para satisfazer outros interesses e grupos. O local passa a ser priorizado para o turista, mesmo que o uso dos serviços e espaços por este seja sazonal, surgindo assim o conflito de interesses.

Para além do consumo do espaço, Ouriques (2005) destaca que o turismo se apropria também dos aspectos culturais da localidade, transformando o modo de vida dos habitantes, as festas, as danças, as manifestações religiosas e folclóricas em mercadorias, em produtos a serem encenados para o consumo dos turistas. Segundo o autor, essa encenação da cultura, adaptada ao interesse e ao “bolso” dos turistas, denomina-se fetichismo. O autor também critica de forma veemente a comercialização da pobreza por meio do turismo.

É importante ressaltar, ainda, que mesmo a geração de postos de trabalho e de renda sendo tão valorizados e considerados como importantes resultados para os que acreditam no turismo como impulsionador de desenvolvimento, de acordo Ouriques (2010), os mecanismos capitalistas também regem as relações de trabalho no setor turístico o que acaba por fragilizar o trabalhador:

Em suma, condições de trabalho precárias, jornadas extensas de trabalho, baixas remunerações, contratos temporários, maior incidência de relações de trabalho à margem da legislação, ausência de organizações sindicais e uso preponderante de mulheres, jovens e crianças são situações que dão a tônica do funcionamento da atividade turística (OURIQUES, 2010, p.54).

Na mesma perspectiva Krippendorf (2002) apresenta o “cartão vermelho para o turismo” justificando que

Tendo a continuação do evento do Rio [Eco 92] falhado em cumprir a maioria de suas promessas, o turismo apresenta, hoje, um desafio ainda maior especialmente desde que se tornou uma das maiores indústrias e um dos maiores empregadores do mundo nos últimos anos. Entretanto, o rápido desenvolvimento do turismo se dá ao custo meio ambiente local e internacional e muito freqüentemente tem se tornado um peso para as pessoas nas regiões hospedeiras (s/p.).

Ouriques (2005) também trata do fracasso do turismo baseado na relação entre os países desenvolvidos, que possuem multinacionais do setor, e os não desenvolvidos, que disponibilizam seus territórios e sua mão de obra para exploração, o que, para o autor, faz dessa atividade uma nova forma de dependência e de colonização.

Com o objetivo de debater caminhos futuros, após criticar o setor, Krippendorf (2002, s/p.) apresenta 10 princípios e desafios para um desenvolvimento sustentável do turismo no século XXI. Abaixo alguns destes desafios estão elencados:

Pobreza / Desenvolvimento: O turismo deve ajudar a superar a pobreza - justiça social e ambiental e a participação da comunidade local nas aplicações devem ser as bases para isso.

Biodiversidade: O turismo alimenta a diversidade natural e cultural do planeta e deve contribuir para sua sobrevivência.

Dignidade humana/igualdade de gêneros: Mulheres e crianças precisam de proteção e 'empowerment'* [*aprender a usar a sua própria força; usar seu poder] para que lhes sejam assegurados direitos iguais.

Participação da sociedade civil: Todos os agentes sociais, especialmente os povos em desvantagens e as minorias, devem ter o direito de decidir sobre o desenvolvimento do turismo e se beneficiar dele.

Consumo e estilo de vida: O comportamento de consumo durante viagens e atividades de lazer devem ser justas para as (outras) pessoas e o meio ambiente.

Portanto, destaca-se a questão da “participação” como um instrumento capaz de fazer frente, apresentar resistência aos prejuízos acarretados pela atividade e mudar os rumos do turismo em uma localidade. Bordenave (1983) também indica a necessidade da intervenção das pessoas para a constituição ou mudança da sociedade.

Essa mudança deve se dar tendo como base os interesses dos moradores e a autonomia da localidade, considerando que o turismo ocorre fundamentalmente no local. Portanto, deve atender, prioritariamente, as necessidades dos diversos grupos que vivem e convivem no lugar e não priorizar somente o atendimento das demandas do mercado turístico, como geralmente ocorre.

Conforme aponta Souza (2000), é importante considerar o que as pessoas esperam do turismo, a existência de interesses homogêneos e conflitantes, as diferentes expectativas e ainda quem são as pessoas envolvidas com esta atividade.

Para tentar responder a questão “Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?”, este autor propõe uma análise de quem ganha e de quem perde com o turismo. Souza (2000) sugere que existem três grupos principais envolvidos com esta atividade: a população da área de origem dos turistas, os turistas e a população da área de destino dos turistas. Com relação à população da área de destino, destaca que esta não é homogênea e que certamente alguns lucram mais e outros menos, ou ainda, que alguns lucram e outros sofrem os impactos negativos. O autor também coloca a questão da autonomia no território como relevante, pois,

o desenvolvimento socioespacial pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para gerir os seus destinos (ou seja, eleger, ela própria e conscientemente, as suas prioridades e os meios para concretizá-las), até mesmo para disciplinar o turismo conforme os seus interesses e necessidades (SOUZA, 2000, p. 20).

Além disso, Souza (2000) também relaciona a participação com o desenvolvimento turístico:

se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos socioespaciais de seu município, o turismo (e outras atividades) dificilmente corresponderão às suas expectativas e casarão com os seus interesses; dificilmente, portanto, o turismo tenderá a trazer desenvolvimento socioespacial duradouro (p. 20).

A partir da abordagem anterior é importante compreender se e como a participação pode fortalecer ou mesmo ser estrutural para a implementação de um turismo menos impactante e mais interessante do ponto de vista dos locais que recebem visitantes.

Para que o turismo se desenvolva em uma localidade de forma organizada e acolha as demandas dos mais diversos segmentos, possibilitando a maximização dos benefícios e a minimização dos prejuízos, se pressupõe a participação efetiva de grupos com atribuições distintas, mas complementares, como as empresas, os governos e a população em geral. Tal perspectiva demanda uma estratégia de gestão integrada e articulada da atividade turística que permita o diálogo entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local de forma que o poder de decisão também seja equivalente e, que, como enfatiza Zaoual (2006), considere a importância das particularidades simbólicas da localidade.

Neste sentido, é essencial a criação de espaços de participação e decisão relacionados ao turismo que fomentem a “gestão coletiva” desta atividade e que tenham autonomia para a construção de um turismo localmente interessante e para gerir as mudanças necessárias.

O desafio está em concretizar isso de acordo com o contexto e histórico de cada localidade, considerando o capital social disponível e a partir da identificação de estratégias que permitam maior adesão e envolvimento dentro da realidade vivida. É possível pensar, por exemplo, em espaços mais pontuais, em bairros ou interbairros ou, ainda, junto ao município como um todo. Os espaços formais e informais de participação também devem ser considerados. O fundamental é trazer o poder de decisão para uma seara mais coletiva que, de alguma, forma abarque os interesses e beneficie a maioria.

Entre os espaços de gestão participativa do turismo, estruturados e/ou fomentados no Brasil, estão os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de turismo e as redes, fóruns, agências e associações regionais ou mesmo consórcios intermunicipais definidos a partir de circuitos ou regiões turísticas (MTUR, 2010). No âmbito das unidades de conservação estão os conselhos consultivos e deliberativos, que muitas vezes também incorporam demandas relacionadas ao turismo. Entretanto, como apontado anteriormente na abordagem sobre os desafios da gestão participativa, esses espaços requerem maturidade para sua efetividade, e, parece que não estão sendo suficientes para um envolvimento efetivo da sociedade com as decisões sobre o turismo.

Outra linha de raciocínio que apresenta a relação direta entre turismo e participação, fundamenta-se na natureza da atividade. O turismo pressupõe interdependência e coletividade, uma vez que os diversos serviços demandados pelos visitantes durante uma viagem necessitam, na sua oferta e execução, o estabelecimento de relações de complementaridade e fluxos entre empreendimentos e prestadores de serviços para que atendam, efetivamente, às necessidades e expectativas dos turistas.

Talvez esse seja um dos seus maiores desafios; por ser uma atividade com alto foco no mercado, na competição e no interesse do cliente, a percepção da necessidade de cooperação, mesmo que com objetivo da oferta de produtos demandados pelos visitantes, não aparece com muita clareza para os envolvidos na atividade.

Além disso, a demanda por diferentes serviços e o consumo de grande diversidade de produtos no turismo demonstra que esta é uma atividade que pode certamente contribuir para o desenvolvimento local, uma vez que permite o envolvimento de muitas pessoas com atividades distintas. Também se apresenta com uma possibilidade interessante de trabalho para mulheres e jovens.

De acordo com Souza (2000), o turismo contribuirá para o desenvolvimento local, de acordo com o contexto de cada localidade,

dependendo 1) do que se entenda por desenvolvimento; 2) da natureza do turismo em questão (seu caráter predatório ou não, o grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos humanos envolvidos); 3) de quais grupos ou segmentos sociais específicos referentes à *área de destino* do fluxo turístico se esteja falando (SOUZA, 2000, p. 21).

Ao que tudo indica, para que o turismo contribua para o desenvolvimento local, além da participação e da necessidade da integração de diferentes serviços na execução do trabalho de atendimento ao visitante, é importante que não seja a única atividade econômica e sim, que esteja dentro de um escopo maior de possibilidades econômicas para a localidade, o que permite a dinamização econômica e o enfrentamento de questões como a sazonalidade e a vulnerabilidade a crises, características dessa atividade.

Também é importante considerar o papel do turista como um importante agente no desenvolvimento do turismo. Ao turista cabe ampliar a sua percepção com relação aos impactos da sua visita na localidade. Mesmo considerando que o tempo do turista no local é curto e que seus interesses muitas vezes são o lazer e o descanso –e não a preocupação com o local– é fundamental pensar em estratégias que permitam ao visitante compreender seu papel naquele destino.

Souza (2000) também explora o papel do turista e salienta que se o turismo contribuir para aproximação de diferentes pessoas e para diminuição de preconceitos, ele estará colaborando para o desenvolvimento.

Entretanto, é importante retomar a discussão sobre até que ponto o turismo, uma atividade essencialmente capitalista na sua forma de organização e distribuição, é capaz de contribuir para o desenvolvimento local, considerando o enfrentamento do modelo vigente, como aponta Oliveira (2001).

Cabe destacar que no Brasil e em outros países da América Latina, África e Ásia, existem experiências em que o turismo, aliado às iniciativas de organização social, tem contribuído para a melhoria da vida e para fixação das pessoas no território.

Essas iniciativas, que incluem pensar e agir em prol de um turismo mais inclusivo, são protagonizadas por indivíduos, famílias, grupos e comunidades que vivem em áreas naturais e rurais; são estes agricultores, caiçaras, quilombolas, indígenas, ou mesmo moradores de favelas e periferias das grandes cidades. Grupos que cada vez mais descobrem como fazer um turismo que vai muito além da geração de renda; apesar de não desconsiderá-la, conseguem enxergar muitas outras possibilidades. Utilizam-se do turismo para valorizar e mostrar a sua história, divulgar a sua luta, promover encontros, trocas e parcerias e construir oportunidades para a permanência e perspectivas futuras na localidade.

Desta forma, com ou sem o apoio de instituições governamentais ou não-governamentais, esses grupos resistem no seu território e apresentam experiências com uma grande diversidade de formatos, possibilidades e oferta de atividades, bem como diferentes graus de organização e empoderamento da comunidade. Essas iniciativas têm sido entendidas como experiências de turismo de base local, turismo de base comunitária, turismo comunitário ou mesmo turismo solidário, como será discutido a seguir.

3.4 Características, desafios e potencialidades do turismo de base comunitária

No turismo de base comunitária, os empreendedores, os gestores e os maiores beneficiários da atividade são os membros da comunidade que, organizados de forma coletiva ou em núcleos familiares, prestam na localidade onde vivem diferentes serviços aos visitantes. Mais do que um segmento do turismo no qual a motivação do visitante está no conhecimento e vivência das práticas cotidianas da comunidade local, é uma forma de gestão coletiva da atividade turística em um determinado território.

Neste sentido, o turismo de base comunitária desafia a lógica econômica vigente na sociedade pós-industrial imposta pelo capitalismo e apresenta uma perspectiva ideológica, uma vez que questiona a forma tradicional de se realizar o turismo (CORIOLANO, 2006).

Cabe destacar que o componente comunitário do conceito associa-se ao entendimento mais tradicional do termo “comunidade”, descrito anteriormente na abordagem de Mocellim (2011). Portanto, tem-se a comunidade como um espaço coletivo, físico e emocional, bem

demarcado espacialmente, provido de uma identidade própria e promotor de vínculos sociais, e que, frequentemente, apresenta um número relativamente baixo de habitantes.

Assim, o turismo de base comunitária apresenta algumas características fundamentais e particulares que precisam ser esclarecidas para a compreensão do fenômeno. A participação, a solidariedade e a cooperação constituem o alicerce dessa atividade. Trata-se, portanto, de uma iniciativa inclusiva promotora de oportunidades para as diversas pessoas interessadas e que se apresenta como um espaço para a integração dos moradores, tanto na organização da atividade quanto na prestação de serviços turísticos. Essa forma de trabalho permite a *autogestão*, componente fundamental no turismo de base comunitária e que pressupõe, além da gestão coletiva, a transparência e a distribuição dos recursos financeiros gerados.

O turismo de base comunitária baseia-se, ainda, na valorização da cultura e do modo de vida local e na conservação e uso sustentável da natureza. Esses elementos são essenciais na medida em que influenciam tanto a forma como o turismo será gerido localmente, considerando o modo de vida e o histórico de organização da comunidade, bem como os limites relacionados aos aspectos ambientais e a definição das atividades que serão compartilhadas e/ou oferecidas aos visitantes.

É interessante destacar que os conceitos e definições sobre esta temática nasceram, especialmente, da prática da atividade, portanto, a partir da vivência das comunidades e organizações não governamentais que atuavam com o turismo, somente mais recentemente as universidades passaram a tratar do tema de forma a compreender e explicar o fenômeno.

Irving (2009) apresenta uma reflexão sobre as premissas do turismo de base comunitária. A autora afirma que “é fundamental que se esclareça que esta discussão parte da interpretação do turismo não apenas em sua vertente de mercado, mas, principalmente, como fenômeno social complexo da contemporaneidade” (p. 110). Segundo Irving, a primeira premissa refere-se à necessidade do turismo se desenvolver a partir de uma base endógena da iniciativa,

embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para este tipo de turismo (IRVING, 2009, p. 112).

Portanto, para a autora, o interesse e o protagonismo do turismo de base comunitária deve ter sustentação local. Diante deste contexto, pode-se afirmar que essa atividade relaciona-se diretamente com a capacidade e autonomia das comunidades na gestão dos espaços onde vivem.

Para Coriolano (2006), a autonomia das comunidades e a posse do território também estão associadas ao turismo comunitário, entendido pela autora como “aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (2006, p. 201).

Já para Mendonça (2015)⁴⁸, o turismo de base comunitária também se constitui como um movimento político-social na medida em que vincula-se e até mesmo se constrói a partir de lutas sócio-territoriais de grupos que almejam permanecer em suas terras e assegurar seus direitos sociais e econômicos.

Diante dessas afirmações, não se trata, portanto, de um turismo que, como apontam alguns estudos internacionais, beneficie, sob alguma perspectiva, a comunidade localizada nas proximidades ou no local turístico; de forma que empreendimentos externos à comunidade, como meios de hospedagem e operadoras de turismo, repassam para a população local algum benefício, seja em dinheiro ou mesmo por meio de serviços básicos como saúde e educação (GOODWIN; SANTILLI, 2009).

Irving (2009) ainda enfatiza o saber endógeno como fundamental para o desenvolvimento do turismo em âmbito local. Diante disso, a implementação da atividade deve acontecer não somente a partir do interesse das pessoas do lugar, mas também a partir do conhecimento que essas pessoas têm sobre o seu local. Ainda, de acordo com a autora, para contribuir com o desenvolvimento da comunidade, o turismo deve estar associado às diferentes potencialidades locais. Desta forma, deve ser pensado a partir de uma visão estratégica do destino turístico, que considere outras alternativas, recursos e demandas locais (IRVING, 2009).

Irving também coloca a questão da escala limitada e do controle dos impactos sociais e ambientais como elementos importantes do turismo de base comunitária. A autora explica que “no caso de turismo de base comunitária, uma premissa essencial é que este se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas” (2009, p. 115). Nesse sentido, Irving (2009) apresenta o turismo de base comunitária, mais uma vez, como um contraponto ao turismo de massa, uma vez que ele acontece em pequena escala e considera os aspectos sociais e ambientais do destino.

⁴⁸ Informação verbal obtida durante Oficina de Turismo Comunitário realizada na Universidade de São Paulo no dia 27 de maio de 2015.

A Rede de Turismo Comunitário da América Latina apresenta, na Declaração de São José⁴⁹, formulada em outubro 2003, uma concepção de desenvolvimento da atividade que evidencia o caráter de resistência frente ao turismo predatório e também demonstra a possibilidade de contribuições positivas

Artigo 1º

Nossa concepção de desenvolvimento do turismo se sustenta nos valores de solidariedade, cooperação, respeito à vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes abrigam. Em consequência, estamos contra todo desenvolvimento turístico em nossos territórios que cause prejuízo a nossos povos, sua cultura e o meio ambiente.

Artigo 2º

Aspiramos que nossas comunidades possam prosperar e viver com dignidade, melhorando as condições de vida e de trabalho de seus membros. O turismo pode contribuir na concretização desta aspiração na medida em que fizemos dele uma atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. Com esta finalidade, exigimos uma distribuição justa dos benefícios que gera o turismo entre todos os atores que participam de seu desenvolvimento.

Já o Projeto Bagagem, grupo que teve atuação expressiva junto ao desenvolvimento do turismo de base comunitária no final da década passada, apresentou a seguinte definição:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza (MTUR, 2010, p. 16).

Diante das informações expostas, nota-se que o desenvolvimento do turismo de base comunitária (ou turismo comunitário) se apresenta como uma atividade extremamente complexa e um grande desafio, não só para as comunidades que se propõem a esta atividade, mas também para os diversos atores envolvidos com a temática, como governos, empresas, profissionais de turismo e universidades.

Do ponto de vista das instituições externas à comunidade, muitas vezes incentivadoras, promotoras e financiadoras do turismo de base comunitária, o desafio está na necessidade da execução de um trabalho que implique em uma dinâmica diferenciada, mais flexível e que permita a adaptação e a conexão ao contexto e a temporalidade local. Pressupõe, ainda, uma imersão cultural, o que demanda tempo e abertura para o conhecimento do outro (isso de ambos os lados), uma vez que esse “outro” está inserido em um grupo que não é homogêneo e que possui conflitos e necessidades diversas. Também demanda uma atuação voltada para a participação, para a cooperação e para a sustentabilidade; práticas essas requeridas para o desenvolvimento da experiência de turismo de base comunitária, mas muitas vezes não internalizadas nas instituições que propõem esses projetos. Enfim, na prática, é

⁴⁹Disponível em <<http://www.redturs.org/inicio/docu/DeclaracionSan-Jose-Espa.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

possível afirmar que ainda são poucas as instituições que possuem amadurecimento para responder a essas demandas.

Para as comunidades os desafios são ainda maiores. Primeiro, requer dos moradores um sentido de unidade, de pertencimento, uma identidade individual e coletiva construída a partir da compreensão de um conjunto de valores, crenças e pensamentos comuns, requisitos fundamentais para a projeção de um futuro a ser partilhado. Exige dos envolvidos, portanto, o conhecimento e o reconhecimento do passado, da história da comunidade como *sua* história e a identificação desta perante outros grupos. Requer, ainda, capital social, baseado nas relações de confiança, nas normas e valores culturais e na reciprocidade, fatores esses que, como aponta Putnam (2006), favorecem a ação e a cooperação para benefício mútuo.

Demanda, também, certo grau de organização da comunidade, pois pressupõe a participação e o envolvimento dos comunitários – pelo menos de parte dos membros da comunidade – primeiramente, para a compreensão da atividade e definição dessa como uma possibilidade real para o desenvolvimento local e, posteriormente, para as decisões sobre as ações, sobre a forma de trabalho e sobre a aplicação dos recursos financeiros. Nessa mesma perspectiva, Irving (2009) enfatiza como fundamental a participação e o protagonismo social em todo o processo de implantação do turismo, tanto no planejamento quanto na implementação e na avaliação do projeto turístico de base local. A autora esclarece que isso “representa um elemento essencial para a sustentabilidade das iniciativas propostas e para a garantia ética de conservação do patrimônio natural e cultural” (IRVING, 2009, p. 114).

Pressupõe, além disso, um amadurecimento da comunidade para o estabelecimento de parcerias “saudáveis”, seja com o governo, com organizações não governamentais ou com universidades, uma vez que essas instituições geralmente são fundamentais para o fomento da atividade, sendo as duas últimas responsáveis principalmente pelo apoio técnico. Cabe ressaltar que muitas comunidades não têm conhecimento sobre a lógica de proposição, seleção e prestação de contas físico-financeira de projetos que possam contribuir com seus interesses. Na medida em que muitos editais incluem grande burocratização, maior é a dificuldade – ou impedimento - para que esses grupos possam concorrer e gerir seus projetos.

Também requer, por parte da comunidade, um entendimento sobre o funcionamento do mercado turístico, a compreensão dessa atividade que é multifacetada, que possui características próprias e que geralmente se desenvolve em longo prazo. O conhecimento sobre o mercado turístico é fundamental, inclusive para o questionamento e para a proposição de formas diferenciadas de se produzir o turismo.

Cabe enfatizar aqui que o turismo é uma atividade totalmente desconhecida para os moradores de muitas localidades brasileiras, em que “viajar” não faz parte da sua realidade. Entretanto, acolher outras pessoas, principalmente familiares e amigos, certamente é uma prática social bem conhecida por estes grupos.

O turismo de base comunitária demanda, ainda, por parte dos envolvidos, uma visão e ação econômica com foco no desenvolvimento do ser humano e na melhoria da qualidade de vida das pessoas e não na acumulação de lucros. Entretanto, isso não suprime a necessidade da apropriação pela comunidade de instrumentos de gestão de negócios e formalização dos empreendimentos. Deste ponto de vista, a capacitação, a organização comunitária e a gestão coletiva são aspectos fundamentais para desenhar a forma de administração do turismo na comunidade, que deve incluir estratégias para transparência na destinação, uso e distribuição dos recursos gerados.

Sobre a premissa da geração de benefícios diretos à população local, Irving (2009) sugere que

iniciativas de base comunitária têm que assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo. Da mesma forma, medidas devem ser colocadas em prática, no sentido de se evitar a concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos, como ocorre frequentemente em projetos comunitários (p. 116).

A autora aborda ainda a necessidade de se pensar formas de avaliação dos benefícios gerados pelo turismo de base comunitária.

Diante dessa perspectiva, a discussão sobre a relação entre recursos financeiros e turismo parece pertinente. Para muitas comunidades, o dinheiro vindo do turismo representa um montante muito superior às outras atividades já realizadas pelos moradores, como a agricultura, a pesca e o extrativismo, principalmente se comparado ao tempo de dedicação e ao esforço físico demandado. Nessas circunstâncias, se não houver uma base estruturada, um amadurecimento dos envolvidos com relação às necessidades da comunidade e a compreensão da atividade turística como um componente do desenvolvimento local, o turismo e os recursos financeiros gerados por ele podem desestabilizar as relações locais e, inclusive, comprometer as outras atividades desenvolvidas na localidade. Como aponta Zaoual “é preciso estar aberto e, ao mesmo tempo, estar na raiz das práticas locais para que o local não seja aniquilado pelas soluções prontadas pelo pensar global” (2006, p. 72-73).

Tandazo, Burneo e Ferri expõem os desafios da implantação do turismo de base comunitária no Equador:

Se reconhece também que uma alta porcentagem deste tipo de projetos se integram com dificuldade ao mercado, no início apoiados técnica e economicamente por ONGs internacionais e/ou nacionais para logo ser transferido às comunidades locais, experimentando uma grande dificuldade para viabilizar seu êxito, o que se deve a fatores relacionados com as complexas relações sociais no interior da comunidade, a deficiente organização comunitária, o escasso ou nulo conhecimento da administração do negócio, a não ter acesso à informação, carecem de recursos técnicos e financeiros para configurar a estrutura empresarial requerida para o melhoramento das operações dos projetos turísticos (2011, p. 24)⁵⁰.

Goodwin e Santilli afirmam que

Existem evidências de que a grande maioria das iniciativas de Turismo de Base comunitária goza de muito pouco sucesso. Mitchell e Muckosy relataram na pesquisa da Rainforest Alliance e Conservation International, na qual revisaram 200 projetos de turismo de base comunitária pela Américas e que mostrou que muitos dos fornecedores de acomodações têm somente 5% de ocupação. Eles concluíram em sua pesquisa que “o mais provável resultado das iniciativas de Turismo de Base Comunitária é ter um colapso após o financiamento se esgotar”. Eles relataram que as principais causas do colapso são o fraco acesso ao mercado e a má governança (2009, p.04)⁵¹.

Maldonado (2006 apud MALDONADO, 2009, p. 32) também aponta outras deficiências da oferta de turismo comunitário, entre elas estão:

- A qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.
- Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos.
- Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.
- Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Questões como a captação de público, o preço, a comercialização e a comunicação também se colocam como grandes desafios e, inclusive, se tornam limitações para muitos

⁵⁰ Tradução da autora: “Se reconoce también que un alto porcentaje de este tipo de proyectos se integran con dificultad al mercado, al inicio apoyados técnica y económicamente por ONGs internacionales y/o nacionales para luego ser transferidos a las comunidades locales, experimentando una gran dificultad para viabilizar su éxito, lo que se debe a factores relacionados con las complejas relaciones sociales al interior de la comunidad, a la débil organización comunitaria, al escaso o nulo conocimiento de la administración del negocio, al no tener acceso a información, carecen de recursos técnicos y financieros para configurar la estructura empresarial requerida para el mejoramiento de las operaciones de los proyectos turísticos” (BURNEO; FERRI; TANDAZO, 2011, p. 24).

⁵¹ Tradução da autora: “There is evidence that the large majority of CBT initiatives enjoy very little success. Mitchell and Muckosy reported research by the Rainforest Alliance and Conservation International which reviewed 200 CBT projects across the Americas and which showed that many accommodation providers had only 5% occupancy. They concluded from their review that “the most likely outcome for a CBT initiative is collapse after funding dries up.” They reported that the main causes of collapse were poor market access and poor governance (GOODWIN; SANTILLI, 2009, p.04).

destinos de turismo de base comunitária. Algumas experiências brasileiras de articulação de destinos de turismo de base comunitária em rede são bem interessantes na medida em que permitem além da troca de experiências, ações integradas para a divulgação e comercialização dos diferentes produtos. Vale a pena citar aqui a Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário e a Central de Turismo Comunitário da Amazônia⁵².

Com relação ao público que se interessa por destinos de base comunitária, Maldonado expõe que “as viagens são realizadas em pequenos grupos que buscam experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas e desfrute de cenários naturais” (2009, p.26) e que “o fator humano e cultural da experiência é o que cativa o turista e precede a simples motivação de imersão na natureza” (2009, p. 30). Também é crescente o número de escolas que procuram oferecer esse tipo de vivência como prática pedagógica e contratam agências de turismo para organização da viagem. Em algumas comunidades esse público já é predominante. Viajantes independentes também se interessam cada vez mais por viagens que propiciem interações e intercâmbio cultural.

Para a ampliação da discussão e compreensão do fenômeno, se faz necessária também uma reflexão acerca dos aspectos que podem ser considerados facilitadores do desenvolvimento do turismo em comunidades.

O primeiro fator que desponta como facilitador é o conhecimento e o domínio que esses grupos têm sobre o território, ainda que a comunidade não possua a titulação legal. Como existe uma relação forte de dependência com o território e essas comunidades vivem profundamente seus ambientes, tem-se como resultado um surpreendente conhecimento sobre a dinâmica local e uma intensa sensação de pertencimento. Nessa perspectiva, se insere não somente o ambiente natural e rural, sobretudo para as comunidades que vivem nessas áreas, mas também o domínio das relações sociais e das práticas e códigos culturais, o que permite construir propostas muito afinadas com a realidade local. No âmbito do turismo, isso resulta em diversificadas e riquíssimas possibilidades de atividades para serem pensadas para os visitantes e que agregam, na sua execução, um alto grau de particularidade, de especificidade e de conhecimento.

Outro facilitador é a presença efetiva, ainda que em diferentes graus, do capital social baseado na relação familiar, de vizinhança e de compadrio, muitas vezes tão difícil de ser encontrado na sociedade em geral.

⁵² Disponível em <<http://www.amazoniacomunitaria.org/>> Acesso em 23 de abril de 2015.

Além disso, a relação com a natureza, principalmente nas populações tradicionais, é saudável e respeitosa. Assim, não se trata de pensar o turismo como uma atividade que pode levar a comunidade a conservar os recursos naturais, pois já o fazem; a oportunidade que se coloca é de incluir o turismo no contexto socioambiental já estabelecido pela comunidade e, portanto, de trazer esse saber acumulado e essa bagagem da relação com a natureza para o turismo.

Outro aspecto interessante e promissor consiste na facilidade que esses grupos têm de mesclar os conhecimentos antigos com novos saberes, como o conhecimento técnico do turismo, por exemplo. Neste processo eles transformam antigos e novos saberes em propostas híbridas e inovadoras, capazes de colaborar para a solução de problemas atuais que afetam a localidade. Como aponta Zaoual (2006) ao expor que toda inovação acaba sendo transformada pelo local.

Também estão presentes nestas comunidades relações de trocas que vão muito além do dinheiro, como o intercâmbio de produtos e serviços e até mesmo o compartilhamento de resultados de plantio, pesca e caça. Essas práticas sempre ocorreram em decorrência do modo de vida baseado na subsistência e na relação de reciprocidade, como esclarece Queiroz ao abordar o tema, “a vida social repousa na atividade de trocar. E a troca de bens econômicos é vista como uma expressão particular de um princípio mais geral – o princípio da reciprocidade” (LANNA, 1972, p. 120 apud QUEIROZ, 2006, p. 111). Sobre o assunto Zaoual sugere que

devemos considerar as imbricações que se estabelecem entre o universo mercantil e os outros registros sociais nos quais os atores locais encontram o sentido, as regras e as convenções sociais de seus comportamentos econômicos. Nessas condições, observada de dentro e de baixo para cima, a vida econômica se desdobra em universos acentuadamente híbridos e moventes, logo, complexos (2006, p. 92-93).

Afirma, ainda, que

A acumulação é limitada pelo sítio. Com isso, ela é reduzida e modificada tanto em seu conteúdo como em seu modo de evolução. Nas suas práticas, o pequeno empreendedor informal se torna rebelde às prevalecentes teorias do capitalismo concentrador que conhecemos e que pretendemos verificar em todos os tempos e lugares (2006, p. 87-88).

Diante do exposto, cabe destacar três características que podem ser determinantes para o desenvolvimento de um turismo de pequena escala, controlado e com recursos distribuídos na comunidade: o entendimento de que o dinheiro não é o único caminho para sobreviver; a relevância dada ao apoio mútuo, à sobrevivência do outro ou das outras famílias e; a necessidade do acúmulo, até mesmo de dinheiro, não fortemente presente na vida destas pessoas.

3.4.1 Turismo de base comunitária no Brasil

As primeiras experiências com o turismo em comunidades brasileiras foram iniciadas no final da década de 1990 de diferentes formas, de acordo com as especificidades locais. A maioria das experiências desenvolveu-se em áreas naturais, a partir da ação de organizações não governamentais (ONGs) com atuação regional e até mesmo internacional, como o World Wide Fund for Nature (WWF).

Inicialmente guiadas pela proposta do ecoturismo, na perspectiva de promover a oportunidade de renda para as pessoas que tiveram seus modos de vida coibidos pela legislação ambiental, a maior parte dessas iniciativas estava atrelada às comunidades localizadas no interior e no entorno de unidades de conservação. Algumas delas tinham como objetivo “educar” esses moradores para a conservação da natureza. Parte dessas experiências começou com a formação de condutores de visitantes e de monitores ambientais, como foi o caso das regiões da Chapada Diamantina (Bahia), Chapada dos Veadeiros (Goiás) e Vale do Ribeira (São Paulo); outras já pressupunham, desde o início, o envolvimento ampliado dos moradores e a organização coletiva de serviços como hospedagem, alimentação e passeios. Esse é o caso de algumas comunidades ribeirinhas e de seringueiros da Amazônia como as iniciativas no município de Silves e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no Estado do Amazonas, e nas Reservas Extrativistas de Curralinho e Pedras Negras, em Rondônia (WWF-Brasil, 2003). Em outros locais, como na comunidade caiçara do Marujá, na Ilha do Cardoso, localizada no município de Cananéia, Estado de São Paulo, a organização do turismo se deu a partir do enfrentamento dos problemas causados pelo espontâneo fluxo de visitantes que ocorria na Ilha e teve também como objetivo possibilitar a permanência dos moradores em um parque estadual, local onde legalmente não é permitido morar. A experiência de turismo na Prainha do Canto Verde, município de Beberibe, Ceará, também é dessa época e se relaciona com a luta dos moradores contra grileiros e a confrontação do modelo de turismo implantado no Ceará, baseado na instalação de Resorts (MENDONÇA; IRVING, 2004). Também cabe citar as experiências realizadas em Assentamentos da Reforma Agrária, como a proposta do MSTUR, desenvolvido no Rio Grande do Sul, que tinha como principal objetivo promover a divulgação e o conhecimento sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e, portanto, tinha um foco claramente político.

Atualmente, observa-se que muitas dessas iniciativas avançaram e se consolidaram e outras sofreram transformações e mudaram de foco; algumas, ainda hoje, enfrentam desafios para sua viabilização.

É oportuno ressaltar que durante aproximadamente vinte anos, foram poucas as ações governamentais de fomento ao turismo de base comunitária. As iniciativas públicas que aconteceram foram incipientes e descontínuas, não contribuindo para a solidificação dessa atividade no Brasil.

No âmbito Federal, ocorreram iniciativas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da abertura de editais que tinham como foco as comunidades localizadas em unidades de conservação, principalmente nos biomas de Floresta Amazônica e de Mata Atlântica. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também incentivou o turismo com objetivo de agregação de renda junto às comunidades rurais (LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011). O Ministério do Turismo lançou, em 2008, o Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária, “com o objetivo de conhecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas com esse perfil em todo o País” (MTUR, 2010, p. 18). Esse edital foi elaborado de forma participativa, por meio de consulta junto aos envolvidos com essa atividade e teve uma demanda expressiva⁵³, o que demonstra o interesse e o potencial da atividade no Brasil (MTUR, 2010). Naquele momento o Ministério do Turismo também realizou uma ampla divulgação das experiências mais estruturadas apoiadas pelo edital, considerando, sobretudo, o turismo de base comunitária como uma alternativa complementar e interessante para a diversificação da oferta turística em destinos turísticos já conhecidos (MTUR, 2010), o que foi importante para o fortalecimento das iniciativas e para o início do reconhecimento dessas pelo mercado do turismo.

Portanto, o turismo de base comunitária também pode cooperar com o mercado turístico nacional na medida em que “a diversificação na oferta de possibilidades de práticas turísticas no Brasil, além de dinamizar o turismo doméstico local e regional, contribui para que os turistas estrangeiros passem mais tempo no país” (LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011, p. 02-03). Do ponto de vista dos visitantes, seja o próprio morador de uma cidade na qual a experiência acontece, como no caso das grandes capitais, seja o turista doméstico ou mesmo estrangeiro, o turismo de base comunitária pode representar uma oportunidade ímpar de vivenciar “uma diversidade de

⁵³ Foram inscritos mais de 500 projetos, destes, 50 foram selecionados. (MTUR, 2010)

brasis conhecida por poucos” (LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011, p. 02).

Cabe ainda informar que o fomento ao turismo de base comunitária está entre as ações relacionadas ao estímulo do desenvolvimento sustentável presentes no Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016 (MTUR, 2013), todavia, atualmente não existe atuação do MTUR que fomenta essa atividade.

Também vale destacar a carência no Brasil da disponibilidade de linhas de financiamento adequadas à realidade dessas comunidades. São raros os editais para projetos nessa área e, no caso de empréstimos, é possível citar a existência de poucas alternativas, como o Banco do Povo, que no caso Paulista, tem como objetivo “promover geração de emprego e renda, por meio da concessão de microcrédito para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos⁵⁴” e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁵⁵, que financia projetos individuais ou coletivos que geram renda aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e moradores de reservas extrativistas. Uma alternativa ainda pouco conhecida é o financiamento coletivo, no qual uma coletividade de pessoas interessadas em determinado projeto fazem contribuições financeiras via internet até que todo o montante de dinheiro necessário para que o projeto possa ser realizado seja alcançado. No Brasil existem algumas plataformas virtuais que facilitam esse processo, como o Projeto Garupa⁵⁶, que trabalha especificamente com a viabilização do financiamento coletivo para projetos de turismo.

A formalização do trabalho via inscrição como Microempreendedor Individual (MEI),⁵⁷ mesmo considerando o formato individualizado, foi uma alternativa interessante que assegurou direitos aos pequenos empresários e prestadores de serviços turísticos.

A criação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL), em 2003, foi outro passo significativo. Formada por organizações vinculadas aos destinos de turismo de base comunitária no Brasil e por outras que atuam diretamente com a temática, essa rede tem como missão o fortalecimento da atividade no Brasil por meio das seguintes linhas de atuação: Formação e Capacitação; Produção de Conhecimento; Impactos em Políticas Públicas e Promoção e Comercialização⁵⁸. A TURISOL teve uma atuação expressiva

⁵⁴ Disponível em <<http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>> Acesso em: 30 de março de 2014.

⁵⁵ Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: 30 de março de 2014.

⁵⁶ Disponível em <<http://garupa.org.br/blog/>> Acesso em: 03 de junho de 2015.

⁵⁷ Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>> Acesso em: 03 de junho de 2015.

⁵⁸ Disponível em <<http://www.projetobagagem.org/2009/parceiros.asp?cod=12>> Acesso em 03 de junho de 2015.

até 2010, depois houve um período de paralisação das atividades e desde 2014, sob a secretaria executiva do Projeto Bagagem, vem retomando os trabalhos⁵⁹.

Também convém ressaltar o envolvimento do Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP) nas atividades ligadas ao turismo de base comunitária, seja por meio do seu programa de turismo social que divulga e comercializa roteiros que incluem visitas às comunidades rurais e urbanas do Estado, seja por meio do apoio a eventos que discutem esse tema.

Por fim, é importante dizer que, atualmente, se multiplicam pelo país experiências de turismo protagonizadas por comunidades localizadas em áreas naturais, urbanas e rurais. Percebe-se, portanto, que apesar dos inúmeros desafios e da carência de apoio, é grande o potencial orgânico do turismo de base comunitária, uma vez que este tem a capacidade de se transformar e de se moldar de acordo e a partir do contexto local, dos recursos disponíveis e dos interesses de cada comunidade.

3.5 Turismo como espaço de interações socioculturais e aprendizagem

Além da perspectiva econômica, o turismo também se apresenta como promotor de interações e de relações entre pessoas, pois facilita as trocas entre os que viajam, os próprios turistas e entre a comunidade receptora e os visitantes. É, ainda, um fenômeno cultural, uma vez que amplia o conhecimento e o entendimento dos viajantes com relação às diversas culturas, permitindo, assim, a compreensão e a valorização bem como o respeito entre culturas diferentes.

A propósito, no turismo étnico o visitante procura experiências autênticas e o encontro com realidades e pessoas que vivem de forma diferente da sua. Bahl (2009) ao discutir sobre o turismo étnico afirma que

Algumas localidades se tornam, desta forma, zonas de contato e de oportunidade para aproximação entre as pessoas e podem propiciar vivências que possibilitem relações interculturais, criando condições de promover interações multiculturais e transculturais de forma pacífica (p. 125).

Portanto, para os anfitriões esse tipo de turismo, além de ser uma alternativa de renda, é uma maneira e uma oportunidade de mostrar e de reforçar a sua identidade diante de outros grupos (BAHL, 2009). Consequentemente, essa troca e contato transformam os dois lados de alguma maneira. O visitante interage e vivencia, por um período, um ambiente diverso,

⁵⁹ Referência utilizada: material disponibilizado, via e-mail, sobre o histórico da instituição e organização do evento.

incomum e até mesmo excêntrico do dele. Quem o recepciona, compartilha a sua realidade, mas também recebe um pouco do mundo que o visitante traz consigo, ainda que exista um esforço, por parte de quem chega, de deixar esta realidade para trás, pelo menos por alguns dias.

Zaoual (2006) também aborda este intercâmbio ao tratar do turismo situado

Esta necessidade de referências simbólicas de existência está na raiz do turismo alternativo. Ele estabelece, ao mesmo tempo, a necessidade de uma *governança turística*, valorizando não somente os atores do sítio turístico, mas também os turistas, colocando-os em um intercâmbio autêntico. Deste ponto de vista, o *turismo situado* organiza o intercâmbio intercultural e assegura as durabilidades sociais e ecológicas (p. 70).

Dessa forma, a questão da alteridade se estabelece como essencial na prática do turismo que, independente do nome e da motivação, se propõe a trocas. Como explica Galeão (2013)⁶⁰, na experiência da alteridade “a pessoa entra em contato com outro, a um ponto de compreender o outro sem se confundir com o outro, mas entender quem é esse outro e como ele vive, como ele pensa, quais são as condições que essa pessoa vive”. Burns (2002) também afirma que “o turismo pode oferecer uma oportunidade para auto-reflexão e transformação pessoal (além disso o conhecimento e o entendimento do Outro podem gerar o respeito pela sociedade)” (p. 121-122). Cabe dizer que a alteridade é uma experiência de mão dupla, portanto no caso do turismo, visitantes se colocam diante do diferente, mas isso também ocorre com os anfitriões.

Na perspectiva da relação entre a aprendizagem e o turismo, também se inserem as viagens pedagógicas, experiências nas quais em um local distinto do ambiente escolar convencional e, a partir do contato com pessoas diferentes do dia a dia escolar, se busca conhecimentos conectados com a realidade, conforme expõe Moraes (2006)

o Turismo Pedagógico tem por objetivo transpor os muros da escola e realizar estudos nos locais visitados, procurando elementos de estudo que enriqueçam o conteúdo pedagógico. No seu cerne está a preocupação em encontrar a melhor maneira de conduzir a atividade educativa, para alcançar finalidades pedagógicas, por meio da experiência turística. O Turismo Pedagógico se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real. A viagem é uma forma diferente de conduzir os estudos de maneira mais prazerosa e encantadora. No Turismo Pedagógico, os diversos saberes e realidades são articulados como necessidade de reconhecer e conhecer os problemas do mundo, em um ambiente mais lúdico e diferente do cotidiano (p. 11).

⁶⁰ Prof. Luis Guilherme Galeão Silva, durante a Roda de conversa “Alteridade, Violência e Reconhecimento: olhares cruzados sobre as pesquisas e intervenções no Vale do Ribeira e Amazônia”, no Seminário Chico Mendes Vive Mais! Racismo ambiental e lutas por reconhecimento dos povos de floresta da Amazônia e Vale do Ribeira, realizado no Instituto de Psicologia da USP, em 2013.

Desse ponto de vista, os locais que recebem visitantes transformam-se também em espaços pedagógicos e os moradores se tornam professores. Nessa convivência, é possível, a partir da visão das pessoas do lugar, a compreensão do ambiente, seja ele natural, rural ou urbano, do cotidiano, das conquistas e dos desafios vivenciados diariamente. Sob a perspectiva das pessoas que vivem em áreas rurais e naturais, o turismo consiste em um caminho para apresentar e confrontar realidades distintas, frequentemente de difícil compreensão para quem vive na área urbana, como a relação de dependência dos recursos naturais ou mesmo a legislação ambiental, tão restritiva nesses locais e praticamente inexistente nas cidades; ou ainda apresentar realidades camufladas e mesmo segregadas no Brasil, seja no ambiente urbano ou nas áreas rurais, como a questão do racismo e das desigualdades sociais.

O turismo, portanto, pode revelar e aproximar mundos muito diferentes, inclusive conflitantes, mas, para tanto, visitantes e visitados devem se abrir para viver uma nova experiência.

Diante da abordagem sobre turismo desse capítulo, se colocou como essencial para compreender e avaliar o desenvolvimento da atividade no Quilombo Ivaporunduva o conhecimento da história do turismo na localidade, a identificação das principais características e da forma de organização adotada, a análise da relação que se estabelece com os visitantes, com o mercado turístico e com outros agentes externos, bem como a visão sobre as perspectivas futuras da atividade na comunidade.

Capítulo 4 – Procedimentos metodológicos

A partir da reflexão sobre os objetivos propostos, as bases teórico-conceituais apresentadas no Capítulo 3 e o contexto da pesquisa, optou-se pelo método “Estudo de Caso” como o mais adequado para o desenvolvimento do estudo.

De acordo com Yin (2010), o estudo de caso é uma investigação empírica que averigua um fenômeno contemporâneo em profundidade no contexto da vida real, no qual espera-se identificar por que e como este ocorre. O autor ressalta que este método permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos, frente às muitas variáveis de interesse e possibilidades e, ainda, aborda o pouco controle que o pesquisador tem sobre os eventos. Afirma também que o estudo de caso contribui para o “conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (YIN, 2010, p. 24).

Considerando os aportes da participação, organização comunitária e desenvolvimento local, o fenômeno estudado nesta pesquisa é o turismo de base comunitária, portanto uma atividade econômica, social e política que envolve diferentes indivíduos e grupos (anfitriões e visitantes) e que possui características próprias para ser desenvolvida, como a participação, a cooperação, a autogestão, a valorização da cultura e do modo de vida local, a conservação da natureza e a distribuição dos recursos gerados. A contemporaneidade está na atualidade do tema, já que é uma atividade recente, iniciada na década de 1990, e na presença de grandes desafios para sua implementação e, sobretudo, para seu sucesso.

É uma investigação empírica, embora apoiada em bases teórico-conceituais (como apresentado no capítulo anterior), na medida em que prioriza a obtenção de dados e a análise de um caso real, considerando, especialmente, a opinião das pessoas que vivenciam a experiência analisada.

O estudo foi realizado em profundidade (YIN, 2010). Procurou-se investigar de forma contundente como e por que o fenômeno ocorre, uma vez que ele é resultado de um processo contínuo com encadeamento de fatos complexos e interligados e que precisaram ser primeiro identificados para depois serem compreendidos. Ademais, certamente é um fenômeno em que o investigador tem pouco ou nenhum controle sobre os eventos, pois o turismo de base comunitária é uma atividade dinâmica, em constante mudança, capitaneada pela comunidade pesquisada e, muitas vezes, sob influência de acontecimentos externos que podem ou não intervir diretamente nas atividades locais.

A determinação do caso a ser estudado foi baseada na presença de evidências do sucesso da experiência de turismo na comunidade, como já explicado na introdução.

O estudo de caso apresentado é descritivo e exploratório (YIN, 2010). Descritivo porque apresenta a descrição da experiência exibindo aspectos gerais da atividade turística na comunidade: como o turismo surgiu, quais são os serviços oferecidos, qual é o perfil dos turistas, quais são os desafios e conflitos envolvidos nas atividades turísticas, como se dá a organização do turismo, como é feita a qualificação para o trabalho com turismo, quais são as estratégias de divulgação e como se dá a relação de parceria com o mercado turístico externo. Exploratório porque aprofundou-se o estudo da experiência no sentido de compreender como e porque se chegou à situação atual e, ainda, se, como e porque o turismo que ali ocorre colabora para o desenvolvimento local.

Os referenciais teóricos definidos para embasar a pesquisa incluíram a categoria território, comunidades tradicionais, participação, organização comunitária, desenvolvimento local e turismo de base comunitária. A apropriação destes conteúdos contribuiu de forma significativa na investigação, primeiramente para a compreensão e entendimento sobre o que deveria ser verificado junto ao fenômeno, em seguida para instrumentalizar a análise dos dados obtidos acerca do caso estudado e, posteriormente, para orientar e justificar a explicação do fenômeno.

Como aponta Yin (2010), “a força exclusiva do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (p. 03). Sob esta perspectiva, as fontes de evidências utilizadas na pesquisa foram diversificadas. Primeiro recorreu-se ao relatório “Resultados da Pesquisa Experiências de Turismo de Base Comunitária do Vale do Ribeira/SP – Quilombo Ivaporunduva – 2012” e a análise documental de 56 entrevistas com moradores realizadas nesta mesma pesquisa. Entre os entrevistados estavam: lideranças, jovens, adultos, idosos, monitores, cozinheiras, coordenadora de turismo, artesãos e agente de saúde, portanto diferentes atores, a maioria envolvida diretamente com a atividade turística, mas também outros agentes, o que possibilitou um olhar externo à atividade.

Cabe dizer que a pesquisa citada acima, foi composta por sete subprojetos que estão referenciados em diferentes momentos deste estudo, a saber:

- Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira;

- Pesquisa da arte em comunidades anfitriãs do turismo do Vale do Ribeira: descrevendo práticas artísticas passadas e presentes;
- Formação da consciência política e turismo: levantamento de histórias de repressão nas comunidades anfitriãs do turismo do Vale do Ribeira no período de 1964 a 2011;
- Relacionamentos afetivo-sexuais e prevenção de DST/AIDS entre turistas e jovens nativos de comunidades anfitriãs de turismo do Vale do Ribeira;
- Práticas culturais e enraizamento: a perspectiva dos moradores do quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira, sobre o turismo de base comunitária;
- Olhares dos jovens do quilombo Ivaporunduva e da comunidade caiçara Marujá sobre a vida, trabalho e cultura;
- Identidade, território e participação: um estudo psicossocial sobre a experiência de turismo de base comunitária no quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira/SP.

A partir da análise do relatório e das entrevistas citadas anteriormente, foi possível identificar uma grande quantidade de informações capazes de subsidiar a discussão e a reflexão sobre as bases para o desenvolvimento do turismo no Ivaporunduva e outros dados que demonstram a relação de proximidade e interdependência entre turismo, participação e desenvolvimento local. Subsequentemente, essas informações foram categorizadas, denominadas elementos-base e organizadas em quatro diferentes grupos, a saber:

1. Elementos-base para o desenvolvimento do turismo de base comunitária de forma satisfatória;
2. Elementos que evidenciam a relação entre a participação e o turismo;
3. Elementos que evidenciam a promoção do desenvolvimento local;
4. Elementos que evidenciam a relação entre o desenvolvimento local e o turismo.

Desta forma, a categorização teve como foco a verificação das informações sobre os elementos que dão base para o desenvolvimento do turismo de forma satisfatória na comunidade, que evidenciam ou não a relação entre a participação e turismo e também os que indicam a promoção do desenvolvimento local e a relação entre desenvolvimento local e turismo. Os elementos-base identificados neste estudo estão destacados na figura 16, apresentada no Capítulo 6.

Segundo Gomes (1994) “as categorias são empregadas para estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (p. 70). As categorias apresentadas na figura 16 remetem às questões iniciais da pesquisa: Em quais contextos essa atividade está mais

propícia a sua concretização? Quais elementos são estruturantes para que essa atividade se desenvolva de forma profícua para a comunidade?

Após a definição inicial das categorias, retomou-se a análise das entrevistas de modo a organizar as informações encontradas de acordo com estas categorias. Também foram realizadas, em 2014, cinco entrevistas complementares semiestruturadas junto a lideranças locais e outros moradores que atuam com turismo na comunidade (fig. 10). De acordo com Cruz Neto (1994), nas entrevistas semiestruturadas articula-se perguntas abertas ou não-estruturadas no qual “o informante aborda livremente o tema proposto” (p. 58) com perguntas previamente formuladas. As informações obtidas nessas novas entrevistas foram transcritas e organizadas nas categorias definidas anteriormente ou resultaram em novas categorias.

Figura 10 – Informações sobre os cinco moradores entrevistados em 2014

Sexo	Idade	Escolaridade	Atividades
Feminino	53 anos	Ensino fundamental incompleto	Agricultora, liderança, artesã e cozinheira
Feminino	70 anos	Ensino fundamental incompleto	Agricultora e artesã
Masculino	59 anos	Ensino Médio	Agricultor, liderança, monitor ambiental
Masculino	22 anos	Ensino Médio	Agricultor e monitor local
Masculino	24 anos	Ensino Médio	Agricultor e coordenador de turismo

Fonte: Construção própria

Utilizou-se ainda a técnica de observação participante durante o acompanhamento da recepção de grupos de visitantes na comunidade. Essa técnica “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (CRUZ NETO, 1994, p. 59). O significativo da observação participante é poder “captar uma variedade de fenômenos e situações que não são obtidos por meio de perguntas” (CRUZ NETO, 1994, p. 59-60), por exemplo, conhecer a organização e desenvoltura do grupo que recebe os turistas como também o interesse dos visitantes.

Foram acompanhados quatro grupos de visitantes, a saber:

- Grupo formado por alunos e professores das escolas técnicas Engenheiro Agrônomo Narciso de Medeiros (Iguape/SP) e Etec de Registro (Registro/SP) e de graduação e pós-graduação do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (São Paulo/SP). Este grupo se hospedou na pousada comunitária em setembro de 2013;

- Grupo de americanos evangélicos que ficou alguns dias na comunidade durante o mês de maio de 2014 e realizou atividades religiosas, culto na comunidade e vivência cultural com uma família da comunidade;
- Grupo de alunos do ensino médio de uma escola particular de São Paulo que passou um dia na comunidade em outubro de 2014;
- Grupo de alunos do ensino médio de uma escola particular de Taboão da Serra que visitou a comunidade por algumas horas em outubro de 2014.

Yin (2010) comenta que tanto a observação direta de eventos quanto a realização de entrevistas com as pessoas envolvidas são fontes de evidências muito utilizadas em estudos de caso.

Este estudo também contém informações referentes à apresentação sobre a experiência de turismo no Ivaporunduva realizada por duas lideranças comunitárias no evento “I Seminário de Turismo de Base Comunitária de Iporanga – SP”, ocorrido no dia 31 de janeiro de 2015.

Essas atividades tiveram como objetivo confirmar ou refutar, e explicar de maneira mais detalhada os elementos-base apresentados na figura 16. Desta forma, as informações obtidas foram anotadas em caderno de campo e, após análise, foram organizadas nas diversas categorias existentes.

Além disso, foram analisados os relatórios dos alunos participantes da pesquisa “Experiências de Turismo de Base Comunitária do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil”, elaborados no final de 2012 e o vídeo “Projeto Quilombo Ivaporunduva – O Olhar para o Futuro”, uma iniciativa da Escola Estadual Professor Aggêo Pereira do Amaral⁶¹, que contém depoimentos dos alunos participantes deste projeto, a fim de identificar as reflexões e opiniões dos discentes sobre a vivência realizada no Quilombo Ivaporunduva.

Cabe destacar que no decorrer das análises das informações coletadas, os elementos-base propostos inicialmente foram se alterando, surgiram novas categorias e também houve algumas exclusões. A figura 16 apresenta o resultado final.

Também houve uma tentativa de buscar informações junto ao serviço de assistência social da Prefeitura de Eldorado, com o objetivo de analisar as mudanças na qualidade de vida da população do Ivaporunduva nos últimos anos, relacionadas, sobretudo, com a renda, a saúde, a educação e a infraestrutura básica. No Centro de Referência de Assistência Social

⁶¹ O vídeo, publicado em 2012, foi realizado pelos alunos do ensino médio e professores da Escola Estadual Professor Aggêo Pereira do Amaral, da cidade de Sorocaba, SP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3cBSL_ftEC0> Acesso em: 05 de maio de 2015.

gerenciado pela Prefeitura Municipal de Eldorado, entretanto, foi difícil obter dados sistematizados de apenas uma comunidade do município de Eldorado. Além disso, nas fontes consultadas, como o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, IBGE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), as informações também aparecem por município, desta forma decidiu-se analisar as mudanças na vida da população do Ivaporunduva a partir das opiniões apresentadas pelos próprios moradores nas entrevistas.

A análise dos resultados teve a finalidade de “estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte” (MINAYO, 1992, apud GOMES, 1994, p. 69). Para tanto, procurou-se verificar a convergência e não convergência dos elementos-base propostos a partir das diferentes fontes de evidências utilizadas.

As informações no item 6.1 seguem uma ordem cronológica dos fatos, apresentam o encadeamento dos eventos e também descrevem a experiência. No item 6.2 estão identificados e discute-se de forma detalhada o conjunto de elementos-base que, combinados, permitiram analisar a experiência de turismo no Quilombo Ivaporunduva como sendo satisfatória, e também os que apresentam participação e desenvolvimento local como referências.

Com relação aos aspectos éticos, cabe destacar que a pesquisa foi apresentada, discutida e aprovada pelos coordenadores da Associação Quilombo de Ivaporunduva. O convite para a participação voluntária nas entrevistas, realizadas em 2014, ocorreu por intermédio do coordenador de turismo da comunidade. Após a aceitação, os objetivos da pesquisa foram apresentados e foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como a autorização para gravação do áudio dos depoimentos. Além disso, os entrevistados foram esclarecidos com relação ao tempo da entrevista e às possibilidades de recusar-se a responder qualquer pergunta, desistir de participar ou mesmo retirar seu consentimento.

Por fim, os elementos-base identificados na pesquisa serão apresentados aos representantes da comunidade para discussão, análise e aprovação conjunta.

Capítulo 5 - Quilombo Ivaporunduva: território de recursos, identidade, poder, articulação e desenvolvimento

Este capítulo destaca o valor da conquista do território para o Quilombo Ivaporunduva, considerando conteúdos sobre territorialização e lutas sociais. Também expõe as disputas por direitos e as ações de organização coletiva empreendidas pelas comunidades quilombolas em âmbito regional e nacional. Aborda ainda de forma detalhada a participação e a organização comunitária no Ivaporunduva e discute a importância da educação como estratégia de desenvolvimento da comunidade.

5.1 O valor do território para os quilombolas do Ivaporunduva

A existência dos povos e comunidades tradicionais se dá por meio de seus territórios. Como explica Diegues (2008), o território é uma porção da natureza que garante a reprodução social, intelectual, religiosa e cultural destas populações. Desse ponto de vista, o território desempenha uma função essencial na constituição do modo de vida e dos meios de subsistência e de trabalho desses grupos, bem como na construção das relações sociais e da simbologia vivida.

Diferente da maior parte da população urbana, que possui uma maior facilidade de mobilidade e, na maioria das vezes, pode viver em qualquer ambiente, o território específico é determinante para a continuidade da existência das populações tradicionais.

Este cenário condiz com a perspectiva idealista de território apresentada por Haesbaert (2004) que afirma que “o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (HAESBAERT, 2004, p. 72). O autor explica que “o território é visto como um construtor de identidade”, consequentemente “perder seu território é desaparecer” (HAESBAERT, 2004, p.73). Haesbaert também trata da perspectiva integradora do território, como algo híbrido no qual “é preciso de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre a vida econômica, política e cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 76).

Raffestin (1993) apresenta a importância do ator e dos atores na produção do território. Segundo o autor, o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator” que “territorializa o espaço” (p. 143), pois dinamiza o local a partir dos seus usos, sua história, cultura, necessidades e desejos.

Para Raffestin (1993) existe uma relação intrínseca entre território e poder. O autor entende “o poder como construtor de malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 149) e esclarece que o poder é uma capacidade, um movimento, uma relação social de dominação que se dá em todas as escalas. Nota-se, portanto, o poder como o responsável por determinar o uso do território. A partir dessa compreensão, fica evidente a perspectiva do território como espaço político e os conflitos que podem decorrer das divergências de interesses e usos. Por não ser possível abrigar no mesmo espaço, grupos com objetivos totalmente opostos, se inicia a disputa pelo território, pelo que será feito no local, pelas ideias, teorias, paradigmas e políticas que serão postos em prática.

De acordo com Fernandes, para “alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão de sua existência” (2012, p. 15) e assim se constituem os movimentos sócio-territoriais que envolvem a luta pelo território e as disputas de poder (FERNANDES, 2012). Nesse contexto é possível considerar como movimentos sócio-territoriais o processo de organização e de luta das comunidades tradicionais para a permanência no local que sempre viveram.

Silva (2008) amplia a discussão e trata a questão da territorialização dos quilombolas sob a perspectiva da disputa e resistência de um modo de vida. Segundo a autora,

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder (p. 25).

Silva (2008) também afirma que

As comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, elas não estão apenas lutando por demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida (p. 24).

O Quilombo Ivaporunduva possui uma localização geográfica definida com base no uso histórico da terra. Seus moradores têm um vínculo muito forte com o território, relacionado às práticas histórico-culturais, de subsistência e políticas.

Na comunidade existe uma forte compreensão sobre o território ser fundamental para a sobrevivência de sua população e, diante disso, os quilombolas do Ivaporunduva vivem numa constante luta para permanecerem na sua terra e ali melhorarem sua vida de forma individual e coletiva. Neste sentido, aprenderam *na marra* que território é poder, conforme narra uma das lideranças femininas:

Eu não lembro quando estavam fazendo desde 1990... Se eu não me engano em 1990 foi que começou a montar a associação. A necessidade de preservar a terra, de continuar aqui. Ter a terra como legalizada, a luta pelas barragens. Eles queriam construir uma barragem aqui no Ribeira e uma forma da comunidade se organizar, para manter a terra. Se nos tirar, iremos para onde? A terra coletiva, terra nossa, sou sócia na associação, a terra já era minha e continuou sendo minha, através da associação. Por esse motivo, pela luta mesmo para ter a terra em nossas mãos. Porque a terra até aquele momento estava na mão de fazendeiros⁶².

Sobre a utilização da denominação Remanescente de Quilombo ou quilombolas, Silva (2011) relata que “no início dos anos de 1990 foi o momento em que as comunidades quilombolas perceberam que, por uma questão política e pela luta pelo território, seria necessário o empoderamento e a incorporação dessa nova denominação” (p. 05). Ocorreu, portanto, a apropriação dessa nova identidade, afirmativa e portadora de direitos.

Silva (2008) reafirma esta visão e diz que

a denominação ‘remanescente de quilombo’ é muito mais o que se poderia chamar de uma identidade política do que um real autoreconhecimento. Entendo como identidade política a identidade que o grupo tem para os agentes externos com quem ele tem debates e embates no espaço público, como uma forma de reivindicar direitos e ser também beneficiário de políticas públicas, uma forma, enfim, de aparecer publicamente (SANCHEZ, 2004, p. 41 apud, SILVA, 2008, p. 86).

Caber ressaltar que, diante das fortes disputas atuais com relação à propriedade, uso e destino dos recursos naturais, é grande o desafio para que populações como os quilombolas permaneçam em suas áreas. Esses embates têm resultado em intensos e intermináveis conflitos socioambientais que têm como atores o Estado, as grandes empresas e as populações menos favorecidas, configurando o que autores e organizações populares denominam de racismo ambiental.

Herculano (2006) afirma que o racismo ambiental diz respeito aos “conflitos entre grupos sociais muito desiguais em termos de poder econômico e político e que se defrontam em disputas que têm no meio ambiente seu epicentro” (p. 01). A questão racial também é enfatizada por alguns estudiosos do tema, que apontam que os negros são ainda mais vulneráveis neste contexto. Como expõe Santos (2012), o racismo é uma ideologia que hierarquiza as raças, também é uma forma de opressão, violência que se manifesta nos grupos e organizações. É um sustentáculo de sistema de privilégios. O racismo ambiental se manifesta em decisões sobre o ambiente que afetam, prejudicam direta ou indiretamente pessoas ou grupos conforme a raça-etnia.

⁶² Entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Formação da consciência política e turismo: levantamento de histórias de repressão nas comunidades anfitriãs do turismo do Vale do Ribeira no período de 1964 a 2011.

Para complementar essa discussão, Acseirad (2010) esclarece que os movimentos ambientalizaram as lutas sociais, transformando-se em movimentos por Justiça Ambiental. De acordo com o autor, “a estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (ACSEIRAD, 2010, p.110).

As lutas empreendidas por diferentes gerações do Ivaporunduva para permanência de suas famílias em seu território, pela não construção de barragens que podem inundar suas áreas de moradia ou cultivo, ou mesmo para manutenção de suas práticas culturais diante da legislação ambiental, se inserem nesse contexto de racismo ambiental e de justiça ambiental.

Percebe-se que o histórico de participação e luta pela terra propiciou o fortalecimento da identidade quilombola dos moradores e um amadurecimento dos comunitários ou, pelo menos, de parte desses, no sentido de compreenderem a necessidade de se cercarem enquanto território, inclusive respaldado em lei, como um escudo para conquistarem seus direitos.

Esse processo de resistência também foi alimentado e alimentou o sentimento de identidade e pertencimento dos moradores com relação ao local onde vivem. A partir das raízes naquele local, onde gostam de viver e da compreensão do passado, passaram a ter orgulho de serem quilombolas, e, atualmente, se reconhecem como parte da história do seu grupo e são capazes de construir projetos em comum visando o futuro, o que pode ser compreendido como enraizamento social.

O conceito de enraizamento condensa exatamente a complexa relação entre atividade econômica e política no interior de uma coletividade territorializada. Fala sobre os limites envolvidos na construção coletiva do sentido de lugar e daquilo que é ou pode ser gregário e vivenciado como sentimento comum entre seus moradores (SVARTMAN, *et al.*, 2015).

Cabe ressaltar que o grau de enraizamento na comunidade certamente não é uniforme. Os resultados do subprojeto “Identidade, Território e Participação: um estudo psicossocial sobre a experiência de turismo de base comunitária no Quilombo Ivaporunduva” apontam para um maior enraizamento entre os idosos e adultos que trabalham diretamente com o turismo e um menor enraizamento entre os jovens.

Com relação aos diferentes públicos trabalhados, destaca-se uma alteração no nível de enraizamento, percebemos que o enraizamento da maioria dos entrevistados é muito positivo. Os idosos se sentem muito enraizados, adoram viver no local, gostam da tranquilidade e sossego e, ainda alguns afirmam que não trocariam o quilombo por nada. Com as lideranças e as pessoas que trabalham com o turismo, se percebe um forte enraizamento também, com a busca sempre da melhoria da comunidade, com clareza podemos ver a luta e orgulho que eles têm pelo quilombo. Porém, no público jovem há divergências de ideias, na pesquisa mostraram que uma

parte dos entrevistados quer sair do quilombo outros querem estudar e retornar (ETEAM, 2013, p.26).

Já os resultados apresentados pelo subprojeto “Olhares dos jovens do quilombo Ivaporunduva e da comunidade caiçara Marujá sobre a vida, trabalho e cultura” indicam a valorização do território por parte dos jovens

o território é valioso para os jovens do Ivaporunduva, o direito às terras prevalece superando até mesmo o dinheiro, porque para eles a terra traz o sustento, o local para construir a moradia e, também pode ser utilizada de modo sustentável como investimento e assegurar um futuro próspero (ETEAM, 2013, p.20).

Como resultado da sua organização social e política, a comunidade do Ivaporunduva obteve importantes conquistas nos últimos anos, sendo a principal delas, a titulação e o registro da terra no cartório, obtido a partir de uma ação jurídica contra o Governo do Estado de São Paulo. Nesse sentido, como aponta Raffestin (1993) ao tratar da importância do ator na condução de ações para a formação de um território, esses quilombolas territorializam o seu espaço e produzem o território.

Nessas circunstâncias, nota-se que o território para o Ivaporunduva se constitui como algo fortemente vivo e dinâmico, capaz de propiciar os recursos necessários para a vida e é o palco para o estabelecimento de relações e de reconhecimento de identidades, mas, ao mesmo tempo, se revela como um cenário de disputas de interesses e de forças desiguais. Desta forma, é possível afirmar que o exercício constante da participação, da articulação e da mobilização política fomentou uma ampla organização da comunidade, como se procurará demonstrar, a seguir.

5.2 Organização comunitária no Quilombo Ivaporunduva

A organização da comunidade se dá por meio da Associação Quilombo de Ivaporunduva, que como já citado, foi fundada em 1994. Entretanto, há depoimentos de que a comunidade já atuava de forma conjunta antes da criação da associação, devido ao trabalho coletivo para subsistência dos moradores. Neste sentido, a constituição da associação foi a formalização, por meio de uma instituição jurídica, do modelo de atuação coletiva já praticada pelos moradores (ETEAM, 2013). De acordo com Bedeschi e Zanchetta (2008), “o Decreto nº 4887, de 2003, em seu artigo 17, estabelece que a terra [Quilombola] será reconhecida e registrada mediante entrega de título coletivo às comunidades, que serão representadas por suas associações legalmente constituídas” (p. 27), portanto a constituição de associação tratou-se de uma exigência legal.

Percebe-se, desta forma, a importância da consciência política, da formação de lideranças na comunidade e da organização em associação

[...] inicialmente, os moradores do Ivaporunduva não possuíam conhecimentos relacionados a associações, não sabiam o funcionamento legal e não entendiam o papel deste tipo de instituição junto aos órgãos públicos. Desta forma, obtiveram auxílio de algumas pessoas e instituições, principalmente da Igreja, na pessoa do Padre Antonio Dias. Foram realizadas atividades de formação de lideranças, com conteúdos sobre a política do Brasil, criação de associação, entre outros, assim as pessoas puderam se preparar para realizar as atividades necessárias (ETEANM, 2013, p. 38).

A Associação Quilombo de Ivaporunduva é formada pelos moradores da comunidade. A entidade possui uma coordenação, composta por seis membros (coordenador, tesoureiro, secretário e seus suplentes), que tem como função fazer cumprir as decisões tomadas pela assembleia geral e conta com um conselho fiscal formado por três integrantes efetivos e um suplente, ambos com mandatos de dois anos. Notou-se que a prerrogativa de ser líder relaciona-se com o desempenho junto à comunidade; “as pessoas que se destacam na comunidade por um projeto coletivo participam como liderança. A função dos líderes é lutar pela melhoria da qualidade de vida da comunidade” (ETEANM, 2013, p. 36).

A assembleia geral é soberana na Associação; é o principal espaço de discussão e de decisão da comunidade. Existe um estatuto que norteia a atuação da Associação e de seus membros, e o regimento interno encontra-se em fase de elaboração. Anualmente, a comunidade define um plano de ações que inclui propostas para o desenvolvimento dos trabalhos e atividades econômicas da comunidade, bem como onde e como os recursos financeiros da comunidade serão investidos (ETEANM, 2013).

A partir dos dezoito anos de idade, a participação na associação é obrigatória e aos dezesseis é facultativa (ETEANM, 2013). A atuação das mulheres quilombolas junto aos trabalhos da associação é bem significativa, inclusive enquanto lideranças, conforme afirma uma das líderes locais:

Olha. Que se nós soubesse a força que nós temos. Nós já conseguimos muitas coisas, briga grande, briga para escola. A merenda da escola se reuniu e saiu sem medo. Mulher não tem muita força no braço, mas tem força para conseguir as coisas. Na prefeitura porque não tinha água encanada. E conseguimos colocar água encanada para todo mundo aqui. O barco que só tinha um barqueiro, que não era suficiente. Era canoa. Só que o grupo das mulheres se misturou tudo. Porque a luta é uma só.⁶³

⁶³ Entrevistada concedida, em 2012, por uma liderança feminina aos alunos do subprojeto: Formação da consciência política e turismo: levantamento de histórias de repressão nas comunidades anfitriãs do turismo do Vale do Ribeira no período de 1964 a 2011.

Os membros também contribuem financeiramente com a Associação por meio do pagamento de mensalidade. Cada família contribui com 1% do salário mínimo (ETEANM, 2013).

Como já citado anteriormente, o território do Ivaporunduva é de propriedade da Associação e, dessa forma, “a divisão de terras para morar e plantar na comunidade é designada pelo estatuto de área da comunidade” (ETEANM, 2013, p. 37). Contudo, “cada família quilombola tem direito a ter um pedaço de terra” (ETEANM, 2013, p. 37). Se uma nova família se forma e não possui um local para construir sua residência, a associação deve designar uma área (ETEANM, 2013).

Como já comentado, três setores produtivos estão estruturados na comunidade, são eles: Agricultura, Turismo e Artesanato. Cada setor é organizado por meio de grupos de trabalho e possuem um ou mais coordenadores. “O morador se integra no setor que tem maior interesse ou vocação, muitas vezes atuando em mais de um setor” (ETEANM, 2013, p. 37). Assim, a determinação de grupos de trabalho parece ser uma maneira eficiente para organizar e executar as ações planejadas para atender às necessidades de cada setor e também dos moradores (ETEANM, 2013).

De acordo com as entrevistas realizadas em 2012, o relacionamento entre o Ivaporunduva e o poder público se dá, sobretudo, por meio de cobranças para que as políticas públicas voltadas para os cidadãos e, especialmente para os quilombolas, sejam aplicadas (ETEANM, 2013). Para tanto, as lideranças quilombolas estão presentes em reuniões e conselhos como os da saúde, da educação, do desenvolvimento rural, da assistência social, da igualdade racial, entre outros, nas esferas municipais, estaduais e nacionais. Ocupam esses espaços com o objetivo de garantir o acesso às políticas públicas já existentes e de influenciar a construção de novas políticas voltadas às demandas dessas comunidades. A participação de representantes quilombolas nestes espaços colegiados é, portanto, uma importante estratégia para a efetivação de direitos, como aponta uma das lideranças entrevistadas

Nosso povo daqui do Ivaporunduva, nossas organizações, nossas lideranças, tanto as adulta, as mais velhas, como as jovens, entendeu que é esse caminho, e é para tudo, é para agricultura, para turismo é para a manutenção da nossa população aqui dentro do quilombo, dentro desse trabalho (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Cabe ressaltar que a forma de organização dos quilombolas, do nível local ao nacional, com lideranças atuando em diversos segmentos (por exemplo, saúde, educação, entre outros) e presença constante em Brasília, permitiu a construção de uma rede de apoio e assistência baseada no fluxo constante de informação (até em locais onde o serviço de comunicação é

precário) e na articulação de ações conjuntas. Regionalmente, no Vale do Ribeira, destaca-se a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - Vale do Ribeira (EAACONE)⁶⁴, criada em 1995, com a participação de quilombolas e freiras (Irmãs Pastorinhas⁶⁵), que tem como objetivos identificar, organizar e assessorar comunidades quilombolas da região e é também um importante espaço de formação e fortalecimento destas comunidades.

Evidencia-se, portanto, a atuação dos agentes de transformação, apontada por Sen; os quilombolas passaram nesse processo a “condição de agente”, “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos” (SEN, 2000, p. 33). São capazes de, através da macroparticipação ou da participação macrossocial, apontada por Bordenave (1983), galgar mudanças, interferir e alterar situações indesejadas. Neste mesmo contexto, também se observa o uso e a ampliação das capacidades, expostas por Sen, ao afirmar que as “capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo” (2000, p. 32).

Portanto, é possível afirmar que a estratégia de organização do movimento quilombola e a atuação deles junto aos diversos conselhos e espaços de participação, inclusive com possibilidades de interferência na proposição de leis, decretos, instruções normativas, entre outros, é um caminho essencial para influenciar as estruturas jurídicas e as políticas a favor da demanda social destes grupos.

Cabe ressaltar aqui a disposição do governo federal, nos últimos 12 anos, para dialogar com o movimento quilombola, o que é um facilitador para a proposição conjunta de políticas públicas que atendam ao anseio desse grupo e também reverbera mudanças de postura e diálogo em nível estadual e local.

⁶⁴ EAACONE é uma entidade juridicamente constituída, sem fins lucrativos, que trabalha para que o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal cumpra os requisitos que dizem respeito ao direito à terra dos Remanescentes de Quilombo. A especificidade da EAACONE é assessorar as Comunidades para que: auto se identifique como Quilombo, recupere sua história e seus valores culturais, encaminhe a documentação aos órgãos públicos pedindo o reconhecimento e a titulação coletiva de suas terras, forme a Associação que irá gerir o território quilombola e lute por políticas públicas que venham melhorar vida da Comunidade. Trabalha com as Comunidades Remanescentes de Quilombos dos Municípios de: Barra do Turvo, Iporanga, Eldorado, Iguape, Cananéia, Miracatu, Registro, Itaóca. Disponível em: < <http://www.eaacone.org/eaacone/> > Acesso em: 25 de abril de 2015.

⁶⁵ As Irmãs Pastorinhas chegaram ao Vale do Ribeira por volta de 1986, “Orientadas pela Teologia da Libertação e vinculadas à Comissão da Pastoral da Terra” (OLIVEIRA, 2009, p. 138). Foram citadas em entrevista como “as primeiras companheiras”, que desde o início apoiaram as lutas dos quilombolas do Ivaiporunduva.

Entretanto, é bastante evidente que não basta a aprovação das leis; é necessário um esforço contínuo de participação e reivindicação de direitos e de políticas públicas. Acredita-se que a dinâmica de trabalho empreendida pelos quilombolas vai nesse sentido, portanto pode colaborar e certamente já colabora para o aumento da “capacidade do sistema jurídico de minimamente captar e considerar os interesses sociais envolvidos pelos direitos” (SALOMÃO FILHO, 2012, p.536). Essa questão é apontada pelo autor como fundamental para o direito fortalecer os valores da sociedade e não as relações de poder econômico.

Neste sentido, ao relacionar a experiência da participação do Ivaporunduva com a estrutura de escada de participação social proposta por Arnstein (2002), visualiza-se o quilombo entre os últimos estágios, os quais contemplam poder para influenciar os resultados do processo. Certamente os quilombolas do Ivaporunduva estão caminhando para a participação plena, -não que não haja possibilidade de retroceder- pois, essa forma de organização também propicia a intervenção e a criação de políticas públicas direcionadas para os interesses locais, além da utilização de programas governamentais já existentes e a otimização dos mesmos de acordo com as necessidades das comunidades.

Contudo, cabe dizer que a participação dos moradores da comunidade certamente não é homogênea e que existem diferentes graus e formas de participação. Entre as formas de participação destacam-se: atividades políticas, por meio da atuação, por exemplo, como liderança junto à comunidade local ou outras comunidades quilombolas, ou mesmo através da representação em conselhos municipais, estaduais ou nacionais, ou ainda na Câmara Municipal de Eldorado; atividades sociais e culturais da comunidade, seja através da organização de eventos, práticas religiosas ou mesmo esportivas e; atividades econômicas, por meio da produção e comercialização conjunta de produtos e serviços oferecidos pela comunidade. Também foi constatada a existência de importantes espaços de participação e decisão coletiva, como a assembleia geral e os grupos de trabalho.

Diante disso, considera-se que a forma de gestão proposta no Quilombo Ivaporunduva atende aos princípios da governança propostos por Graham, Amos, Plumptre (2003), uma vez que os espaços de participação nessa comunidade permitem que todos, ou, pelo menos, um grande número de moradores, inclusive os jovens, expressem sua opinião e participem das tomadas de decisão, como afirma um dos entrevistados

A associação é o seguinte, o estatuto ele já diz, com dezesseis anos pode ser sócio, aí com dezoito ele é obrigado a ser sócio, ele é obrigado a associar a essa associação. A associação é uma entidade, é uma entidade que domina tudo, por exemplo, a associação é dona de tudo, se nós temos 3700 hectares, a associação é que domina

tudo que a assembleia quem diz, então tem a coordenação que coordena aquilo que a assembleia decide⁶⁶.

Percebe-se, claramente, um direcionamento das ações de forma contextualizada e a partir de uma compreensão da realidade e da realização dos trabalhos de forma coordenada. Também está presente a preocupação com o desempenho, com a responsabilidade e com a transparência, na medida em que se priorizam o planejamento participativo, a avaliação e o monitoramento de resultados. Essa dinâmica permite o enfrentamento dos desafios e uma constante busca da realização do que se planejou.

Por fim, cabe ressaltar que essas populações quilombolas contribuem para a conservação dos recursos naturais que estão em suas terras, mas que “pertencem” a população em geral, como a biodiversidade da mata atlântica e os recursos hídricos. Este exemplo corrobora para o que indica Salomão Filho (2012) ao expor a importância do direito de propriedade passar a tratar do “reconhecimento e disciplina para os bens comuns, sejam eles bens de múltiplos proprietários ou então bens que, por sua importância, não podem pertencer a ninguém, mas a toda coletividade” (2012, p. 546). Mesmo que este “serviço” de conservação prestado pelo Quilombo Ivaporunduva para a sociedade não esteja regulamentado e, muitas vezes, nem seja valorizado e compreendido como real para a maior parte da sociedade, ele ocorre, deve ser respeitado e pode ser fonte de muita aprendizagem sobre a relação saudável entre o ser humano e a natureza.

Como discute Ostrom (1990) em seu estudo sobre as possibilidades de organização e de autogestão de grupos que vivem uma relação de interdependência, devido ao uso dos recursos naturais e a fim de obter benefícios do uso desses recursos de forma contínua, o que se verifica, no caso do Ivaporunduva, é o esforço e o exercício constante dos moradores para a gestão coletiva da terra e, portanto, dos recursos naturais ali presentes. O depoimento a seguir aborda este tema

Tem, outra coisa interessante, como que funciona a comunidade? A comunidade, a terra não é minha, é de todo mundo, por isso que eu falo o coletivo, o território da comunidade que é 3158 hectares, que tem na comunidade, é de todo mundo, ou seja, é da associação, a associação somos todos nós moradores que formamos a associação, então é de todo mundo. Então, por isso, ou é de todo mundo ou é de ninguém, então essa associação sim tem autoridade sobre o território, que tem seus coordenadores, tem a assembleia, seus membros associados que fazem a assembleia, o coordenador marca assembleia, todo mundo vai, qualquer decisão que for por em risco ou vai ser da utilidade do território da comunidade é passado por assembleia⁶⁷.

⁶⁶ Liderança comunitária, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

⁶⁷ Membro do grupo de turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

Além disso, já existe um histórico de uso coletivo destes recursos. Ostrom (1990) também afirma a necessidade e a possibilidade de se criar novas instituições de decisão a partir dessas experiências. Para que na comunidade do Ivaporunduva se atenda esse tipo de demanda, existem acordos baseados em arranjos culturais e as regras de uso dos recursos naturais são, geralmente, acordadas pelos moradores nas assembleias e parte delas estão regulamentadas por meio do estatuto da Associação. Como exemplifica um dos entrevistados ao tratar das áreas de plantio por família, “cada família já tem sua área, por exemplo, aqui minha família tem uma área, outra família tem sua área, se acaso aquela área não for suficiente pra aquela família, ele pode pedir ordem pra plantar em outro lugar, porque a gente respeita o limite de vida da cada família”⁶⁸.

É importante destacar que a discussão da gestão do território e demais recursos pelos moradores do Ivaporunduva se dá entre iguais, uma vez que o modo de vida e a renda são semelhantes e o poder de decisão também é equilibrado.

5.3 Educação como estratégia de desenvolvimento no Ivaporunduva

A titulação da terra, certamente, apresentou um novo cenário para os moradores do Ivaporunduva. Com a “segurança” do território foi possível começar a pensar nos caminhos para permanência e melhoria da vida dos moradores.

O direito ao território quilombola trouxe a liberdade para pensar no futuro e possibilitou a expansão das capacidades da comunidade e de seus moradores, como valoriza Sen (2000). Mesmo considerando que a legislação ambiental brasileira interfere substancialmente no modo de vida dessas populações, a “liberdade” do território permitiu o protagonismo dessa comunidade para buscar o que seus moradores consideram necessário para a melhoria da forma de vida que valorizam.

A educação também é uma questão considerada como estratégica para os quilombolas do Ivaporunduva. O avanço conquistado nesse sentido é expressivo e possibilita, atualmente, interessantes oportunidades de estudo para os jovens e demais moradores da comunidade.

De acordo com as lideranças, a educação é entendida inclusive como o principal caminho para a permanência dos jovens na localidade e, também, é considerada uma estratégia essencial para a inclusão do jovem nos processos da comunidade.

⁶⁸ Membro do grupo de turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

As oportunidades de educação foram e estão sendo concretizadas a partir da atuação de lideranças do Ivaporunduva e de outros quilombos do Vale do Ribeira para a construção de políticas públicas junto ao governo federal e estadual, bem como por meio do estabelecimento de parceria com a iniciativa privada.

Atualmente, a educação básica de 1º a 4º série do ensino fundamental ocorre na Escola Municipal “Bairro Ivaporunduva” localizada na parte central da comunidade. Após a 4ª série, os alunos seguem para a Escola Estadual Quilombola Maria Antonia Chules Princesa, inaugurada em 2005, localizada no bairro André Lopes⁶⁹ e que atende alunos de seis quilombos do município de Eldorado. Essa escola foi uma importante conquista para essas comunidades quilombolas, pois se encontra próxima dos locais de moradia dos alunos – o que possibilitou a diminuição da evasão escolar – e possui uma proposta de educação diferenciada, tendo como foco a valorização da identidade quilombola (SILVA, 2011). Entretanto, de acordo com Silva (2011), a construção da proposta de ensino diferenciada tem sido um grande desafio para a direção, professores, pais, lideranças e alunos, uma vez que o sistema educacional do Estado de São Paulo é “engessado”, os professores não se sentem preparados para tratar dessa temática, a troca constante de professores não permite uma preparação adequada e, além disso, não existe material didático específico disponível.

Em 2013, foi inaugurado o Núcleo de Formação Profissional Quilombo André Lopes, vinculado ao Centro Paula Souza (Governo do Estado de São Paulo), também localizado no bairro André Lopes. Apesar de ter problemas estruturais⁷⁰, esse Núcleo se constitui como um importante caminho para a formação técnica profissional dos quilombolas e atualmente oferece o curso Técnico em Agroecologia. A viabilização desse espaço se deu a partir da articulação com o ITESP e da participação ativa das lideranças quilombolas que, através do conselho escolar, definem os cursos a serem implementados, identificam dificuldades e propõem soluções.

A educação universitária também está presente na região. A Universidade Metodista de São Paulo estruturou um polo de educação à distância no centro do município de Eldorado, que oferece diversos cursos adequados às características da região. Essa iniciativa se deu a partir de uma parceria, iniciada em 2006, entre a Universidade Metodista de São Paulo e o Quilombo Ivaporunduva, com a disponibilização de um primeiro curso à distância, de graduação em Gestão Pública, por meio do telecentro da comunidade (OLIVEIRA, 2010).

⁶⁹ A 10 km do Ivaporunduva.

⁷⁰ Como, por exemplo, dificuldades de acesso a serviços de telefonia e internet e a qualidade ruim da água que abastece o local.

Alguns quilombolas formados nesse polo e também na antiga faculdade Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul (SCELISUL)⁷¹ atuam como professores junto às escolas citadas anteriormente, tanto no ensino fundamental e médio quanto no ensino técnico.

Cabe também informar que a defensoria pública do Estado de São Paulo, com sede em Registro, vem propondo, em parceria com a EAACONE, discussões sobre a educação diferenciada na região.

Além disso, os moradores participam de diversos programas de capacitação disponíveis, que incluem cursos voltados para agricultura, para o turismo e para atendimento; destacando-se inclusive o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), citado nas entrevistas. Percebe-se, portanto, que o acesso ao estudo foi facilitado nos últimos anos.

Então, as oportunidades, em primeiro lugar estudar, tem que estudar. O estudo está aí, não está difícil estudar hoje em dia, está mais fácil do que antigamente. E aí ocupar os espaços, acompanhar a associação, entender mais o processo da coletividade e dentro desse processo ele [o jovem] buscar o seu espaço (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Desta forma, os entrevistados também afirmaram que a formação educacional colabora para que os jovens ocupem espaço na comunidade, se insiram no processo da coletividade e passem a acompanhar as atividades da Associação. Contudo, de acordo com uma liderança entrevistada, esse esforço tem que partir do próprio jovem

Se ele não fazer isso, fazer esse esforço de fazer isso, daí fica difícil, ele automaticamente se exclui, porque o nosso modelo é de inclusão, mas a pessoa tem que querer ser incluído, se a pessoa não quer participar da organização e tal, daí se exclui. Não é o nosso papel, o nosso papel é trazer eles, trazer eles não é só falar venha venha venha é fazer algumas coisas que ele ocupe aqueles espaços e ele entenda que ele está vindo, através nesse processo (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Ainda que a educação não seja um processo rápido, foi possível perceber, conforme os depoimentos colhidos, que aos poucos a comunidade está alcançando resultados interessantes.

Então, sabe, a formação dos jovens, estar buscando mostrar para eles a educação de uma forma voltada para nossa cultura, para que faça a fixação do homem no campo. Isso é um processo que a gente não faz da noite para o dia, demora um pouquinho, mas a gente está tendo um resultado (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Outra questão estratégica que colaborou de forma significativa para o desenvolvimento produtivo da comunidade foi o investimento na gestão administrativa da Associação. Jovens da comunidade foram formados na área, e ocorreram cursos sobre

⁷¹ Localizada no município de Registro, hoje denominada Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (FVR).

contabilidade para os moradores, o que auxiliou no planejamento dos gastos e no funcionamento do fundo comunitário.

Diante desse contexto, a visão de liberdade apresentada por Sen que “envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (2000, p. 31), parece adequada para tratar tanto o significado da propriedade do território quanto da educação para os quilombolas do Ivaporunduva.

Capítulo 6 – A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva

Esse capítulo apresenta os principais resultados desta pesquisa. Inicialmente expõe o histórico e a forma de organização do turismo no Ivaporunduva e depois discute e analisa os elementos-base que foram estruturantes para o desenvolvimento desta experiência e outros que demonstram a correlação entre turismo, participação e desenvolvimento local.

6.1 Histórico e forma de organização

O turismo surgiu no Quilombo Ivaporunduva a partir da necessidade de se encontrar alternativas de renda diante da legislação ambiental restritiva que limitou e/ou proibiu a realização de atividades tradicionais da comunidade, como o extrativismo, a agricultura e a caça, práticas anteriormente essenciais para a subsistência dos moradores.

A compreensão dos aspectos históricos e culturais presentes na comunidade como possíveis atrativos estimuladores de fluxo foi fundamental para a decisão sobre como este turismo poderia ser ofertado. A localização estratégica, entre dois parques estaduais, PETAR e Caverna do Diabo, que à época -no início desse século- já apresentavam fluxo turístico, principalmente de escolas, no caso do PETAR, também favoreceu a implementação da atividade na comunidade.

A partir das informações obtidas durante a pesquisa de campo, notou-se que a aposta das lideranças em investir no turismo, procurando concretizar o que muitos profissionais da área preconizam - o turismo desenvolvido de forma planejada e organizada é capaz de conciliar a inclusão social, geração de renda, a valorização histórico-cultural e a conservação da natureza - foi essencial. Neste sentido, destaca-se a atuação das lideranças do Ivaporunduva que, com visão estratégica, souberam conduzir o processo de estruturação do turismo junto à comunidade.

De acordo com Pupo (2009, p. 19), com o desenvolvimento da atividade turística, a comunidade de Ivaporunduva desejava:

- Melhoria da qualidade de vida das famílias quilombolas, através do aprimoramento e potencialização das atividades econômicas locais;
- Geração de novos postos de trabalho na comunidade, através da diversificação das atividades econômicas locais;
- Diminuição do êxodo da população quilombola, em função do aumento das oportunidades de trabalho e renda, bem como da autoestima das pessoas da comunidade;
- Maior autonomia e independência da comunidade na sua relação com o mercado dos diversos produtos e serviços desenvolvidos, assim como no acesso a mercados mais justos e rentáveis economicamente para os produtos das atividades econômicas locais.

Apresenta-se abaixo três depoimentos relacionados ao surgimento da atividade na comunidade:

Na questão do turismo, é um turismo cultural. Eu queria fazer um histórico mais no começo, acho que esta comunidade do Ivaporunduva entrou no roteiro turismo nos anos 90, então a própria prefeitura colocou na Estância Turística de Eldorado, mas a gente não concordou, a gente não conhecia de turismo, até comunidade quilombola não imaginava o que era o turismo, a gente não visava o lucro, a gente visava primeiro a ter a terra e a luta também contra a barragem, esse era o ponto final, o ponto estratégico da gente, primeiro tinha que ter a terra, pra depois discutir outras coisas. E os tempos foram se passando então a mais ou menos dez anos a gente passou a discutir o turismo, foi uma briga pra tirar do roteiro (da prefeitura), a gente cruzou o Ministério Público em São Paulo para o prefeito poder tirar de dentro do roteiro da cidade, por que a gente não conhecia turismo, como você vai fazer o turismo se não tem o domínio, então a comunidade sentou e falou, a gente vai abrir aqui pro turismo, mas um turismo cultural que se possa ter domínio dele⁷².

Olha a história na verdade eu mesma não sei, quem trabalhava bem antes de mim era o Olavinho, eu comecei a acompanhar bem depois, a administração agora, mas o turismo já está aqui na comunidade há dez anos, então começou quando era um barracãozinho lá na vila ainda, as mulheres, senhoras que faziam a comida tinham que fazer na própria casa pra trazer no barracão pra servir, então ali foi surgindo a ideia, vamos melhorar isso, aí surgiu um projeto do governo em ceder um espaço pra gente, que foi essa pousada, ou seria casas populares e pra nós junto com a comunidade, decidiu que a gente queria um lugar onde pudesse trazer o turismo e fosse bem mais aproveitado, ter um lugar próprio, ter uma cozinha própria, tudo de perfeito acesso, assim bem melhor pra gente⁷³.

Mas assim foi indo [...] até que um dia chego a época que nós... o governo do Mario Covas resolveu dar um dinheiro aí pra comunidade e nós escolhemos fazer o centro comunitário de visitante que é a pousada. É dinheiro doado pelo Mario Covas. Ele ajudou a fazer, pra uns lugares foi feito casa... é ele doou pros quilombos. Ai quando os quilombos fizeram o levantamento dos quilombos daí foi demarcado. Daí ele falou: já que foi demarcado eu vou dá uma quantia em dinheiro pra você estruturar a área dos quilombos. Uns pediu casa, outros pedira quadras, bom aqui deu a quadra e a pousada, muitos lugares que não tinha quadra ele deu quadra pras crianças jogar bola, alguns cercou campo outros, outros fizeram casa, fizeram uma casinha pra cada um. E nós como já estávamos trabalhando com o turismo pedimos o centro de visitantes. É trezentos mil por comunidade. Com trezentos mil deu pra fazer o centro de visitantes e hoje a gente tem ele lá. É foi a melhor opção! Porque se fosse fazer casa depois não tinha jeito, porque não ia dá o dinheiro e não ia dá pra fazer todas as casa da comunidade. Então já que não dá pra fazer casa pra todo mundo, então vamos fazer algo que todo mundo se beneficie dela⁷⁴.

Cabe esclarecer que houve uma demora na decisão sobre começar a receber visitantes no Ivaporunduva. Isso ocorreu somente após a compreensão de pelo menos parte dos moradores, principalmente das lideranças, sobre os desafios e possibilidades da atividade.

⁷² Liderança comunitária, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

⁷³ Membro do grupo de turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

⁷⁴ Membro grupo de turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

Além disso, como apontado nos depoimentos anteriores, o processo de estruturação do turismo aconteceu gradualmente. Como alguns pequenos grupos já procuravam conhecer a comunidade, mesmo sem a comunidade ter pensado ainda em turismo, houve a percepção de que essas visitas poderiam começar a ocorrer sem controle, de forma desorganizada, beneficiando somente agentes externos e não os moradores locais. Também ficou claro, a partir dos depoimentos coletados, que houve resistência por parte dos moradores, pois eles não entendiam o que era o turismo; como esclareceu um dos entrevistados, é difícil a pessoa aceitar o que não conhece. Além disso, também havia a preocupação com relação às consequências da vinda de pessoas estranhas para a comunidade. Bastos e Bornia relatam este processo

No início, Ivaporunduva era contra a proposta de turismo na comunidade, simplesmente porque nada entendiam sobre o assunto e sentiam-se ameaçados com a ideia. Mas, após discussões em assembleias, ocorreram reflexões e questionamentos sobre potenciais benefícios que o turismo poderia trazer (2006, p. 38).

Estrategicamente, optou-se pelo ecoetnoturismo tendo como público-alvo os estudantes, devido ao interesse das escolas pelos aspectos histórico-culturais da localidade e à facilidade de controle desse tipo de público (ETEANM, 2013). Além disso, considerou-se também a importância e a oportunidade de contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de respeitar a diversidade cultural e, a partir daí, colaborar para o desenvolvimento das comunidades tradicionais (ETEANM, 2013). Desta forma o ecoetnoturismo, termo proposto pelos próprios moradores e por este motivo adotado nesta pesquisa, indica a opção pelo turismo que apresenta e fortalece os aspectos étnico-raciais e socioculturais, passados e presentes, da comunidade, bem como reafirma o compromisso dos quilombolas com os aspectos ambientais.

O depoimento abaixo trata do processo pelo qual a comunidade definiu o público alvo do turismo que deveria acontecer ali.

E como você perguntou a questão do turismo, ela não veio assim de repente para a comunidade, nós tivemos um longo trabalho, né, para a gente poder avaliar que tipo de turismo que nós queríamos, a gente podia desenvolver dentro do quilombo e dentro de várias reuniões que a gente teve, a gente discutiu que para nós seria viável o turismo educativo, que essa questão de trocas de experiências de professores, com lideranças, alunos e a comunidade, né. (Liderança, agricultora, cozinheira e artesã, 53 anos, ensino fundamental incompleto - entrevista concedida em 2014).

Inicialmente, os grupos esparsos - de duas a três vezes por ano - realizavam atividades de apenas um dia (BASTOS; BORNIA, 2006) e eram recepcionados nas casas dos moradores. Alguns entrevistados comentaram que neste período caminhavam “carregando panela no braço no meio da praça”. Além disso, os pratos e talheres utilizados eram emprestados dos

próprios moradores. Na medida em que os recursos financeiros do turismo começaram a ingressar na comunidade, foi possível adquirir equipamentos, utensílios e demais materiais necessários para a recepção dos visitantes. Posteriormente, com o aumento do número de visitantes, passou-se a utilizar o galpão da comunidade como ponto de apoio até que se percebeu a necessidade da construção de um espaço próprio para acolher os turistas. De acordo com os depoimentos, a decisão sobre a construção desse espaço para recepcionar e hospedar os visitantes se deu porque muitos moradores não se sentiam à vontade e/ou preparados para receber o público em suas residências e consideravam que não tinham a estruturada necessária para atender às necessidades das pessoas das grandes cidades. Para minimizar o choque cultural entre visitantes e anfitriões, optou-se pela construção da Pousada Comunitária.

Como apontam Bastos e Bornia, o funcionamento da pousada foi “um ponto crucial no planejamento turístico da comunidade, pois possibilitou a definição de programações com permanência de mais de um dia e diferentes roteiros” (2006, p. 40). As autoras também expõem a preocupação dos moradores envolvidos com o turismo com relação à opção de hospedagem na comunidade

Lembram ainda que o funcionamento da pousada pode mudar o ritmo de vida da comunidade, e, como já dito anteriormente, preocupam-se em realizar um planejamento de forma participativa, buscando minimizar potenciais impactos negativos e aumentar o máximo possível o número de beneficiários do turismo (BASTOS; BORNIA, 2006, p. 43).

Bastos e Bornia também apontam o interesse de algumas escolas em visitar somente o Quilombo e afirmam que a possibilidade de hospedagem no local viabilizaria a viagem (BASTOS; BORNIA, 2006).

A construção da Pousada aconteceu entre os anos de 2001 e 2002, foi feita com recursos do Governo do Estado e intermediada pelo ITESP. Entretanto, após a construção do prédio, ainda demorou três anos até que a pousada fosse equipada, o que ocorreu somente em 2005. A compra dos equipamentos foi viabilizada por meio de um projeto do Edital Fome Zero da Secretaria Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) vinculada ao Governo Federal, que contou com recursos da Petrobrás (BASTOS; BORNIA, 2006).

De acordo com uma das lideranças, sendo o território coletivo, foi necessário planejar o turismo de forma participativa, o que foi feito via Associação Quilombo do Ivaporunduva. Nesse processo, foram discutidos diversos aspectos relacionados ao turismo, inclusive os impactos positivos e negativos da atividade. Cabe destacar a realização, em 2006, de oficinas

voltadas para o planejamento participativo do turismo⁷⁵ que permitiram a reflexão “sobre conceitos relevantes ao turismo, levantamento de oferta e identificação dos principais valores da comunidade” (BASTOS; BORNIA, 2006, p. 07). De acordo com Bastos e Bornia (2006), o objetivo da oficina de Identificação de valores “foi promover discussão para identificação dos valores imprescindíveis da comunidade” (p. 81), para que pudessem ser considerados e incorporados no planejamento e desenvolvimento de turismo na comunidade (BASTOS; BORNIA, 2006). A partir da pergunta guia “quais os valores imprescindíveis da comunidade, aqueles que devem ser mantidos acima de tudo durante o desenvolvimento do turismo?” (BASTOS; BORNIA, 2006, p. 82-83), obteve-se como resposta: Arte, Costumes, Identidade Cultural, Natureza, Tradições, Raiz/origem, Dialetos, Hospitalidade, Gastronomia, Religião/fé, Terra/luta, União/organização, Educação, Lavoura/agricultura. Nota-se, como também esclarecem Bastos e Bornia (2006), que os valores imprescindíveis estão relacionados à identidade quilombola, à coletividade e à natureza, desta forma, certamente, contribuíram para a construção do conceito de ecoetnoturismo adotado pela comunidade.

Diante das informações apresentadas, é possível afirmar que o ritmo de desenvolvimento do turismo no Ivaporunduva permitiu que a comunidade fosse experimentando a atividade e, no caminho, houve tempo e espaço para decisões relacionadas aos rumos da atividade.

Hoje o turismo é uma alternativa complementar de renda importante para os moradores; grande parte da comunidade (cerca de 90%) está envolvida, direta ou indiretamente (ETEANM, 2013). Abaixo está o depoimento de uma das lideranças entrevistadas sobre o envolvimento dos moradores no turismo:

Porque que eu digo que abrange a boa parte, porque tem aquelas pessoas que trabalham com o artesanato, colocam lá os seus artesanatos para vender. Tem outros que já têm uma verdura, uma mandioca, então também coloca lá para serem consumidos e daí envolve também os monitores que acompanha os turistas, os alunos têm os palestrantes. Então, todos, de uma maneira ou outra, tá envolvida, né? Então a gente vê que assim, veio assim bem assim de encontro mesmo com a necessidade, porque todos são assim beneficiados, cada um ganha seu, a sua, suas diárias (Liderança, agricultora, cozinheira e artesã, 53 anos, ensino fundamental incompleto - entrevista concedida em 2014).

Nessas condições, nota-se que a renda proveniente do turismo vem proporcionando a sustentabilidade econômica de uns e a complementação de renda de outros (ETEANM, 2013).

⁷⁵ As oficinas foram desenvolvidas por meio do trabalho de conclusão de curso das alunas Fátima Bezerra Bastos e Lucila Bornia junto ao Centro Universitário Senac, intitulado “Turismo etnocultural no quilombo Ivaporunduva: uma contribuição ao planejamento participativo”.

O fluxo turístico vem aumentando e os moradores, como apontado no depoimento acima, parecem satisfeitos com a atividade, pois percebem benefícios para todos.

As principais decisões com relação à organização do turismo na comunidade foram e ainda são tomadas nas assembleias da associação (ETEANM, 2013). Foi em uma assembleia que se decidiu pelo desenvolvimento do turismo na comunidade, bem como pela formação de um grupo de turismo e também pelo segmento do Ecoetnoturismo, como já apontado anteriormente.

A coordenação do grupo de turismo, composta atualmente por duas pessoas, é responsável por executar as decisões definidas em assembleia. Em 2012, havia somente um coordenador, mas devido ao aumento do número de visitantes e, portanto, de tarefas, a partir de 2013, decidiu-se pela atuação de dois coordenadores, o que possibilita que eles dividam as atividades e se alternem nos dias de trabalho, ainda que, como apontado por um dos coordenadores, o trabalho é realizado de forma conjunta, com apoio mútuo.

Entre as atribuições dos coordenadores destacam-se: agendamento de grupos, contato e negociação com as agências de turismo e escolas; proposta e acerto de programação com monitores locais, agências e escolas; elaboração de orçamento; compras para a pousada; organização do trabalho junto aos monitores, cozinheiras e pessoal de limpeza; contratação de pessoal para o serviço de manutenção, carpintaria e construção e; fechamento semanal dos pagamentos para envio para a tesouraria da associação.

Para a recepção e atendimento aos visitantes o grupo de turismo conta com cozinheiras, ajudantes de cozinha, monitores, palestrantes, camareiras, pessoal de limpeza e coordenadores (fig. 11), totalizando cerca de 70 pessoas, conforme explica um dos coordenadores de turismo:

É que a gente trabalha, é como se fosse uma empresa, tem os setores, tem a cozinheira e a auxiliar de cozinha, tem a lavadeira, tem a passadeira, pessoa que limpa o banheiro, que arruma a cama, que varre o salão. Então é... digamos que são vários cargos dentro de um mesmo espaço, mas tipo se eu precisar de alguém da cozinha para ajudar a lavar e se eu precisar de alguém de lá para ajudar aqui, vem (Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Figura 11 – Membros da equipe de turismo

Fonte: Valéria Silva, 2012.

Nota-se que muitos outros moradores também se vinculam, de alguma forma ao turismo, seja por meio da disponibilização de alimentos para serem consumidos na pousada, seja pela venda de produtos para os visitantes, como artesanato e gêneros agrícolas ou, ainda, através da prestação de serviços de manutenção da pousada e das trilhas.

Com relação à experiência proporcionada aos visitantes, destacam-se os atrativos e as atividades histórico-culturais. Para compreender a história do bairro, a cultura e a luta dos quilombolas, os visitantes contam com uma palestra realizada pelas lideranças e com um *tour* pela área central da comunidade, que inclui a visita à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. O contato com atividades tradicionais ocorre por meio de oficinas, como as de barreamento de casas e de culinária típica, e da apresentação de técnicas antigas de caça e pesca e do trabalho com plantas medicinais. Também são realizadas oficinas de confecção do artesanato feito a partir da fibra da banana e visitas às áreas de plantio da banana orgânica. Entre os serviços oferecidos estão a alimentação (no cardápio encontram-se opções de comidas típicas), a monitoria ambiental e a hospedagem. Existe uma programação básica de atividades (fig. 12) que pode ser adaptada de acordo com o interesse dos visitantes. Na comunidade também existem alguns poucos empreendimentos individuais, como bares, que comercializam alimentos e bebidas (ETEANM, 2013).

Figura 12 – Opções de atividades e atrativos turísticos

QUILOMBO

Ivaporunduva

É a comunidade quilombola mais antiga do Vale do Ribeira, anterior até mesmo à fundação do município de Eldorado. Ivaporunduva surgiu no século XVII pela ocupação de mineradores e seus negros escravizados. Com o declínio da extração do ouro na região, e em meados do século XVIII, os escravos foram sendo gradativamente abandonados. A população negra que resolveu ficar ali estabelecida foi ampliando seu domínio sobre as terras e Ivaporunduva transformou-se num lugar onde negros livres, libertos e também fugidos estabeleceram suas residências e suas áreas de cultivo. A formação do povoamento ocorreu antes de 1888, data da abolição da escravidão no Brasil.

Atrativo Gastronômico

1. Almoço tradicional
Frango caipira, arroz pilado orgânico, feijão produzido nas comunidades, farofa, banana frita, mandioca frita, legumes da época, alface, palmito pupunha, suco natural de frutas da época, doces caseiros.
Duração 1h30

Atrativos Culturais

1. Festa Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
Feste de dois dias que tem início com a procissão em homenagem à padroeira da comunidade, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Logo após, é celebrada a missa afro, que simboliza a luta e sobrevivência da comunidade, e onde é feita a partilha de pratos típicos. Em seguida, tem início a quermesse e é servido o tradicional frango assado.
Duração 2 dias

2. Conversa sobre história da comunidade
Palestre com lideranças da comunidade sobre como o quilombo surgiu, como resistiu e como vive até hoje com técnicas tradicionais e culturais de sobrevivência.
Duração 1h

3. Tráfico de Farinha
Processo de beneficiamento de farinha de mandioca, biju e seus derivados desde a colheita dos produtos na roça (é necessário agendar e visita).
Duração 8h

4. Plantas e ervas medicinais
Trilha que conduz a áreas de plantas e ervas medicinais nativas da Mata Atlântica, utilizadas com o conhecimento da comunidade.
Duração 3h

5. Oficina de confecção de artesanato
Os trabalhos mostram desde a extração da palha da bananeira até a confecção de produtos como bolsas, tapetes e almofadas.
Duração 1h30

6. Patrimônio Histórico
Visita pela vila da comunidade. A Igreja de N. S^{ra} do Rosário dos Homens Pretos, começou a ser construída em 1630 e o cemitério de estrutura de taípes tem cerca de 200 anos.
Duração 1h30

Atrativos Naturais

1. Trilha do ouro
Trilha de nível médio que atravessa o rio Baco e córrego de Rodrigues, dando acesso a capoeira de um moador antigo, onde era realizada o garimpo de ouro na época da escravidão.
Duração 5h

2. Visita ao bananal orgânico
Nos banais da comunidade, são mostradas técnicas agroecológicas de recuperação de áreas degradadas e o radizão de coivara.
Duração 1h30

Calendário de festas
Festa de Nossa Senhora dos Homens Pretos
2º final de semana de outubro

10

Fonte: Brochura Circuito Quilombola, 2012

O Ivaporunduva possui uma boa estrutura para acomodar os turistas e uma oferta de serviços que atende às necessidades dos visitantes atuais, ainda que a maior parte deles permaneça somente um dia na comunidade. De acordo com um dos coordenadores, a atual estrutura física e de recursos humanos é suficiente para atender cerca de 130 pessoas por dia. A pousada tem capacidade para 60 pessoas divididas em dez quartos com seis leitos cada.

Os turistas que visitam a comunidade são, majoritariamente, estudantes de escolas particulares de classe média alta, da cidade de São Paulo. Entretanto, de acordo com as informações obtidas nas entrevistas, o Ivaporunduva também recebe visitantes adultos,

pesquisadores, estrangeiros, advogados, grupos de professores, idosos e moradores da região (fig. 13) (ETEANM, 2013).

Figura 13 – Grupo de alunos de escolas da região em visita ao Ivaporunduva

Fonte: Valéria Silva, 2012.

As visitas realizadas pelas escolas têm objetivos pedagógicos e, portanto estão vinculadas ao currículo escolar.

O estudo sobre a História e Cultura Afro-Brasileira é incentivado pela Lei Federal Nº 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Entretanto, os conteúdos abordados pelas escolas extrapolam essa temática e incluem aspectos relacionados à sustentabilidade, à conservação ambiental, à questão das barragens, à organização comunitária e ao desenvolvimento econômico e social local e regional.

A propósito, ao verificar como o morador vive a experiência do turismo no Ivaporunduva, notou-se que, tendo como base a forma de organização do turismo adotada, a relação entre os visitantes e moradores ocorre de maneira mais intensa para alguns e menos intensa para outros. É certamente mais intensa para aqueles que interagem diretamente com os visitantes, como os coordenadores, monitores e cozinheiras; especialmente o monitor, uma vez que ele é o principal anfitrião da comunidade e desempenha um papel fundamental junto aos turistas, pois, além de apresentar as informações sobre a comunidade, desenvolve as

diversas atividades histórico-culturais e é também quem apoia e acompanha os visitantes durante todo o período em que eles permanecem na comunidade.

Com a experiência e amadurecimento sobre o desenvolvimento do turismo na comunidade, algumas famílias já se sentem à vontade para o acolhimento de visitantes. Ficar hospedado ou passar o dia na casa de moradores para ter mais contato com os quilombolas tem sido uma demanda de alguns grupos. Essa abertura tem sido percebida como um “contato muito bom”, como afirma um dos moradores entrevistados. Portanto, a relação ocorre também de forma mais intensa quando uma família recebe visitantes em sua própria casa para uma atividade específica, como para uma refeição ou mesmo para uma oficina cultural.

Contudo, de acordo com as entrevistas, alguns moradores têm ainda um pouco de receio com relação ao turista transitar pelos caminhos entre suas casas e tirar fotos. Diante disso, para minimizar desconfortos tanto para os moradores quanto para os visitantes, no início da visita é explicado ao visitante que o Ivaporunduva é uma comunidade particular e são dadas algumas orientações, como, por exemplo, a necessidade de solicitar ao morador para passar pela propriedade ou mesmo autorização para fotos das pessoas e das casas. Também foi relatado que muitos moradores sabem que os turistas vêm para aproveitar o que existe na comunidade e não existe nas cidades e, então, se preocupam em preparar o local e “limpam ao redor da sua casa”⁷⁶.

Cabe esclarecer que os turistas dificilmente circulam sozinhos pela comunidade; como geralmente realizam a visita em grupo, sempre estão acompanhados por um monitor⁷⁷. Além disso, na maioria das vezes, principalmente para os alunos, existe uma programação pré-definida e, conseqüentemente, o visitante está sempre integrado a uma atividade. Um dos entrevistados afirmou que se algum visitante que não conhece a comunidade estiver caminhando sozinho, os próprios moradores informam a equipe de turismo. Dessa forma, demonstra-se cuidado com os visitantes e também preocupação com o controle da movimentação na comunidade. No entanto, isso não quer dizer que não seja possível as pessoas circularem livremente pela comunidade, caso queiram caminhar.

Existem outras orientações que visam à prevenção de problemas entre moradores e visitantes. Uma delas refere-se ao horário do barulho durante à noite. Considerando que os moradores têm o costume de dormir cedo e é sabido que “as pessoas da cidade” dormem mais tarde, a roda de viola, por exemplo, deve ocorrer até às 23 horas, um horário definido como

⁷⁶ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

⁷⁷ Existe uma orientação na comunidade de se trabalhar com um monitor para cada 10 visitantes.

ideal para os dois grupos. Cabe informar que questões como essas foram sendo acertadas aos poucos.

Ressalta-se que a pousada foi construída em local distante da área central da comunidade, tanto para o visitante ficar mais à vontade, quanto para não incomodar a comunidade. Esse foi um cuidado pensado no planejamento das atividades e infraestrutura.

Mesmo que mais ou menos intensamente, certamente mundos distintos são aproximados no momento em que os turistas estão interagindo na comunidade. Abaixo um pouco da percepção dos moradores sobre os visitantes:

Os entrevistados informaram ainda que o turista, quando conhece a comunidade, elogia e parece gostar bastante dos roteiros, das atividades agrícolas e do cotidiano, da palestra, de mexer nas casas de barro, da natureza do local que ainda é rara e preservada. Também foi comentado que parte dos visitantes são bagunceiros e curiosos, alguns não interagem muito, ficam mais entre eles. Um entrevistado ainda ressaltou que alguns visitantes acham o lugar muito quieto. Os turistas são, algumas vezes, percebidos como ‘chatos’, pois reclamam dos insetos e do relevo local (picadas e morros), mas de qualquer maneira, sempre respeitam as regras explicitadas pela comunidade e, segundo as respostas, a maior parte deles fica satisfeita com a visita (ETEANM, 2013, p. 11).

Os agendamentos para as visitas na comunidade são realizados por meio de e-mail e telefone (existe um telefone público na comunidade). Em 2012, nove agências de turismo comercializavam pacotes que incluíam a visita ao Ivaporunduva. Os pagamentos dos serviços são, geralmente, realizados à vista, em dinheiro ou cheques.

Os preços dos serviços são definidos pela equipe de contabilidade da comunidade e consideram os custos e os índices de inflação. A refeição e a hospedagem possuem um valor fixo por pessoa. Também é cobrada uma taxa de visitação por grupo no valor de R\$ 440,00. Esse valor inclui quatro atividades e o serviço dos monitores. A refeição custa, atualmente, R\$ 23,00 por pessoa. O visitante pode escolher a opção de almoçar, lanche, jantar ou mesmo não realizar refeições na comunidade. Para escolas públicas a visita é gratuita, entretanto, são poucas as que visitam a comunidade.

Existe uma tabela de preços de diária paga por serviço prestado, com valores definidos para cozinheiras, assistentes de cozinha, monitores, coordenadores e pessoal da limpeza. Os pagamentos são realizados quinzenalmente pela tesouraria da Associação, e cabe à coordenação de turismo fazer o fechamento semanal, organizar os pagamentos em uma planilha e enviá-los para o tesoureiro. Os trabalhadores recebem um vale para apresentação no dia do pagamento junto à tesouraria da Associação.

Uma parte dos recursos do turismo alimenta o fundo comunitário e é revertido para melhorias na comunidade. A forma de utilização desse recurso é decidida em assembleia (ETEANM, 2013).

Com relação ao abastecimento da pousada, parte da compra de alimentos é feita na cidade de Eldorado e parte é feita na própria comunidade. A manutenção da pousada é realizada geralmente durante as férias escolares, quando diminui o número de visitantes (ETEANM, 2013).

Quanto à divulgação, o que predomina é o boca a boca. Também existe uma extensa carteira de clientes, de agências/operadoras de turismo e de escolas, que levam grupos de alunos todos os anos para a comunidade.

Geralmente a escola contrata o serviço de uma agência para a organização da visita à comunidade. Também ocorre de a escola entrar em contato direto com a coordenação de turismo, mas, segundo um dos coordenadores, a cada dez grupos, três realizam o contato direto e, nesse caso, a organização da visita é tratada com os professores. Portanto, a comercialização do destino, na maior parte das vezes, ocorre por meio das agências/operadoras de turismo, que são responsáveis pela oferta e pela comercialização do Ivaporunduva (fig. 14) junto às escolas particulares. Como apontado anteriormente, a proximidade do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) facilita essa comercialização, pois as escolas que têm como destino final esse parque incluem a visita ao quilombo em seu roteiro (fig. 15).

Figura 14 – Divulgação do destino Quilombo Ivaporunduva no site da empresa UGGI Educação Ambiental⁷⁸

Fonte: Site da empresa, 2015

Figura 15 – Divulgação da visita no quilombo dentro do roteiro “cavernas do Petar” no site da empresa Quiron Turismo Educacional⁷⁹

Fonte: Site da empresa, 2015

⁷⁸ Disponível em <<http://www.uggi.com.br/quilombo-de-ivaporunduva>> Acesso em 10 de abril de 2015

⁷⁹ Disponível em <<http://www.quironturismoeducacional.com.br/educacionaisDetalhe.php?id=6>> Acesso em 10 de abril de 2015

O Ivaporunduva é divulgado também por meio do site do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira⁸⁰, lançado em 2012. Esse circuito foi desenvolvido em parceria com outros quilombos da região⁸¹ e com o Instituto Socioambiental, e contou com recursos do Ministério do Turismo. O site divulga a história, as atrações, atividades, serviços e as formas de acesso ao Ivaporunduva e às outras comunidades quilombolas. Essa parceria demonstra o incentivo ao desenvolvimento do turismo de forma integrada e regional.

Atualmente o Ivaporunduva participa do projeto “Turismo de Base Comunitária Quilombola”, desenvolvido pelo Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo (CEPCE)⁸², no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentado das Comunidades Quilombolas, com recursos financeiros da Petrobrás. Esse projeto também envolve outras comunidades quilombolas do município de Eldorado (Nhunguara, André Lopes, São Pedro, Sapatu e Pedro Cubas), dando sequência ao trabalho realizado pelo Circuito Quilombola.

⁸⁰ <http://www.circuitoquilombola.org.br/>

⁸¹ Quilombos: André Lopes, Pedro Cubas, São Pedro e Sapatu, no município de Eldorado e Mandira, em Cananéia.

⁸² Esta ONG é formada por quilombolas de diversas comunidades de Eldorado e, de acordo com informações obtidas em campo, tem como objetivo diminuir a dependência de ONGs externas para a captação de recursos e viabilização de projetos.

6.2 Elementos-base do desenvolvimento do turismo no Quilombo Ivaporunduva

Com o objetivo de contribuir para a compreensão dos contextos nos quais o turismo de base comunitária está mais propício para concretização de forma profícua, pretendeu-se neste estudo analisar como e porque a experiência do Quilombo Ivaporunduva apresenta resultados interessantes para a comunidade e, portanto, pode ser considerada satisfatória.

A identificação inicial desta experiência como satisfatória se deu a partir da constatação, em campo, de evidências que se relacionam diretamente com as discussões teóricas referentes ao turismo de base comunitária, apontadas no Capítulo 3:

- Protagonismo local e gerenciamento coletivo da atividade por meio da Associação Quilombo de Ivaporunduva;
- Turismo trabalhado como atividade de renda complementar da comunidade;
- Entendimento, por parte dos moradores, sobre a necessidade de oportunizar a todos o envolvimento na atividade turística e formas claras para a concretização dessa participação;
- Distribuição, entre os moradores, dos benefícios e dos recursos financeiros gerados a partir do turismo;
- Existência de normas de ordenamento da visitação e de regras para atuação visando o bem-estar da comunidade local;
- Contribuição para o fundo comunitário com os recursos advindos da atividade turística;
- Fluxo constante de visitantes;
- Satisfação dos moradores com relação à atividade.

Para tanto, definiu-se como fundamental a identificação do conjunto de elementos ou fatores que, ao serem combinados, permitiram, favoreceram e deram base para a construção dessa experiência; esses elementos são entendidos neste estudo como “elementos-base”. Portanto, diante desta perspectiva, cada elemento-base proposto na figura 16 e discutido na sequência se apresenta como um passo fundamental para o desenvolvimento do turismo no Quilombo Ivaporunduva.

Conforme relatado no Capítulo 4, as fontes de evidências utilizadas neste estudo de caso foram diversificadas. A pesquisa contou com a apreciação de relatórios e estudos existentes sobre a comunidade, análise de entrevistas realizadas com moradores e atividades de observação em campo.

Figura 16 – Quadro de elementos-base relacionados ao desenvolvimento do turismo presentes no Ivaporunduva

Elementos-base para o desenvolvimento do turismo de base comunitária	Elementos que evidenciam a relação entre a participação e turismo	Elementos que evidenciam a promoção do desenvolvimento local	Elementos que evidenciam a relação desenvolvimento local e turismo
<ul style="list-style-type: none"> · Necessidade de alternativas econômicas · Participação comunitária · Interesse na atividade do turismo · Presença de atrativos turísticos significativos · Políticas de incentivo à atividade · Inserção ou proximidade de atrativos turísticos indutores de fluxo (parques estaduais) · Cursos de qualificação na área de turismo · Demanda turística real e/ou potencial · Grau de organização da atividade · Clareza sobre o que o turismo proporciona além da renda · Características de empreendedorismo · Satisfação com a atividade 	<ul style="list-style-type: none"> · Participação comunitária no turismo (estratégias de participação) · Papel das lideranças no desenvolvimento do turismo · Formas de tomada de decisão · Foco na formação da consciência política (dos que atuam com turismo e dos visitantes) · Relação comunidade e governo, ONGs, mercado turístico ou outras comunidades - parcerias e/ou conflitos · Participação de representantes em fóruns regionais, estaduais e nacionais de turismo · Grau de interferência na legislação e políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> · Aumento da renda · Melhoria de infraestrutura (educação, saúde, acesso, transporte) · Aumento do grau de escolaridade · Interesse em permanecer na comunidade · Perspectivas futuras para a própria vida e da família · Projetos, soluções e novos negócios percebidos na comunidade · Características de empreendedorismo · Interesse pela história e cultura local · Identidade cultural fortalecida · Múltiplas rendas · Oportunidade de trabalho na comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> · A importância do turismo na renda familiar · Grau de satisfação com o trabalho no turismo · Interferência do turismo na cultura local · Contribuição para políticas públicas · Fluxo de visitantes (manutenção e aumento) · Distribuição de fluxo no entorno da comunidade · Contribuição do recurso do turismo para o fundo comunitário · Oportunidade de trabalho para jovens e mulheres · Relação turismo e outras atividades econômicas da comunidade · Importância dada ao turismo no planejamento estratégico da comunidade · Planejamento, organização e monitoramento do turismo

Fonte: Construção própria a partir dos documentos analisados (entrevistas e relatório apontados anteriormente)

6.2.1 Elementos-base para o desenvolvimento do turismo de base comunitária de forma satisfatória

Atendendo a uma ordem cronológica, o primeiro fator identificado, diz respeito ao histórico do Quilombo Ivaporunduva, refere-se à **necessidade de alternativas econômicas** para permanência dos moradores na comunidade diante das restrições ambientais e financeiras. Portanto, o interesse no turismo surge a partir da necessidade. Agrega-se a isso o fato de que o turismo foi pensado, considerado e fomentado como **uma das alternativas de geração de renda** para a comunidade, ancorado nos recursos materiais e imateriais disponíveis localmente, como a história, a cultura, o conhecimento da natureza, a prática agrícola e os recursos naturais. Destaca-se, dessa forma, que no momento em que se pensou no turismo como uma alternativa, os moradores já viviam um processo de reflexão sobre as perspectivas futuras da comunidade e discutiam possibilidades de atividades de geração de renda a partir do contexto local, evidenciando, desse modo, um processo endógeno em andamento, fator considerado fundamental para o sucesso e legitimidade dessas experiências, como apontam os autores Buarque (2008) e Irving (2009) que tratam dos temas desenvolvimento local e turismo de base comunitária, respectivamente.

Um dos entrevistados retratou esse momento

A comunidade em si, quando ela desenvolveu essa ideia do turismo e tal, todo mundo agregou essa ideia, até porque o princípio da comunidade, o valor histórico e simbólico da comunidade é a terra, por que a terra? Porque a terra é uma matéria que você pode, se tratar ela de uma forma correta, usufruir para dez, vinte, trinta gerações⁸³.

A **existência de espaços de participação e decisão coletiva**, anterior ao desenvolvimento do turismo, também é um componente fundamental, uma vez que propiciou uma base de sustentação para a implementação da atividade de forma cooperativa. Nas entrevistas realizadas, ficou evidente que a participação dos moradores em um coletivo é uma prática muito comum e que integra a dinâmica comunitária no Ivaporunduva. Corrobora-se Telles (1994), ao tratar da função dos espaços públicos, e Fernandes (1994) que aborda a importância dos espaços de socialização política. Os espaços de participação existentes no Ivaporunduva viabilizaram e estruturaram essa dinâmica comunitária, na qual a participação faz parte do dia a dia das pessoas. Além disso, o território coletivo pressupõe a gestão conjunta do espaço e, portanto, também fomenta a participação contínua. Uma liderança

⁸³ Membro do Grupo de Turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

feminina comentou sobre a importância da participação “é importante porque daí você fica por dentro dos acontecimentos dentro da comunidade, não só na área de turismo, mas nas outras áreas, dentro da associação você fica interado, sabendo o que está acontecendo o que vai acontecer, o que a gente vai ter que fazer⁸⁴”.

De acordo com os depoimentos colhidos, a assembleia é realmente um fórum aberto para todos, pois permite que as pessoas se coloquem, opinem, façam críticas e cobranças. Certamente, é o momento dos debates, das discussões, dos acordos e das decisões. Inclusive, conforme aponta um entrevistado, na assembleia é comum ocorrerem discussões bem acaloradas em “que o couro come”, o que é “saudável” em um processo que envolve diversas pessoas e que contempla mecanismos para o exercício do poder. Cabe dizer ainda, que, segundo as entrevistas realizadas, os moradores estão cada vez mais exigentes, pois atuam de forma participativa há muito tempo e, assim, todos fiscalizam e reivindicam seus direitos, o que demonstra um amadurecimento com relação à participação.

Porque ela [a comunidade] já amadureceu, faz muito tempo, é uma cobrança, quer trabalhar, o rodízio das mulheres para fazer a comida, de repente, por um problema ou outro, uma mulher fica fora por uma ou duas vezes, ela vem falar na associação, quando tem a reunião ela fala “olha me deixaram fora, é minha vez e tal e tal”, daí a pessoa “mas você não foi, nós falamos com você, mas você não pode, mas dá outra vez vocês não me chamaram, ah mais tem que dar a sua vez de novo porque perdeu” (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

A assembleia da Associação é também um espaço de prestação de contas, tanto dos recursos financeiros quanto das ações. O depoimento a seguir confirma essa prática: “na assembleia geral a gente sempre coloca o que entrou no mês, o que saiu, o quanto que você vai investir em outra coisa, para que que você tirou”⁸⁵. Portanto, são apresentadas para a comunidade as atividades realizadas, a contabilidade do turismo, indicando o quanto de dinheiro entrou mensalmente, se justifica como os valores apresentados foram gastos, e, ainda, o quanto deverá ser investido para a execução das ações necessárias, como a manutenção das pousada, por exemplo.

Nesse contexto, **as formas de tomada de decisão** também surgem como um elemento importante, que evidencia a relação entre a participação e o turismo. A decisão coletiva é uma prática da comunidade que foi incorporada para as atividades e resoluções sobre o turismo. A coordenação da Associação bem como a coordenação de turismo são responsáveis por muitas decisões na comunidade, entretanto, os coordenadores devem sempre considerar o que foi planejado em assembleia ou o que está acordado no estatuto da comunidade, como esclarece

⁸⁴ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

⁸⁵ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

uma das lideranças: “quem faz a organização não é quem coordena, é a comunidade. Ele [o coordenador] tem que executar, porque senão ele pode fazer coisa da cabeça dele e atrapalha, tem que fazer aquilo que é tirado da comunidade. Então é bem participativo mesmo”⁸⁶. Assim, destaca-se o processo participativo que permite à comunidade ser a principal responsável pela organização do turismo, cabendo aos coordenadores de turismo a execução do que foi decidido coletivamente.

Nesse sentido, a assembleia da Associação é um importante espaço de tomada de decisão, inclusive, com relação ao turismo. Sob esta ótica, possibilita a “participação de todos, mesmo aqueles que não estão diretamente envolvidos com o turismo opinam sobre esta atividade, que de alguma forma atinge a comunidade em geral” (ETEANM, 2013, p.11). Além disso, o conselho fiscal da Associação também é bem atuante, até mesmo com relação à utilização e o cuidado com o patrimônio turístico e com os bens da comunidade, como a pousada e os veículos (moto e carro).

O grupo de turismo realiza reuniões de avaliação e de planejamento e também ocorrem discussões de setores específicos, como as reuniões com os monitores e com as cozinheiras. Segundo os coordenadores de turismo, essas reuniões acontecem de acordo com a necessidade e quando é preciso acertar algumas “arestas”, ou mesmo quando é necessário planejar algo novo. Geralmente, as reuniões setoriais contam com a participação dos membros do grupo que atuam em determinada função, por exemplo, as cozinheiras, com os coordenadores de turismo e com os representantes da coordenação da Associação. Ao serem questionados sobre desentendimentos e conflitos entre os membros do grupo de turismo, alguns entrevistados informaram que é justamente nas reuniões do grupo que estas questões devem ser colocadas e acertadas: “dentro de uma reunião, você tem todo o direito de falar, expor o que você acha, e o que não acha” e ainda “é tranquilo, se sentem a vontade para falar e tipo se tiver que dar dá bronca, dá bronca, se tiver que falar está errado, fala está errado”⁸⁷.

A partir das considerações acima, constata-se que **a existência de diferentes espaços de participação e de decisão do turismo**, com funções complementares bem definidas, como a própria assembleia geral ou como o grupo de trabalho, se apresenta como um dos principais alicerces da atividade na comunidade, conforme indicado na figura 17.

⁸⁶ Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

⁸⁷ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

Figura 17 – Espaços de participação e tomada de decisão com relação ao turismo na comunidade

Fonte: elaborado pela autora, 2015

Observou-se no Ivaporunduva que como a participação comunitária existe antes do desenvolvimento do turismo, é possível concluir que o turismo é resultado da participação e não o contrário, como se aventa em muitos projetos de turismo de base comunitária nos quais se espera que o turismo fomente a participação comunitária. Mas isso também não quer dizer que a atividade turística não colabora para a participação e para o maior envolvimento das pessoas nas atividades comunitárias. A partir das informações obtidas em campo, como veremos a seguir, percebe-se que colabora sim, entretanto o turismo, pelo menos no caso do Ivaporunduva, não foi fundamental para a organização comunitária e, sim, o contrário a organização comunitária pré-existente foi fundamental para o turismo.

Outro aspecto que merece destaque enquanto elemento-base para a promoção da atividade é **o número expressivo de pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas com o turismo**. Segundo as lideranças locais, cerca de 90% dos moradores atuam com o turismo. A participação no turismo se estende a quem se interessar, sejam adolescentes, jovens, adultos, mulheres e idosos. De acordo com os entrevistados, existe uma abertura para a pessoa se integrar ao grupo do turismo no momento que quiser, necessitando apenas manifestar o interesse.

Nesse contexto, **as diferentes formas e oportunidades de participação** também se constituem como um elemento fundamental para o turismo no Ivaporunduva. A participação na atividade ocorre tanto de forma espontânea quanto por meio de estratégias de envolvimento. Cabe ressaltar que, apesar da participação estar bem amadurecida, podendo ser

inclusive considerada como “o modo de se fazer as coisas” no Ivaporunduva, o estímulo à participação é permanente. Com o intuito de envolver os diferentes grupos da comunidade, continuamente se pensa e se coloca em prática estratégias de participação.

Entre as estratégias para a participação no turismo, apontadas na pesquisa realizada, estão: a criação de diferentes espaços para participação; a adoção do rodízio na prestação de serviços turísticos (cozinheiras, monitores, limpeza, coordenação); o envolvimento por meio de ações de capacitação para o turismo; a compra de alimentos e produtos dos moradores para o abastecimento da pousada e a contratação de serviço para a manutenção da pousada.

Segundo alguns entrevistados, o rodízio estimula muito a participação. Considerando que a realidade local é comunitária, e, portanto, as atividades de geração de renda devem beneficiar a todos, tanto individualmente quanto coletivamente, e, ainda, como não seria possível uma grande quantidade de moradores atendendo ao mesmo tempo os mesmos visitantes, a proposta do rodízio foi entendida pela comunidade como uma saída para que um número expressivo de moradores tivesse a oportunidade de se beneficiar desta atividade, conforme afirma um morador:

a gente escolheu por rodízio porque foi uma decisão da assembleia, nós imos trabalhar com o turismo e quando se fala turismo, eu estou falando do turismo, mas quando se fala qualquer empreendimento dentro da comunidade, ela quando visa lucro ela tem que envolver toda a comunidade, não pode ficar ninguém de fora por que todo mundo é dono, aqui ninguém é mais do que ninguém, são 3700 hectares e todo mundo é dono, tem a pousada aqui todo mundo é dono, então não é justo você dar prioridade, priorizar “X” ou “Y” a mais, então tem que ser tudo em partes iguais⁸⁸.

A coordenação do grupo de turismo também é substituída a cada dois anos. A escolha dos coordenadores se dá por meio de eleição. Ao ingressar, o coordenador realiza três meses de experiência, o que permite verificar se a pessoa realmente se adapta à função.

De acordo com o depoimento de um dos entrevistados, esse rodízio entre os coordenadores de turismo

dá a oportunidade para todo mundo conhecer, às vezes estamos com uma pessoa boa no turismo, assim boa no bom sentido, assim que conhece mais do que o outro, às vezes pegamos um que não conhece muito, mas ele está aprendendo. Isso é uma coisa que a gente tem que pensar (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

A participação das mulheres é efetiva no turismo. Elas são a maioria no grupo de turismo e atuam na cozinha e na limpeza e como monitoras e coordenadoras de turismo.

⁸⁸ Liderança comunitária, membro do Grupo de Turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

Os mais velhos participam como orientadores; são eles que têm maior conhecimento sobre a história e sobre o modo de vida tradicional. A participação das pessoas mais velhas também ocorre por meio da confecção de artesanato que é comercializado na pousada, ou mesmo por meio de vivências organizadas nas casas/sítios dos mais "antigos" da comunidade.

Os jovens também participam do turismo. São estimulados a partir de atividades de estágio ou como monitores mirim, este último voltado para adolescentes. Entretanto, é consenso que o envolvimento e o interesse do jovem em permanecer na comunidade é um grande desafio, uma vez que a cidade parece ser um local mais atrativo para eles. Assim, existem estímulos e constantes convites para a participação e para o comprometimento dos jovens com o turismo, o que, segundo alguns entrevistados não é uma tarefa fácil. Também ocorrem algumas oficinas oferecidas pelos próprios moradores, para a apresentação de vivências antigas para os jovens da comunidade.

Existe uma preocupação em dar prioridade de trabalho para as pessoas que contribuem regularmente com o pagamento da Associação, ou ainda, em fazer com que todos fiquem em dia com a Associação, a partir dos recursos advindos dos diversos trabalhos junto à comunidade. Segundo um entrevistado, atualmente, a maior parte dos moradores tem contribuído com o pagamento da Associação, pois está havendo bastante trabalho na comunidade, o que permite quitar as taxas atrasadas.

Nesse cenário, destaca-se a oportunidade e a possibilidade da participação para todos os interessados e a adoção de mecanismos que estimulam essa participação tanto no planejamento, quanto nas decisões e nos serviços.

Nota-se que o turismo no Ivaporunduva foi organizado inicialmente a partir da atuação de um pequeno grupo da comunidade, contudo, a **forma de organização adotada** permitiu e ainda permite a adesão contínua de novos moradores. Com isso, o grupo responsável pelo turismo se consolidou e a comunidade está entrando em um processo no qual novos atores locais passam a levar adiante a atividade. A forma como o turismo é trabalhado na comunidade não obriga a participação, entretanto, estimula o envolvimento das pessoas. Consequentemente, nesse processo ocorre uma transferência de responsabilidade, entendida como natural, como afirma um dos entrevistados: “naturalmente vai havendo uma transição, naturalmente, por conta da organização⁸⁹”. Entretanto percebe-se que a forma como a atividade foi articulada serve a esse objetivo.

⁸⁹ Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

Cabe ressaltar que a seriedade da organização do turismo foi apontada por uma das lideranças entrevistadas como sendo um dos aspectos mais importantes para os bons resultados do turismo na localidade, uma vez que dá credibilidade junto à comunidade. Além disso, destaca-se a compreensão, por parte de alguns entrevistados, de que o controle e os benefícios da atividade são resultantes da forma de organização do turismo na comunidade. Consequentemente, ainda não todos, mas parte dos moradores já percebe o turismo como um patrimônio coletivo.

A efetiva distribuição de recursos oriundos do turismo para toda a comunidade, a oportunidade desses recursos chegarem para as diversas famílias é outro elemento fundamental para o sucesso do desenvolvimento do turismo nesta comunidade. Uma das lideranças explicou a importância dessa distribuição e insistiu que o dinheiro não deve ser pensando com foco principal na Associação. Esclareceu que é necessário cobrar uma porcentagem para a entidade para que parte dos recursos possa ser direcionada para a manutenção das atividades da comunidade. Contudo o valor repassado não deve ser alto para a Associação e baixo para os moradores, pois o destino final do recurso financeiro obtido com o turismo deve ser a mão dos moradores da comunidade. Para tanto, esse entrevistado alertou que o formato da distribuição do dinheiro em uma comunidade que pretende trabalhar com o turismo tem que ser muito bem discutido e é isso o que eles fazem no Ivaporunduva.

A experiência legal é que através da nossa organização a gente conseguiu fazer com que o turismo, ele chegue em todas as famílias da comunidade, então isso é uma parte importante, de uma forma ou de outra aquele que vende a cebolinha para temperar a comida, aquele que vende o pão caseiro, aquele que vende o cuscuz de massa de arroz, aquele que vende o beiju né. Então é a forma que nós encontramos para fazer a distribuição de renda porque não dá para todo mundo trabalhar. Vem 40 pessoas aqui, vamos pensar assim, não dá para por cento em poucas famílias para trabalhar com 40 pessoas. Então não tem jeito. Então a gente faz um rodízio, primeiro tem um levantamento de produção o que que a comunidade tem. E aí, quem tem também, quem tem aquilo que vai ser consumido e aí começa a se comprar dessas pessoas que tem é uma forma de chegar o dinheiro do turismo nessas famílias (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Neste sentido, cabe destacar que foram definidas estratégias que viabilizassem a distribuição do recurso do turismo, como a preparação das pessoas para o trabalho bem como o levantamento da produção, que permitiu identificar os produtos disponíveis na própria comunidade que poderiam ser utilizados nos serviços relacionados à atividade.

A presença de atrativos turísticos significativos, considerando inclusive o ponto de vista do mercado turístico, também colaborou de forma substancial para a implementação do turismo na comunidade. Tanto os aspectos histórico-culturais quanto a natureza apresentam

características diferenciais no Ivaporunduva. A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tombada pelo CONDEPHAAT; a história da comunidade já pesquisada e documentada por meio de teses de doutorado e mestrado e livros; as práticas tradicionais ainda presentes; a produção agrícola orgânica; a vivência e a memória de todo o processo político de organização e de luta pelo território; a maior parte do território da comunidade ser coberto pela Mata Atlântica - o que inclui vegetação exuberante, fauna e água em abundância, com a presença de rios e nascentes – certamente são matéria-prima farta para o desenvolvimento do turismo.

Contudo, cabe destacar que, diante desse amplo leque de atrativos, a escolha do ecoetnoturismo foi acertada. Isso porque a comunidade percebeu a oportunidade e decidiu oferecer aos visitantes os atrativos que fortalecem sua história e identidade e que, ao mesmo tempo, diferem daqueles roteiros já ofertados nos dois parques estaduais localizados próximos ao Ivaporunduva. Além disso, a questão da natureza foi incorporada tendo em vista o vínculo que se estabelece entre o quilombola e ela, portanto, uma visão diferente, que contrapõem a proposta das unidades de conservação, uma vez que as UCs promovem a separação entre a natureza e o ser humano. Nesse sentido, perspectivas distintas e contraditórias enriquecem o trabalho pedagógico. Ou seja, preferiu-se complementar o que já era oferecido na região, o que mostra a compreensão e o domínio, por parte dos quilombolas do Ivaporunduva, sobre a dinâmica do turismo já instalada e, assim, foi possível abrir caminhos para a inserção do destino Ivaporunduva no contexto turístico regional.

Nesse processo, aos poucos, a história e as atividades desenvolvidas pela comunidade foram se tornando produtos a serem oferecidos para os visitantes. A história passou a ser contada por meio de palestras realizadas pelas lideranças da comunidade e também por meio do roteiro que percorre a região central do bairro. O conhecimento tradicional e o modo de vida antigo e atual passaram a ser expostos nas oficinas culturais. A natureza é apresentada através das trilhas, mas não como algo isolado e sim diretamente relacionada à história e a cultura local. A propósito, de acordo com os depoimentos, ainda existem uma gama de alternativas e possibilidades para serem ofertadas pela comunidade, tanto de forma isolada como também em conexão com outras comunidades quilombolas.

Novas atividades, tipo é trilha que a gente está abrindo agora, é garimpo, o garimpo do ouro, tem o viveiro de mudas, então é mais na parte aspectos tradicionais da comunidade, é difícil a gente fazer rapel essas coisas, é mais o dia-a-dia mesmo que a escola pede, eu não vou fazer uma coisa, tirar o foco do que eles querem estudar para outra coisa que tem em outros lugares. Então a gente faz o que tem aqui e o que não tem para fora (Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

A proximidade de atrativos turísticos indutores de fluxo também foi um elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo local. Como já mencionado, a localização do Ivaporunduva entre os parques PETAR e Caverna do Diabo foi um grande facilitador para a captação de turistas para a comunidade.

Cabe destacar que a captação de clientes foi indicada por uma das lideranças entrevistadas como um dos maiores desafios para as comunidades que querem atuar com o turismo: “porque a maior conquista é trazer o turista para dentro da comunidade, nós conseguimos”⁹⁰. Esse desafio também é muito ressaltado em outras pesquisas realizadas sobre o tema e por pessoas envolvidas em experiências semelhantes, como tratado na discussão sobre as características, desafios e potencialidades do turismo de base comunitária no capítulo 3. Entretanto, vale salientar que, na prática, o fato do Ivaporunduva estar bem localizado, no caminho entre parques, não é certeza de sucesso na captação de visitantes. Outras comunidades estão nesse mesmo trajeto, ou até mais próximas, ou ainda, contam com atrativos significativos, como cachoeiras de grande porte em suas áreas, mas nem por isso o turismo vem beneficiando amplamente os moradores locais.

O Ivaporunduva teve o mérito de conseguir desviar o caminho das escolas que seguem para o PETAR e trazer esses grupos para a comunidade. Cabe dizer que, mesmo antes da organização do turismo no Ivaporunduva, as lideranças da comunidade já recebiam convites para a realização de palestras sobre os quilombos da região em pousadas do município de Iporanga, principal acesso às cavernas do PETAR. Essa iniciativa provavelmente estreitou a relação entre o Ivaporunduva, as escolas e as agências de turismo e contribuiu para a inserção da comunidade nos roteiros programados. Isso também demonstra que havia uma demanda real para este tipo de atividade. A esse respeito, Bastos e Bornia (2006) informam que

A demanda por visita à comunidade quilombola não tardou. Já no ano de 2000, alguns de seus representantes eram chamados para dar palestras sobre a história do quilombo em Iporanga para estudantes que realizavam estudos do meio no PETAR e também em escolas em São Paulo. A partir daí surgindo um interesse em visitas no quilombo (BASTOS; BORNIA, 2006, p. 38-39).

Além disso, a comunidade formatou um conjunto de atividades e vivências diferenciadas do que era oferecido no PETAR e que despertaram o interesse das escolas que já visitavam a região. Também houve o importante apoio de agentes relacionados ao turismo do PETAR, que divulgaram e incentivaram a visita ao Ivaporunduva.

De acordo com algumas lideranças, outros fatores que contribuíram com a captação de público visitante para o quilombo foram a gravação do Programa Globo Rural no

⁹⁰ Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

Ivaporunduva, exibido em 02 de outubro de 2005, que tratou especialmente do cultivo da banana orgânica, e uma reunião organizada pelo ITESP, realizada em São Paulo, que contou com a participação de agências de turismo e professores de escolas particulares de São Paulo.

Atualmente, muitas escolas, que têm como destino o PETAR, param no Ivaporunduva na ida ou na volta, ou mesmo utilizam as segundas-feiras, quando o PETAR está fechado, para realizar a visita à comunidade.

a divulgação era através das próprias escolas mesmo, às vezes, a escola se interessava aí vinha e depois se comunicava com outra, também vinha, a própria agências aqui do PETAR, elas incluía a passagem na comunidade como uns dos atrativos, e assim foi indo, inclusive todas as escolas que vem aqui, ela estão indo pro PETAR, difícil vim uma escola de São Paulo que vem aqui e já volta, a não ser quando vai dormir pessoa de universidade que vem fazer pesquisa e ai dorme e vai embora, caso contrário no cotidiano normal de alunos, todos vêm pra Caverna aí tanto indo quanto vindo eles fazem a passagem aqui⁹¹.

A combinação entre destinos turísticos já consolidados ou em evidência e as experiências com o turismo de base comunitária parece ser promissora. O Ministério do Turismo, na época do edital de 2008, ao verificar o potencial de contribuição das iniciativas de turismo de base comunitária quando associadas a um destino turístico já existente, incentivou a diversificação da oferta turística e agregação de valor aos destinos consolidados (MTUR, 2010). Diante dessa abordagem, é possível afirmar que o PETAR, destino que já estava em evidência no segmento de estudo do meio, se beneficia do Ivaporunduva por meio da diversificação de atrativos e favorece o Ivaporunduva, a partir da distribuição regional do fluxo turístico existente.

Com relação a **políticas e ações de incentivo ao turismo na comunidade**, ao analisar o histórico do turismo no Vale do Ribeira e o processo de desenvolvimento da experiência do Ivaporunduva, percebe-se que nunca houve de fato uma política pública concreta, externa à comunidade, que incentivasse o desenvolvimento do turismo. Entretanto, a esse respeito, observa-se que algumas ações pontuais foram importantes, principalmente quando somadas, e certamente colaboraram para a estruturação desta experiência na medida em que **a comunidade também soube articular e direcionar estas ações para as suas necessidades**. Podem ser citados os cursos de capacitação de monitores ambientais realizados nos anos de 1999 e 2000 que formaram os dois jovens da comunidade, Olavo Pedroso da Silva Filho e Paulo Silvio Pupo, para a atuação com o turismo. Esses jovens se transformaram em atores fundamentais para o desenvolvimento do turismo na comunidade. Outra ação importante foi a

⁹¹ Membro do Grupo de Turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

construção da Pousada Comunitária, viabilizada por meio de recursos financeiros articulados pelo ITESP. Posteriormente, o Programa Fome Zero, com recursos da Petrobrás, financiou a compra de equipamentos e utensílios para a pousada.

Parte dos entrevistados também afirmou a importância da Lei nº 3639 de 2003 que incentivou a educação afro-brasileira na educação básica como elemento importante para o aumento do fluxo de visitantes no Ivaporunduva, uma vez que possibilitou um incentivo legal para este tipo de iniciativa. O depoimento abaixo confirma essa perspectiva:

E também veio outras coisas que também ajudou, por exemplo. Assim um salto que deu aqui de qualidade foi a lei 3639, essa lei da educação diferenciada na escola, da educação afro na escola. Nosso estado, ele ficou meio que deixou a desejar porque que não aplicou a lei né, e as escolas particulares passaram a buscar aqui o conhecimento para os seus alunos, que é isso, é aplicar aquilo que a lei está pedindo, quer dizer, além do trabalho que vem fazer com o pessoal com estudo do meio da caverna, trilha, cachoeira, essas coisas também aumentou a educação afro. Isso pra nós foi legal porque muita gente começou a visitar a comunidade e isso está crescendo (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Contudo, cabe dizer que em contato com o proprietário de uma das agências que leva grupos para o Ivaporunduva este afirmou que esse incentivo legal parece não ser tão significativo, uma vez que a decisão pela visita se dá por outros motivos, como por exemplo, a proximidade entre o quilombo e o PETAR.

A construção da ponte sob o rio Ribeira de Iguape, localizada junto à entrada do bairro e inaugurada em 2010, também favoreceu o turismo, pois facilitou de forma considerável o acesso à comunidade.

Da mesma forma, alguns programas mais recentes do governo são direcionados para os interesses e demandas da comunidade, como, por exemplo, os cursos do PRONATEC⁹².

Diante do exposto, é possível afirmar que todas essas ações conjugadas contribuíram de modo essencial para o alcance dos resultados positivos da experiência de turismo no Ivaporunduva.

O investimento na capacitação e qualificação para atuação na área de turismo, também pode ser considerado um dos elementos estruturantes para a concretização da atividade na comunidade.

⁹² O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Disponível em < <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec> > Acesso em: 03 de maio de 2015.

De forma geral, a educação básica e técnico-profissional é muito valorizada no Ivaporunduva e, portanto, para o trabalho com o turismo isso não é diferente. Sendo assim, priorizou-se a busca de conhecimentos sobre a atividade. Existe uma clareza entre os moradores sobre a importância da preparação para a atuação junto aos visitantes, uma vez que lidar com pessoas requer grande responsabilidade. Conforme Bastos e Bornia (2006)

Os participantes da oficina [realizada em 2006] reconheceram a importância da educação, como aquilo que pode levar a comunidade a alcançar seus objetivos. Comentaram que se trata de um aprendizado contínuo, portanto devem respeitar o tempo necessário para que o processo aconteça com cada um. Enfatizaram também a importância da troca de conhecimento entre comunidade e turista e também membros da comunidade entre si (p. 78).

A qualificação para o turismo ocorre de diferentes maneiras tanto no âmbito formal, por meio de cursos oferecidos por diversas instituições como: o curso técnico em Turismo ofertado pelo Centro Paula Souza, o curso de Monitoria Ambiental realizado por diferentes organizações não governamentais e o curso de Agente de Informações Turísticas disponibilizado pelo PRONATEC, quanto no âmbito informal, a partir da troca de experiências entre os próprios moradores, estágios e atuação voluntária junto às atividades de turismo na comunidade. Sob a ótica do aprendizado pela experiência, um entrevistado apontou que as dificuldades encontradas no decorrer da implantação do turismo no Ivaporunduva também geraram a qualificação, ou seja, o enfrentamento dos desafios contribuiu para o aprimoramento dos moradores junto ao turismo. Além disso, existe um entendimento de que com a participação dos moradores em cursos da área, novidades poderão ser trazidas para a comunidade e, a partir daí, novas possibilidades e atividades relacionadas ao turismo surgirão. Ressalta-se, contudo, a preocupação em adequar o aprendizado adquirido externamente à realidade local, como afirma um entrevistado:

Então também o pensamento para trabalhar no turismo de base comunitária no Quilombo, ele não pode ser pensado como pensa no parque, a gente faz curso de monitor ambiental que é o curso tradicional que é igual para todos, mas depois que a gente faz o curso, a gente adequa ele dentro da nossa realidade, entendeu, senão não dá certo (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Outro caminho adotado para a qualificação é a especialização que, segundo um entrevistado, prepara o morador para atuar com um trabalho específico. Para tanto, utiliza-se como estratégia o envio de um membro do grupo de turismo para conhecer como o trabalho é desenvolvido em outra localidade e, assim, o conhecimento é multiplicado para os outros envolvidos com o turismo na comunidade.

A iniciativa dos monitores mirins iniciou-se em 2014 e sua atuação consiste no acompanhando das atividades dos monitores, sempre aos finais de semana, quando não têm

aula na escola. O trabalho também ocorre no formato de rodízio e em alguns momentos é remunerado e em outros é uma atuação voluntária, o que depende do número de monitores mirins no dia e também do desempenho deles. Além de incentivar a participação, a função monitor mirim tem como objetivo preparar mais pessoas para trabalhar com o turismo; é uma espécie de estágio para a formação desses adolescentes. Nesse contexto, os monitores mais velhos têm o papel de contribuir para a formação dos adolescentes bem como avaliar o desempenho deles.

Como explicou uma liderança, a atividade do turismo na comunidade mescla jovens e pessoas mais velhas e, assim, tem-se a possibilidade de integrar conhecimentos e construir novas oportunidades.

Outra iniciativa interessante diz respeito ao curso de inglês que alguns integrantes do grupo de turismo se envolveram recentemente. O curso foi desenvolvido pela organização CEPCE por meio do projeto “Turismo de Base Comunitária Quilombola” e teve duração de oito meses. As aulas aconteceram uma vez por semana, aos sábados. Como apontado por alguns entrevistados, estava sendo difícil para os participantes aprenderem inglês, contudo, certamente é um avanço a disponibilidade desse tipo de curso na região.

Diante do exposto, percebe-se que a capacitação para o turismo é contínua e ocorre de diferentes formas, o que evidencia uma visão bem ampla do conceito e do exercício da qualificação. Na prática, as estratégias de capacitação são também estratégias de inclusão e de envolvimento na atividade turística. Nessas circunstâncias, as diferentes experiências de capacitação apresentadas acima demonstram iniciativa, criatividade e adequação à realidade local e essa dinâmica permite, além de boas oportunidades de qualificação dos moradores para o trabalho, certa autonomia da comunidade no sentido de formar as pessoas para a atividade turística (ETEANM, 2013).

O grau de organização para a recepção de visitantes também é destaque na comunidade e, certamente, é um elemento estruturante do turismo local. Isso porque propicia tanto a continuidade do trabalho quanto a ampliação do fluxo de visitantes.

O turismo receptivo, por si só, é uma atividade que pressupõe muita organização no que se refere às questões relacionadas à operacionalização da atividade. Requer muito detalhamento para ser executado, como por exemplo, o agendamento dos grupos, a definição do número de pessoas, a elaboração de programação de acordo com o interesse do grupo e a oferta de atrativos e de serviços da comunidade, a preparação para recepção (atividades, cardápio, espaço físico, segurança). Agrega-se a isso o fato de que, no caso do Ivaporunduva, envolve um grande número de indivíduos para prestação de serviços, uma vez que o objetivo

é a ampliação dos benefícios da atividade. Assim, a recepção de cada grupo é um evento que demanda muita organização e sintonia da equipe de trabalho. Além disso, muitas vezes são recebidos mais de um grupo simultaneamente e, como a maioria das visitas ocorrem em um dia, tudo acontece muito rápido, o que requer mais organização ainda.

De acordo com o coordenador de turismo, existe um entendimento de que a estrutura disponível hoje na comunidade tanto de equipamentos, quanto de atividades e de equipe de trabalho é para uma demanda de cerca de 130 pessoas, o que corresponde a duas ou três escolas por dia. Para atender essa demanda, a dinâmica de trabalho é bem organizada, com funções diferentes; cada integrante do grupo de turismo desempenha o seu papel, mas caso seja necessário, estão disponíveis para outras atividades.

Cabe, entretanto, dizer que a questão da comunicação da comunidade com os agentes externos ainda é um desafio e, em alguns momentos, compromete a organização das atividades, uma vez o principal meio de comunicação é a internet, que ainda funciona de forma intermitente.

A **avaliação das atividades junto às escolas e agências de turismo** ocorre de maneira informal. Os coordenadores e monitores procuram conversar com os professores sobre o trabalho desenvolvido na comunidade. Perguntam sobre as atividades realizadas e sobre os serviços oferecidos, procuram verificar a opinião dos professores e também a percepção dos alunos (via professores), além disso, solicitam sugestões de melhorias. Segundo os entrevistados, geralmente os professores se manifestam, opinam e dessa forma, colaboram para a melhoria do trabalho. O depoimento a seguir corrobora isso: “a gente sempre procura puxar dos professores a opinião no final “ah como foi as atividades”, o pessoal está gostando? O que precisa ser melhorado? Tipo, então o professor também acaba tendo uma participação fundamental, ele fala se foi bom, se não foi, se está gostando”⁹³.

Do ponto de vista dos moradores, **a satisfação com a atividade** também se estabelece como um elemento essencial do turismo na comunidade, o que é fundamental para a continuidade e fortalecimento dessa atividade.

A satisfação com o turismo apareceu na pesquisa de campo de diversas formas. A maior parte dos entrevistados argumenta que o trabalho com o turismo contribui principalmente com a renda dos moradores. Segundo algumas declarações, o turismo propicia, em conjunto com outras atividades, uma renda com dignidade, não “enriquece a pessoa”, mas permite que ela e sua família se mantenham: “comer, se alimentar, comprar

⁹³ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

roupa, viajar pelo menos uma vez no ano”. Permite, também, melhorar a condição de vida das pessoas com relação ao acesso a bens de consumo. De acordo com os depoimentos, o turismo contribuiu para a aquisição de equipamentos para casa, TV por assinatura e veículos para transporte, como moto e carro, o que faz muita diferença quando se mora na zona rural. Também foi citado que, com o recurso obtido com o turismo, algumas famílias tiveram a oportunidade de incentivar os filhos a realizarem um curso de graduação e assim, aprimorarem os estudos. O depoimento a seguir apresenta esse contexto:

A mudança foi a questão do dinheiro, que as pessoas tiveram condição de comprar mais algumas coisas, por exemplo, você vai na casa das pessoas hoje, tem pessoas que colocou seu filho na faculdade, juntando um pouquinho daqui e outro pouquinho dali, o turismo foi uma opção, foi um dinheirinho a mais que foi juntado, esse balanço geral dentro do empreendimento nosso, a gente não tem, sempre a gente vai somando, ganha dez aqui no turismo, as vezes ganha dez lá na banana, aí soma tudo isso e no final do mês a gente vai ter um ponto “X”, acho que tem pessoas que comprou moto, tem pessoas que colocou Sky, tem pessoas que comprou carro, então acho que a comunidade com esse projeto avançou a condição de vida, a condição de vida melhorou um pouco mais⁹⁴.

Além disso, também foi comentado que a renda vinda do turismo possibilita a permanência na comunidade. Sendo o turismo uma das opções de trabalho, os moradores não precisam necessariamente trabalhar fora da comunidade. Inclusive, alguns moradores estão retornando para o Ivaporunduva, pois atualmente vislumbram perspectivas na comunidade. Entretanto, também foi ressaltado que não são todos os moradores que têm interesse em trabalhar com turismo.

De acordo com um entrevistado, o trabalho no Ivaporunduva compensa, pois, ganha-se aproximadamente a mesma coisa quando comparado com os gastos da cidade.

eu vejo pela Rosa, que ela é cozinheira, voltou, voltou, tipo eu também voltei, vária gente que está voltando, até porque trabalhar aqui é quase que se fosse a mesma coisa ou melhor que lá fora. Porque tipo digamos que teve 10 dias seguidos de turismo, vai dar uma diária R\$ 75,00/dia, lá você não ganha R\$ 75,00 por dia e lá você praticamente está preso, você tem que trabalhar focado na mesma coisa toda hora. Aqui não, aqui você tem um espaço livre para estar andando e conversando e trocando experiência, passar para os alunos, os alunos passa para gente como que é. Então eu creio que tá tendo um retorno até para a própria comunidade mesmo, que as pessoas que saíram daqui que foram embora estão voltando, porque estão vendo que aqui também tá tendo oportunidade (Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Ademais, os informantes apontaram diversas outras vantagens, entre elas, a liberdade. O turismo propicia um trabalho “livre”; diversificado, não monótono, permite a atuação junto à natureza - algo muito valorizado pelos moradores; existe um clima bom na equipe de

⁹⁴ Membro do Grupo de Turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

trabalho, as pessoas atuam de forma animada e alegre e; por fim, ainda não existe a preocupação de ser demitido. É, ainda, certamente, uma boa opção para as mulheres com filhos pequenos, pois possibilita que elas trabalhem perto do seu local de moradia.

Percebeu-se, tanto a partir das entrevistas quanto das visitas realizadas à comunidade, que as pessoas que atuam diretamente com o turismo estão satisfeitas com a atividade. Muitos declararam sentir prazer na realização desse trabalho. Também foi comentada a satisfação de proporcionar uma experiência interessante para o visitante: “porque quando a gente está trabalhando com o pessoal, a gente vê na alegria deles o quanto é importante para eles estarem respirando um ar puro”⁹⁵.

A comunidade está satisfeita com o modelo e com os resultados do turismo adotado, pois os moradores percebem que a atividade permite o envolvimento de todos que têm interesse. Entretanto, como apontou uma liderança, o entendimento do turismo como um patrimônio de todos, que pertence a cada morador e precisa ser valorizado, ainda é um desafio para parte dos moradores. Portanto, apesar dos esforços referentes ao envolvimento dos moradores tanto na prestação de serviços como na gestão coletiva do turismo, ainda é preciso avançar ou mesmo respeitar as visões contrárias à maioria.

Observou-se, ainda, que pelo menos parte dos moradores, tem uma compreensão mais ampliada e profunda dos benefícios que o turismo pode proporcionar. Ficou evidente nas falas que a renda do turismo é fundamental, entretanto também existe uma percepção de que a atividade contribui de forma diversificada. Diante disso, **a clareza sobre o que o turismo proporciona além da renda** parece também contribuir para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Ivaporunduva.

Entre as contribuições apontadas nas entrevistas, destacam-se a realização pessoal e a melhora na autoestima dos moradores, que se percebem valorizados uma vez que o turismo colabora para as pessoas entenderem seu valor histórico e sua origem. O turismo também é visto como um caminho para a transmissão desse conhecimento, tanto para os turistas quanto para os moradores e, sobretudo, para os jovens da comunidade. Também foi afirmada a importância do intercâmbio cultural promovido pelo turismo, que permite a troca de experiências entre os visitantes e moradores: os moradores ensinam e aprendem sobre novas culturas. Além disso, para uma liderança local, o recurso financeiro não deve ser a prioridade no turismo; primeiro deve estar o respeito ao quilombola. Como expõe um jovem entrevistado, “as vantagens que eu acho, é que todos nós aprendemos, cada vez estamos

⁹⁵ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

aprendendo mais, sobre antigamente, que os mais velhos contam, conviver com pessoas de fora. Ter essa convivência é sempre bom”⁹⁶.

Na mesma perspectiva, o turismo foi citado como uma forma de divulgar a comunidade.

Eu, pra mim é a melhor coisa, apesar que eu falo isso, eu não faço com interesse, às vezes, ao dinheiro, eu faço no interesse da divulgação, eu acho que quando, por exemplo, (...) uma pessoa como você vem aqui e vê essa maravilha de lugar, e você divulga na sua cidade é importante, o importante é isso, o importante, por exemplo, é a gente divulgar pra alunos de classe média – alta, de parte de São Paulo, que eu falei pra você, a visão é essa, a visão que se tem do Vale do Ribeira é uma região muito pobre, é um nordeste do estado de São Paulo, eu não concordo com isso, aqui é uma região que tem muita água, que tem mata, muita caverna, região que tem várias coisas não é pobre, então falta investimento, a gente está num lugar muito rico demais, então falta investimento político, então só na divulgação⁹⁷.

O turismo também tem possibilitado interessantes parcerias para a comunidade como, por exemplo, com uma equipe médica (oftalmologista, clínico geral, otorrinolaringologista, entre outros) e com dentistas que atendem os moradores e os quilombolas das comunidades vizinhas algumas vezes ao ano no posto de saúde do Ivaporunduva. Essa parceria foi organizada por um grupo de professores, alunos e uma agência de turismo após uma visita à comunidade.

De acordo com as entrevistas, o turismo ainda contribui para a conservação da natureza na medida em que é uma alternativa de renda que não depende do desmatamento. Também foi citado que o turismo propiciou a qualificação dos moradores que buscaram se preparar para atender os visitantes.

O turismo também é entendido como uma forma de comercializar outros produtos da comunidade como o artesanato; este aspecto foi bem enfatizado pelas artesãs entrevistadas no subprojeto “Pesquisa da arte em comunidades anfitriãs do turismo do Vale do Ribeira: descrevendo práticas artísticas passadas e presentes”, desenvolvido em 2012 (ETEANM, 2013).

Alguns entrevistados ainda comentaram sobre a sensação de conquista, sobre a satisfação com relação à realização do que se projetou coletivamente, algo que a comunidade identificou como um potencial do bairro. Manifestaram o entusiasmo de acompanhar o desenvolvimento desse trabalho, de ver os resultados e de perceber a materialização dos objetivos previstos inicialmente, como retrata o depoimento a seguir:

⁹⁶ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

⁹⁷ Liderança comunitária, membro do Grupo de Turismo, entrevista concedida em 2012, para alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

mas falando em si da própria comunidade é aquilo que nós conversamos no começo, quando você identifica o potencial de cada localidade, você ver aquilo sendo desenvolvido num âmbito dentro do que você sempre carregou como princípio, isso é o combustível que move você⁹⁸.

Neste sentido, a satisfação também se dá pelo processo de construção do trabalho do turismo, uma vez que a atividade é vista como um instrumento para o desenvolvimento da comunidade.

6.2.2 Elementos que evidenciam a relação entre a participação e turismo no Ivaporunduva

Apesar de diversas questões que abordam a relação entre a participação e o turismo no Ivaporunduva já terem sido tratadas no tópico anterior, tendo em conta que a participação comunitária está diretamente ligada à atividade do turismo na experiência do Ivaporunduva, a seguir são destacados alguns outros elementos que aprofundam a discussão sobre o tema.

É importante evidenciar **o papel das lideranças locais no desenvolvimento do turismo**. As lideranças do Ivaporunduva possuem uma forte formação política que tem como ideal o interesse coletivo. Desta forma, tiveram e ainda têm um papel essencial na comunidade, como aponta Gohn (1997) ao tratar sobre as funções dos líderes nos movimentos sociais.

De acordo com os entrevistados, estão entre as funções das lideranças locais receber informações e repassá-las para a comunidade, uma vez que possuem muito contato com o público externo à comunidade, e promover e incentivar novas oportunidades, evidentemente mediante a aprovação da assembleia de moradores. Além disso, a pesquisa “Olhares dos jovens do quilombo Ivaporunduva e da comunidade caiçara Marujá sobre a vida, trabalho e cultura”, realizada em 2012 junto aos jovens da comunidade, identificou que existe, por parte deles, expectativas com relação à atuação das lideranças relacionadas principalmente às melhorias para a comunidade e novas oportunidades de trabalho.

Ao analisar o histórico do turismo na comunidade é possível afirmar que os(as) líderes locais foram os(as) primeiros(as) a acreditar que o desenvolvimento da atividade na localidade seria possível, e, para tanto, foram também os(as) primeiros(as) a se prepararem e a se capacitarem para atender os visitantes. Identificou-se, durante a pesquisa, que as lideranças

⁹⁸ Membro do Grupo de Turismo, entrevista concedida, em 2012, aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

buscaram compreender o turismo para apresentá-lo como uma alternativa para a comunidade, articularam parcerias, assumiram os primeiros riscos e foram, progressivamente, envolvendo a comunidade.

Na relação entre o turismo e a participação, também se sobressai a oportunidade de o turismo **contribuir para a formação de uma consciência crítica dos visitantes**. Aliás, essa perspectiva esteve presente durante toda a pesquisa por meio de questões não diretamente expostas, mas que margearam o estudo, como: Até que ponto a visita à comunidade do Ivaporunduva pode resultar em uma compreensão dos visitantes, principalmente, dos alunos provenientes das áreas urbanas, com relação a aspectos tão velados na sociedade brasileira como o racismo, a luta pela terra, a exploração do capitalismo, a relação ser humano e natureza e o que está por trás da conservação ambiental? Será que uma visita de um dia é capaz de transformar a percepção dos alunos sobre estes temas?

A partir da observação das atividades realizadas durante o acompanhamento de grupos de visitantes e das entrevistas e depoimentos analisados, pode-se afirmar que, para a comunidade, principalmente para os moradores que atuam com o turismo, esse foco está bem presente. As atividades desenvolvidas com os alunos enfatizam não só um modo de vida diferente para os que vêm de fora, muito ligado às tradições do local e ao uso direto da natureza, mas também têm um caráter político ao tratar de temas como a escravidão, o racismo, a constituição federal e as desigualdades sociais. Apresentam, ainda, uma perspectiva diferente de mundo e revelam aos visitantes novas formas de relação entre as pessoas, o trabalho e a economia.

Portanto, além da geração de renda para a comunidade, o turismo no Ivaporunduva tem como objetivo promover uma formação diferenciada aos visitantes com o intuito de que eles compreendam aspectos caros aos quilombolas e, a partir dessa compreensão, também se tornem multiplicadores desses aspectos. Esse trabalho promovido junto aos visitantes pode ser entendido, ainda, como uma forma de defesa dos quilombolas, na medida em que também tem a pretensão de buscar a aceitação dos mesmos na sociedade.

Agrega-se a isso o fato de que, muitos dos estudantes que visitam o quilombo são das “melhores” escolas de São Paulo e, dessa forma, os quilombolas têm claro que: grande parte desses alunos futuramente serão responsáveis por importantes decisões no Brasil; alguns são filhos e netos de pessoas que, de alguma forma, já influenciam as políticas ou que já prejudicam diretamente comunidades tradicionais, quilombolas ou não, por meio de projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, existe o interesse por parte dos quilombolas de mostrar

outras realidades e perspectivas para estes jovens e, se possível, colocar quais são suas pautas e necessidades.

Apresenta-se abaixo um relato que ilustra bem esta questão:

Recebemos um grupo de turista lá atrás, uma escola particular de São Paulo, aí um dia em fui em uma reunião em Brasília, discutir sobre a comunidade quilombola no ministério social, aí o cara que era o chefe da secretaria, ele me conheceu, e me falou, ó nós estamos aprovando isso, isso e isso, isso me inspirou a trabalhar essas ações porque eu conheci a comunidade, quando eu estava estudando no ensino médio, e foi essa experiência que eu tive lá que fez com que eu entendesse essa questão. Então, para nós é muito mais importante vocês saírem daqui com um pouquinho de informação, mas que sem dúvida, ajuda a vocês depois terem um pensamento, uma opinião formada sobre determinado assunto, e isso é muito importante⁹⁹.

Diante disso, parece importante destacar a questão do discurso. A relação do poder e da produção de discursos abordada por Foucault (1981) também se aplica às práticas dos quilombolas do Ivaporunduva. O autor discute a dimensão produtiva do poder, afirmando que o poder produz o saber e, ainda, esclarece que o poder se exerce no discurso; “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1981, p. 08). Também enfatiza a questão do poder na construção da verdade; “a "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a produzem” (FOUCAULT, 1981, p. 11).

A partir das informações obtidas em campo, foi possível perceber que os moradores do Ivaporunduva, em especial as lideranças, em todas as suas ações, seguem, em um esforço contínuo, tentando produzir novos discursos e novas verdades; a sua verdade. Isso está presente nas falas das lideranças nas reuniões em que participam, durante as entrevistas cedidas aos pesquisadores científicos, no projeto de educação diferenciada que tem como base a identidade dos quilombolas e também nas atividades de ecoetnoturismo desenvolvidas na comunidade.

O discurso ou os discursos produzidos pelos quilombolas do Ivaporunduva sempre se propõem a revelar a história vivida pelos escravos na região do Vale do Ribeira e no Brasil, valorizar o modo de vida, passado e atual, desses grupos e permitir o protagonismo dos moradores dessa comunidade e de outros quilombos, com foco na busca do que os próprios quilombolas consideram necessário e valorizam.

⁹⁹ Liderança comunitária, entrevista concedida, em 2012, para os alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

Sendo o turismo um fenômeno sociocultural que possibilita o encontro de pessoas e que é capaz de ampliar o conhecimento dos visitantes e colocá-los em contato com diferentes culturas, realidades e modos de viver e compreender o mundo, ou no mínimo a localidade visitada, o turismo pode ser um canal para a revelação de novos discursos, e no caso do Ivaporunduva, das verdades que os quilombolas consideram importantes de serem construídas e apresentadas. Como apontou uma liderança local, o turismo também se constitui como uma oportunidade dos quilombolas contarem a versão deles, sob o ângulo da comunidade.

Assim, nas atividades programadas para os visitantes, as lutas e conquistas da comunidade, os desafios do passado, o que já foi superado e os desafios do presente são apresentados sempre com uma perspectiva de ação e de possibilidade de mudança.

Segundo um entrevistado, isso é importante porque é uma forma de sensibilizar as pessoas que visitam a comunidade e de mostrar que de alguma forma elas também estão envolvidas com esta realidade

Em alguns passos para, fala da luta, como era lá atrás, ou algumas conquistas também para para falar. Tudo isso aí é valioso porque é uma forma de educar as pessoas que vem aqui, no sentido de conhecer um pouco mais a nossa luta e a nossa organização e fazer com que ele entenda que ele também tem a ver com isso. Então é uma forma de educar. Por exemplo, as pessoas que vem da cidade grande para aqui para o quilombo, quando a gente fala, por exemplo, da roça, de fazer a roça, ele se ouriça, “oh vai desmatar”, mas aí quando a gente fala do processo da roça, que a roça é uma roça que a gente faz, mas é dentro de um manejo sustentado, a gente tira aquela planta que plantou ali e deixa a roça ficar descansando, uns fala pousio, por no mínimo 5 anos, é um tempo que aquele local tem para apodrecer aquelas vegetação que sobrou ali e ao mesmo tempo ali se forma um banquete para os animais que se alimentam de larvas, aí tem vários, tem o tatu, o tamandua, o próprio cateto. Vários animais se alimentam de larvas. E às vezes a gente andando, fazendo um levantamento dentro da vegetação percebe que eles estão com dificuldade de se alimentar. Quando você larga esse local que você trabalhou por um ano lá e abandonou, quando passa mais um ano e você vai lá, está tudo revirado porque, porque ali virou um banquete. Quer dizer, tudo isso aí então é uma forma da gente contribuir com a fauna, uma forma de não deixar ela desguarnecida, porque que isso é importante na fala que a gente faz para o turista na questão da educação. Porque segundo os ambientalistas, dos 7,6 % de mata atlântica existente no Brasil, segundo eles mesmo mais de 20% está na nossa região. Então isso é normal que os animais também se juntem mais aqui, e pela quantidade de animais que tem, a floresta ela não consegue alimentar todos esses animais. Então começa a ter problema. Onça comer por no terreiro, gavião vir comer galinha, gato do mato vir pegar galinha. Daí por diante, começa a ter problema. E se tem animais e a gente consegue fazer uma manutenção da floresta e fazer com que esses animais se alimentem lá, eles não vêm dar prejuízo no terreiro porque ele tem o que comer lá dentro da mata. Então é uma forma de educar quem vem da cidade, quando a gente fala da roça para ele entender o porquê, que que é isso. A gente fala de manejo, mas não, explica direitinho, as pessoas não entende, quem estuda entende, mas a maioria, às vezes, estuda e não entende (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Além disso, também foi apontada a necessidade de se apresentar outra visão do quilombo, diferente da colocada pela mídia e pelos livros escolares, conforme o depoimento abaixo:

é mostrar que o quilombo, porque o quilombo tem um lado muito complicado sabe lá fora, mostrar que não é assim como a mídia coloca, não tem nada a ver, é diferente, e às vezes eu faço essa pergunta para os turistas, depois que terminou a fala, o quilombo que vocês trouxeram na cabeça, o quilombo imaginário é esse que vocês viram aqui, ninguém, todo mundo fala não tem nada a ver com o que eu pensei e com o que me passaram, ou que eu estudei, pesquisei, não tem nada a ver. Quer dizer é isso, é mostrar para eles também que quilombo de casa de pau a pique, casa de barro era um momento que não tinha como trazer material de construção para o local aonde ele tava morando, o que ele usou, o que tinha ali, o recurso que tinha ali, o que tinha ali, madeira, cipó, capim, barro, disso ele fez suas casas, seu mucambo como era falado, então a gente coloca isso. Hoje não, quem é que não quer, a minha casa ainda não é boa porque eu não posso, mas quem não quer uma casa bonita, bem feita, bem caprichada, com todo conforto, todo mundo quer, tem direito e quer (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Nota-se que durante as atividades, para grande parte dos alunos, o entendimento sobre o quilombo vai se transformando e, conseqüentemente, eles terminam a visita com uma compreensão bem diferente da que tinham quando chegaram.

Na prática existe uma orientação de cada escola sobre como deve ser o trabalho com alunos. Alguns professores dão bastante autonomia para os monitores conduzirem os alunos e as atividades, já outros, nem tanto. Antes das atividades, os monitores têm o cuidado de perguntar informações sobre o grupo a fim de verificar como devem direcionar o trabalho, pois alguns grupos visitam o quilombo para aprofundar os estudos e outros estão mais interessados no lazer. Contudo os quilombolas não abrem mão de alguns temas, como a apresentação dos desafios e da luta contra as barragens do rio Ribeira de Iguape. O depoimento abaixo explica a dinâmica adotada pelos monitores locais

Isso, isto, mostrar as conquistas, exatamente a conscientização da terra, a questão, esse negócio imobiliária, de comércio de terra, a gente trabalha muito, valorizar o patrimônio genético da nossa região, a gente fala sobre a diversidade, a biodiversidade da região. Então a gente coloca para os alunos muito isso né. Agora essa questão de falando mais político para quem vem, aí depende da faixa etária de idade e do nível de estudo ele é, senão você não consegue fazer ele entender nada. Então a gente sabe que tem pessoas que é mais política e mais crítica e tem outras que tá aqui mais para passeio, não está nem aí com nada. Quando você percebe, você já dá uma segurada, porque não adianta você, você vai estar jogando o seu trabalho fora. Aí quando você percebe que o grupo é bom que quer conversar que quer, que já traz um monte de pesquisa feita e quer interagir mais, daí você capricha mais, então a gente trabalha de acordo com, né, enfim e isso tem dado certo, a gente não tem recebido crítica sabe, de que olha a palestra não vale nada eu não gostei, eu nunca vi isso (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

A pesquisadora já levou, pessoalmente, alguns grupos para o Ivaporunduva e percebeu, como resultado, uma ampliação significativa da visão dos alunos no que diz

respeito às questões como o trabalho realizado de forma cooperativa, a organização comunitária e a luta pela terra. Seguem alguns depoimentos de estudantes sobre a visita ao Ivaporunduva: “o que me chamou a atenção foi o modo de vida das comunidades, como eles se relacionam uns com os outros, suas formas de organização, a luta das comunidades para que se mantivessem na terra”¹⁰⁰.

como ocorre no Quilombo Ivaporunduva, utilizam o trabalho com o turismo para dar mais oportunidades aos jovens, assim mantendo-os próximos as tradições. Além de utilizar o turismo como uma maneira de divulgar sua história, suas lutas, suas lembranças e crenças. Sendo assim melhor compreendida e conquistando maior respeito perante a sociedade, facilitando a preservação de sua cultura e a conquista de seus direitos¹⁰¹.

Pode-se observar que o Quilombo Ivaporunduva já é uma associação muito bem organizada e estruturada, mesmo com todas as dificuldades, eles buscaram e sempre buscam estar se aprimorando para não parar no tempo. Percebe-se que eles têm muito do que esperávamos, os conceitos estudados se encaixaram perfeitamente na forma de trabalho lá desenvolvido; a divisão de tarefas, o trabalho em prol da comunidade e benefícios a todos, o cuidado com a natureza e a cultura dos antepassados, a busca por oportunidades aos jovens e toda uma luta para sobrevivência das raízes Quilombola¹⁰².

Essa foi a experiência que deu a oportunidade de eu ver o ideal que eu almejo né, porque eles vivem de uma forma igualitária, a distribuição é igual, da renda, a coletividade no campo, a rotação de trabalho. Isso é o que eu procuro para uma sociedade, LÁ É O FUTURO. Eu percebi que o senhor Ditão, ele é extremamente politizado, ele conhece as leis, sabe como usar a favor da comunidade¹⁰³.

Tendo em vista os depoimentos anteriores, nota-se que as atividades realizadas pelos quilombolas no âmbito educacional colaboram para a formação multidisciplinar dos alunos e são condizentes com as demandas atuais do mundo contemporâneo. Bastos e Bornia (2006) também corroboram isso

Ivaporunduva encontra no turismo pedagógico a oportunidade não só em contribuir com seu desenvolvimento nos mais variados aspectos - sócio-econômico, ambiental, cultural e político - como também em contribuir efetivamente com as escolas que visitam a comunidade em relação aos desafios atuais do ensino brasileiro no que diz respeito à cultura e história afro-brasileira, e abordagem de temas transversais

¹⁰⁰ Retirado do relatório de pesquisa da aluna Mayne Alves de Araújo - Programa de Pré-iniciação Científica da Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁰¹ Retirado do relatório de pesquisa do aluno Sidnei Pereira Rosa - Programa de Pré-iniciação Científica da Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁰² Retirado do relatório de pesquisa da aluna Mônica Elias Ribeiro - Programa de Pré-iniciação Científica da Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁰³ Depoimento em vídeo do estudante Alef dos Santos, setembro de 2012 – Projeto Quilombo Ivaporunduva – O Olhar para o Futuro. O vídeo foi realizado pelos alunos do ensino médio e professores da Escola Estadual Professor Aggêo Pereira do Amaral, da cidade de Sorocaba, SP, em que através da visita no mês de setembro de 2012, foram captados imagens e relatos que remetem à história e costumes e a luta dos quilombolas contra a construção das barragens no Vale do Ribeira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3cBSL_ftEC0> Acesso em: 05 de maio de 2015.

obrigatórios, como convívio social e ética, pluralidade etnocultural, meio ambiente, trabalho e consumo (BASTOS; BORNIA, 2006, p. 25).

Portanto, é possível afirmar que o trabalho desenvolvido no Ivaporunduva junto aos alunos tem grande potencial para contribuir para formação crítica dos mesmos e demais visitantes, e permite que essas pessoas tenham acesso a debates camuflados ou muito distantes da realidade urbana brasileira.

A questão das parcerias com diferentes instituições, tanto públicas quanto privadas também está muito presente no Ivaporunduva. Estas demandam dedicação e um período de convivência para que se constituam vínculos de confiança. Nota-se o amadurecimento da comunidade com relação ao processo para o estabelecimento de parcerias e clareza sobre o que demandar de cada instituição parceira, inclusive com relação ao turismo.

Desta forma, cabe afirmar que **a relação estabelecida entre a comunidade e governo, ONGs, mercado turístico e outras comunidades** é um aspecto importante na construção e no desenvolvimento do turismo na comunidade.

Com relação a instituições governamentais, além do ITESP, a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, foi apontada como uma organização que colaborou, no passado, de forma significativa para o desenvolvimento do artesanato na comunidade. Segundo os entrevistados, a comunidade não tem apoio da prefeitura local para o desenvolvimento do turismo.

O Instituto Socioambiental foi citado como um parceiro relacionado ao turismo. De acordo com uma liderança local, essa parceria ocorreu mais recentemente, por meio do projeto do Circuito Quilombola, iniciado no ano de 2009, quando o turismo já estava estruturado no Ivaporunduva. O Ivaporunduva foi parceiro desse projeto a fim de contribuir, a partir da sua experiência, com a estruturação do turismo em outras comunidades quilombolas da região. Contudo, cabe destacar que esta parceria também colaborou para a divulgação da comunidade como um local turístico, por meio de folhetos e em uma página na internet. A parceria também propiciou a qualificação de parte dos moradores para o turismo, que participaram de cursos como de formação de monitores ambientais, palestrantes, cozinheiras, entre outros.

Atualmente o Ivaporunduva integra o projeto “Turismo de Base Comunitária Quilombola” desenvolvido pela CEPCE, que está dando continuidade ao Circuito Quilombola. No Ivaporunduva estão previstas algumas ações relacionadas à infraestrutura turística, como uma saída de emergência, banheiro adaptado e rampa de acessibilidade para

cadeirantes na pousada, espaço de convivência/bar e instalação de fogão a lenha; esses últimos na área de entorno da pousada.

A relação contínua com agências de viagens e turismo também foi apontada como um aspecto interessante do ponto de vista dos entrevistados. Entre as agências estão a Araribá Turismo e Cultura, Parque Aventuras, Quíron Turismo Educacional e UGGI Educação Ambiental¹⁰⁴. Com as agências de turismo ocorre um “mix” de relação entre parceria e cliente/prestador de serviços. Segundo um entrevistado, já houve problemas de pagamento com algumas agências, decidiram inclusive não receber mais grupos de uma empresa, “porque nós entendemos que não é só o dinheiro que é importante, [mas também] o respeito, a educação”¹⁰⁵, entretanto o contato foi reestabelecido e hoje esta agência é uma excelente parceira.

A parceria com agentes do turismo do PETAR também foi muito valorizada pelos entrevistados. De acordo com os depoimentos, os agentes ligados ao turismo do município de Iporanga passam para o Ivaporunduva as coordenadas sobre as agências de turismo que atuam junto ao PETAR, informam as que são confiáveis e quais são aquelas em que é preciso solicitar uma parte do dinheiro com antecedência para a reserva. Também foi comentado que esse processo contribuiu para o aprendizado com relação ao funcionamento do mercado turístico. Além disso, a parceria com o pessoal do PETAR permite um intercâmbio de informações bem interessantes do ponto de vista da avaliação dos serviços e atividades oferecidas – prática não muito comum entre os prestadores de serviços turísticos da região. Como esclareceu um entrevistado

a gente também tem essa parceria com eles também porque chega aqui o professor, não fala aqui para a gente que tem alguma coisa errada, ele passa para ele e aí ele passa para gente. E se tem alguma coisa errada lá, não passa para ele, passa para gente e a gente passa para ele lá, é tipo uma troca (Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Os agentes do PETAR também contribuem com a divulgação do destino Ivaporunduva; indicam a pousada do Ivaporunduva quando as pousadas do PETAR estão lotadas. Alguns empreendimentos de turismo de Eldorado e o Parque Estadual da Caverna do Diabo também divulgam e indicam a visita ao Ivaporunduva.

A possibilidade de participação em eventos a partir da parceria com agências de turismo e/ou outras instituições foi citada e é vista como uma boa oportunidade tanto para divulgar o Ivaporunduva quanto para aprender e discutir sobre o turismo.

¹⁰⁴ Informação obtida durante visita à comunidade no ano de 2014.

¹⁰⁵ Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

No ano de 2010 aconteceu o 1º Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, no município de Eldorado, organizado pelo Instituto Socioambiental, Ministério da Educação, SEPPIR, Fundação Cultural Palmares, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente com o apoio do SEBRAE/SP, Prefeitura Municipal de Registro, ITESP e SMA/Fundação Florestal. O evento teve como objetivo “debater propostas e diretrizes voltadas ao turismo nas Comunidades Quilombolas, abordando as experiências e estratégias necessárias ao seu desenvolvimento” (ISA, p. 03, 2010) e contou com a participação de quilombolas dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraíba. A experiência de turismo do Ivaporunduva foi apresentada pelo Sr. Benedito da Silva, uma importante liderança local. Também houve uma visita técnica dos participantes à comunidade. Como relata Rabinovici,

Ao final do Encontro foi redigida: Carta do I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, cujo teor mostra, que, embora o assunto do encontro tenha sido o turismo, as demandas por garantia da terra, da melhoria das condições de vida e a batalha por reconhecimento enquanto cultura são mais importantes do que os ensejos pelo turismo (2012, p. 156).

A relação estabelecida no contexto do turismo com as outras comunidades quilombolas da região também é de parceria. Os entrevistados informaram que trabalham juntos, pois alguns grupos vêm para o Ivaporunduva e depois seguem para visitar outros quilombos.

Então, o Pedro Cubas também, eu já levei três grupos da USP lá também. Então já, na hora do pagamento eles ficaram felizes e tal. Que eles acharam que nunca ia dar certo. Tipo eles tem lá tipo um ritual deles eu não sei como é que é ritual deles, eu levei lá o pessoal para conhecer. Da última vez eu levei 46 pessoas lá, tipo almoçaram lá (Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Ainda que não exista parceria entre o Ivaporunduva e os outros quilombos para a venda de artesanato na pousada comunitária, uma das artesãs entrevistadas informou que já ocorreram trocas de experiência para ensinar o trabalho artesanal com a fibra da banana.

No entanto, também foi comentado que “nem tudo são flores”; existem diferenças entre algumas comunidades, pois o Ivaporunduva é bem organizado, tem mais facilidade para conseguir benefícios, o que muitas vezes cria situações difíceis de lidar. Espera-se, entretanto, que com o projeto de turismo de base comunitária do CEPCE ocorra uma maior integração das comunidades em torno do turismo. Isso requer um esforço das comunidades envolvidas para a construção de um arranjo coletivo que respeite e fortaleça as particularidades locais. Para tanto, é necessário que cada comunidade encontre o seu modelo de organização do

turismo, baseado na história, na realidade e na força do lugar e não se preocupem em ser igual ao Ivaporunduva. O fato dos monitores ambientais, provenientes de diversas comunidades do município, trabalharem juntos na Caverna do Diabo também colabora para essa integração e para o incentivo do turismo nas comunidades quilombolas. Inclusive foi citada uma troca de experiência interessante que está se desenhando entre os Quilombos Ivaporunduva e Sapatu

até o próprio líder do Sapatu falou para mim se eu poderia fazer uma palestra no Sapatu para poder interagir os jovens nesse aspecto do turismo. Ele quer, eles têm, ele tem cachoeira lá para ser explorada bastante, só que o jovem lá não está interagindo. É, não está participando. Hoje vai ter votação lá. acho que ele sai da coordenação, ele queria entrar mais no turismo, ele perguntou como eu poderia ajudar ele neste aspecto. Eu falei, olha você pode começar com o turismo até na sua própria casa, tipo você pode fazer almoço, a refeição deles lá, começa com um grupo pequeno ou outro, você coloca um monitor para acompanhar, aí você vai na frente, aí depois vai crescendo, e você vai adquirindo, depois você pode pedir a permissão para fazer na escola se for um grupo maior, faz o almoço na escola, então aí ele falou “quando eu sai vou marcar com você, marco com todos os jovens lá, você leva os monitores e passa para eles isso, vai começar a acompanhar”...[o entrevistado disse] “Se você quiser mandar o seu jovem lá na comunidade [Ivaporunduva] a gente fornece alimentação tudo e ele só acompanha a gente e vê como é que é” (Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Nota-se, a partir dos depoimentos anteriores, que o Ivaporunduva começa a contribuir para a distribuição do fluxo turístico para as outras comunidades quilombolas. Essa realidade ainda é incipiente, mas já ocorre. Desta forma, observa-se que o Ivaporunduva se beneficiou e ainda se beneficia do PETAR como um importante indutor de fluxo turístico, mas, a partir dos resultados positivos de sua experiência, também pode se tornar um importante **indutor de fluxo turístico para outras comunidades**. Além disso, é uma referência de que o turismo em comunidades quilombolas é possível, isso porque muitas comunidades da região têm baixa autoestima e pensam que o turismo nunca vai se concretizar.

Diante desta perspectiva, o Ivaporunduva pode se tornar um colaborador fundamental para a capacitação dos quilombolas em sua atuação no turismo, o que pode resultar em uma maior autonomia do local e da região com relação à qualificação para o trabalho. Como já apontado na discussão teórica, a autonomia é um componente fundamental tanto para a consolidação do turismo de base comunitária quanto para o desenvolvimento local.

Com relação à participação de representantes da comunidade em fóruns locais, regionais, estaduais e nacionais de turismo, recentemente as atividades do Conselho Municipal de Turismo de Eldorado foram retomadas e um dos coordenadores de turismo do Ivaporunduva se tornou membro dessa nova gestão. De acordo com informações obtidas em campo, o conselho gestor do Circuito Quilombola, formado por representantes dos quilombos envolvidos e por demais parceiros, não está funcionando atualmente. Segundo os

entrevistados, por meio dos monitores ambientais da comunidade, que também atuam junto à Caverna do Diabo, é possível acompanhar o que ocorre no conselho consultivo do Parque Estadual da Caverna do Diabo. Dessa forma, eles têm acesso às informações e decisões importantes que digam respeito ao desenvolvimento dos trabalhos na comunidade e na região. Os entrevistados também afirmaram que ocasionalmente recebem convite para a participação de reuniões do PETAR. Quando perguntado se existe algum resultado positivo da participação nesses conselhos, foi respondido que sempre existem novas leis e que eles precisam acompanhar isso, que é importante saber, estar atualizado com relação às regras, o que é e o que não é permitido e se haverá alguma mudança. Foi citado como exemplo alguns aspectos relacionados ao trabalho com o turismo, como a necessidade de curso específico para atuar como monitor ambiental junto aos parques estaduais e a possibilidade de se tornar guia cadastrado no Ministério do Turismo.

Durante a pesquisa, não foram identificadas interferências de representantes do Ivaporunduva **na criação de legislação e/ou construção de políticas públicas voltadas especificamente para o turismo**, contudo cabe chamar atenção, mais uma vez, para a carência de espaços de participação e de construção de políticas de turismo no Brasil.

6.2.3 Elementos que evidenciam a promoção do desenvolvimento local no Ivaporunduva

A percepção dos moradores entrevistados é que a condição de vida da população está melhor. **O aumento da renda** na comunidade nos últimos anos é evidente; isso se confirma, principalmente, com relação ao poder de consumo atual, quando comparado com outras épocas.

Existe um entendimento, por parte de algumas lideranças, de que os moradores saíram de uma situação de miséria, muito presente no final do século XX e início do século XXI, e hoje vivem uma situação em que é possível se sustentar na comunidade, como indica o seguinte depoimento:

ontem teve doação no Sapatu (quilombo/bairro), não no André Lopes (quilombo/bairro) daqui foi poucas pessoas buscar uma coberta e tal, antigamente se você colocasse três ônibus, lotava os três, porque que não foi, porque o pessoal economicamente tá mais tranquilo, antigamente o cara tinha uma cobertinha ralezinha, ia pedalando de noite com frio, agora não, tem três, quatro coberta cada um... outra questão também, antigamente, há uns anos atrás, eu lembro que nós ia fazer compra em Eldorado cada um trazia uma sacolinha, comprinha assim um pacote de arroz, coisinha miúda, por que não podia planta, hoje não, dia de sábado, é os carros chega aqui, três, quatro carro de compra do mercado, entregando nas casas então o poder melhorou e isso tá ligado a organização certo, então tudo que está acontecendo aqui tá ligado a organização (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Conforme apontado por uma das lideranças locais, houve uma mudança significativa na comunidade nos últimos 12 anos, resultado das políticas públicas sociais do Governo Federal, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹⁰⁶, que possibilitou a estruturação e a melhoria da qualidade do produto dos agricultores e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁰⁷ que promove a compra de produtos da agricultura familiar. Na comparação entre o passado recente e o momento atual, foi dito que antigamente os moradores do bairro viviam “pedindo esmola”, “batendo na porta” da Prefeitura Municipal de Eldorado e hoje eles comercializam produtos agrícolas para essa e para outras prefeituras do Estado de São Paulo. Tais afirmações demonstram uma mudança social significativa, retratam a inclusão dos produtos quilombolas no mercado, a organização dessa comunidade para participar de editais públicos e também a importância das políticas relacionadas à agricultura familiar, o que não ocorria anteriormente.

Essas questões relacionam-se à expansão das liberdades reais e capacidades, inclusive da participação econômica, assinaladas por Amartya Sen (2000) como fundamentais para o desenvolvimento.

Dessa forma, a existência dos programas governamentais relatados acima foi essencial para a estruturação da comercialização da banana orgânica da comunidade, o que evidencia a importância da efetivação de políticas públicas que fortaleçam iniciativas comunitárias. Contudo, cabe destacar que esses programas demandam das comunidades rurais bastante organização para poderem ser acessados.

Segundo alguns entrevistados, um indicador curioso de que a renda na comunidade está aumentando e está sendo distribuída é o tamanho e o tempo da fila de pagamento dos moradores, que recebem quinzenalmente da Associação, pelo trabalho desenvolvido.

A **combinação de múltiplas fontes de renda**, um aspecto considerado importante nas discussões sobre desenvolvimento local, está bem presente na comunidade e permite, sobretudo, uma perspectiva de receita contínua para as famílias. Comumente, o mesmo indivíduo e seus familiares trabalham em diversas atividades como, por exemplo, no cultivo

¹⁰⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa#sthash.7Grs6oKh.dpuf>> Acesso em 08 de maio de 2015.

¹⁰⁷ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa#sthash.WIE2sMBp.dpuf>> Acesso em 08 de maio de 2015.

da banana, de feijão, de milho, de mandioca e de hortaliças para subsistência e comercialização, e também produzem peças artesanais e atuam como monitores, ou trabalham na cozinha da pousada. Alguns entrevistados não sabem nem mesmo responder ao certo de que forma cada atividade compõem o orçamento familiar.

Daí eu vendo a banana, tem o meu feijãozinho, o meu porquinho, então dá pra mim sobreviver (peço novamente para ele me especificar, em porcentagem, a importância do turismo em sua renda mensal) Por mês? Ai, eu não posso te dizer um dado certo porque tem mês que tem mais escolas e tem mês que vem menos escolas¹⁰⁸.

A possibilidade de trabalho em atividades diversificadas é determinante para o sustento dos moradores. Isso porque, além de permitir uma combinação que aumenta a renda familiar, auxilia, de forma considerável, em momentos de escassez ou de baixa procura por um determinado produto, como, por exemplo, no caso de enchente do rio Ribeira de Iguape, que sempre compromete a agricultura local, ou mesmo diante da sazonalidade do turismo, principalmente nos meses de férias escolares em que a recepção de grupos diminui drasticamente.

A consecução do trabalho diversificado, em diversas frentes e sazonal não é novidade para os moradores do Ivaporunduva. Essa dinâmica sempre esteve presente no modo de vida das comunidades tradicionais brasileiras, orientadas a partir das estações do ano. Além disso, se constitui como uma estratégia de sobrevivência diante das dificuldades impostas a essas comunidades, seja pelas deficiências de técnicas e de qualidade de produção, seja pelas formas de comercialização, ou pela legislação ambiental.

Também é preciso levar em conta a contribuição da pluriatividade para a conservação ambiental, pois a diversidade de trabalhos não sobrecarrega o uso dos mesmos recursos naturais continuamente.

Ademais, como já comentado anteriormente, tanto o Bolsa Família quanto o Renda Cidadã são recebidos pela maioria das famílias da comunidade. Durante o desenvolvimento da pesquisa, ao procurar informações junto à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Eldorado sobre a dispensa do Programa Bolsa Família por parte dos quilombolas e, acreditando que esse pudesse ser um possível indicador de desenvolvimento local, foi possível perceber a dificuldade da verificação de informações relacionadas a somente uma comunidade de um município, entretanto, contatou-se que dificilmente os quilombolas abrem mão do benefício e, geralmente, mantêm-se os mesmos beneficiários,

¹⁰⁸ Membro do grupo de Turismo, entrevista concedida, em 2012, para os alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira.

considerando os critérios para o direito aos recursos desses programas. Ao conversar com uma liderança da comunidade sobre esse tema, o mesmo confirmou a informação, disse que realmente a maior parte dos moradores recebe esses benefícios e que somente aqueles que têm uma renda fixa superior, como os professores, funcionários da Prefeitura Municipal de Eldorado e os aposentados não os recebem. Destacou, ainda, que os representantes do Ivaporunduva participaram da discussão sobre a criação dessa política e acreditam que é um direito dos quilombolas. A coordenação da Associação orienta os moradores a utilizarem o programa e a continuarem recebendo esse recurso financeiro, pois esse é um dinheiro fixo que complementa a renda da família, possibilita algumas compras extras – inclusive a prazo – e também auxilia nas questões relacionadas à saúde, como na aquisição de remédios ou no deslocamento para o tratamento médico. Também é um grande auxílio quando ocorrem contratempos nas atividades de geração de renda da comunidade, como, por exemplo, a quebra do caminhão de entrega de banana e as enchentes.

Nos últimos anos também ocorreram **melhorias significativas com relação à infraestrutura e aos serviços básicos** na comunidade, como o abastecimento de água em todas as casas, a disponibilização de energia pelo Programa Luz para Todos e o acesso ao bairro pela ponte. É evidente que ainda existem muitos aspectos que precisam ser melhorados, conforme apontaram os entrevistados, como as pontes internas do bairro e o asfalto da estrada de acesso ao Ivaporunduva. Também existem demandas de melhorias específicas dos jovens, descritas abaixo

Os jovens gostariam que fossem realizadas melhorias na infraestrutura da comunidade como, nas estradas, na quadra e na escola, pedem também uma torre de celular para melhoria da comunicação focando na tecnologia porém, um dos entrevistados gostaria que não houvesse tecnologia na comunidade, por gostar das coisas como eram antigamente. Observou-se que a maior parte das reivindicações estão relacionadas com o contato da comunidade e o exterior, destacam-se melhorias relacionadas com: sinal de celular, acesso a internet e pavimentação das estradas. (AMENDOLA, 2012, p. 26).

Cabe citar também a existência do **fundo comunitário** que é alimentado com recursos das atividades econômicas da comunidade, inclusive do turismo, como um importante instrumento de autonomia para atender às necessidades básicas da comunidade, como por exemplo, a manutenção de equipamentos e dos veículos da associação.

O **aumento do grau de escolaridade** dos moradores também pode ser considerado um elemento importante do ponto de vista da possibilidade do desenvolvimento local. Atualmente vivem na comunidade diversos jovens que possuem graduação nas áreas de educação, administração de empresas e gestão ambiental. Há, inclusive, uma liderança local que cursou o mestrado e muitos já fizeram ou estão realizando curso técnico.

O **interesse em permanecer na comunidade** também evidencia o desenvolvimento local, uma vez que para a continuidade da comunidade e para a concretização de melhorias, é fundamental que as pessoas queiram viver e percebam perspectivas futuras na localidade.

De acordo com um dos entrevistados, a permanência no Ivaporunduva sempre foi muito dinâmica; alguns moradores partiam, mas depois retornavam e outros iam e não voltavam mais. Contudo, a fixação das pessoas começou, efetivamente, nos últimos 10 anos.

Segundo os resultados identificados nesta pesquisa, esse retorno e fixação decorre, principalmente, da compreensão de que atualmente compensa continuar vivendo na comunidade ou mesmo retornar para ela. Hoje existem mais possibilidades de trabalho no Ivaporunduva e no seu entorno, decorrente do aumento do grau de escolaridade e da formação acadêmica, que permite que os quilombolas também atuem em instituições como a Prefeitura Municipal, organizações não governamentais, escolas municipais e estaduais, cooperativas, entre outras. Além disso, durante as entrevistas foram relatadas as dificuldades passadas por pessoas que saíram do quilombo e tentaram viver em outras cidades, como São Paulo e Curitiba.

Observa-se, portanto, que nos adultos existe o real interesse em continuar morando no Ivaporunduva, pois a percepção é de que é possível viver bem no quilombo, com simplicidade e sem luxo, como apontou uma entrevistada. Alguns, inclusive, sonham com uma formação profissional.

Soma-se a essa perspectiva, a questão da liberdade de se expressar, de apresentar ideias, de participar, de ter conquistas, de ir e vir sem depender de ninguém e sem ter patrão. Esses aspectos foram apontados nas entrevistas e, certamente, contribuem para a disposição de permanecer na comunidade.

Também existe o interesse de alguns moradores em continuar colaborando com a comunidade, com algo que a pessoa já venha construindo em conjunto, em que investiu e que também precisa de continuidade para seguir no mesmo rumo, com os mesmos propósitos, como explicou um morador.

Os que retornam têm um entendimento de que o Quilombo não oferece as facilidades da cidade, como supermercado, restaurante e farmácia e, então é preciso uma readaptação ou uma adaptação para aqueles que não nasceram na comunidade e chegam com seus cônjuges.

De acordo com um entrevistado, a questão cultural e identitária também é relevante na decisão de permanência no quilombo

Existe uma identidade muito forte com o quilombo, como o lugar onde nasceu e cresceu no seu bairro e vive até hoje assim, é uma coisa de nascimento, a gente já nasce na comunidade, e a gente consegue se adaptar, viver e a gente já tem isso consigo de viver na comunidade, e isso se torna mais frequente quando você já tem um entendimento, volto a insistir de novo, sua tradição, seus valores, isso tudo vai ficando mais concreto então o que me atrai mais pra viver aqui é saber o porque da minha existência aqui, o valor que tem estando aqui na comunidade. A ideia de sair para adquirir conhecimento é bem presente sim, às vezes é preciso sair para depois voltar para colaborar com a comunidade. Quando você sai com um objetivo, são poucas coisas que muda seu objetivo, é claro que como qualquer um jovem inexperiente, vê a cidade *pah*, tudo facilitado, você tem muitas opções pra fazer o que você quer, mas isso do seu comportamento, às vezes não é isso que você quer pra você, às vezes o que você quer pra você está lá, mas não quer dizer que você vai permanecer lá, que eu falo que é a formação não formal, que é experiência, a identificação de valores, valores culturais, que você adquire da sua própria comunidade e a sede de você ajudar pro desenvolvimento da comunidade isso é um dos fatores primordial que faz você ir e voltar¹⁰⁹.

O interesse dos jovens em permanecer na comunidade ainda é um desafio. Alguns entrevistados apontaram que eles parecem querer mais do que a comunidade pode oferecer atualmente. A partir das entrevistas realizadas com este público em 2012, verificou-se que a maioria dos jovens quer realmente sair da comunidade, pois procura mais possibilidades de emprego e trabalho e possui uma curiosidade em conhecer o mundo externo, ainda que alguns entrevistados tenham comentado sobre os desafios de morar em outro local (ETEANM, 2013). Também ocorrem idas e vindas dos jovens, como aqueles que trabalham por um período fora e depois retornam para a comunidade, seu porto seguro. Apesar dos desafios, existe uma percepção de que os jovens estão ficando cada vez mais na comunidade.

De acordo com as lideranças, a proposta da Associação é de que o jovem do Ivaporunduva esteja preparado para ter uma vida digna em qualquer lugar, onde ele quiser viver. As lideranças acreditam que isso só será possível através do estudo.

Por fim, cabe ressaltar que as pessoas que trabalham com turismo, assim como os idosos, gostam muito de viver no Ivaporunduva e querem permanecer na comunidade. Na pesquisa realizada em 2012, pelo subprojeto do “Subprojeto Identidade, Território e Participação: um estudo psicossocial sobre a experiência de turismo de base comunitária no Quilombo Ivaporunduva” discutiu-se até que ponto o turismo é capaz de enraizar as pessoas no local onde vivem ou se quem tem raízes fortes no local geralmente valoriza e atua com o turismo ou, ainda, se as duas situações ocorrem simultaneamente (MASSOLA, *et al.*, 2012).

Diante do exposto acima, observa-se que a permanência na comunidade está intimamente relacionada à possibilidade de **perspectivas futuras no local**.

¹⁰⁹ Membro do grupo de turismo, entrevista concedida aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira, em 2012.

A compreensão dos moradores sobre as melhorias na comunidade e sobre as importantes conquistas dá força e sinaliza possibilidades para avançar ainda mais nos projetos existentes e construir novos projetos. Foi dito, inclusive, que diante das atuais oportunidades de estudo disponíveis e do acesso à tecnologia, o futuro no Quilombo parece promissor.

Contudo, o maior receio dos moradores são os grandes projetos implantados “de cima para baixo” e que podem realmente prejudicar o desenvolvimento e a organização da comunidade, como as hidrelétricas projetadas para o Vale do Ribeira ou mesmo a mineração no Alto Ribeira, acima do Quilombo. Também temem por mudanças significativas no âmbito governamental, pois segundo uma das lideranças, os governantes que estão no poder já são conhecidos e a comunidade já saber lidar com eles.

Ademais, a expectativa com relação aos jovens também é grande; espera-se que os mais novos deem continuidade ao trabalho desenvolvido pelos mais velhos e que prossigam lutando para conquistarem mais avanços para a comunidade.

Observou-se que o Ivaporunduva é uma comunidade extremamente dinâmica, que está constantemente planejando o futuro, se integrando em diferentes projetos, propondo soluções, articulando parcerias e pensando em novos negócios coletivos. Os projetos e ações fortalecem os moradores e sua cultura local, consideram os aspectos ambientais, e respeitam o tempo e a dinâmica local, que na maioria das vezes é diferente do que as instituições externas financiadoras e executoras de grandes projetos esperam. Isso ficou evidente nas visitas à comunidade; sempre alguma coisa havia mudado ou surgia um novo projeto, uma nova ação ou uma solução para um determinado problema.

Como exemplo desses projetos é possível citar: a proposta dos monitores mirins, que parece ser uma solução bem interessante para a ampliação do envolvimento dos jovens. Na pesquisa realizada, entre 2011 e 2012, foi identificado o interesse dos jovens em ampliar a participação no turismo; a viabilização de estrutura para a recepção de cadeirantes na pousada também é outra ação importante, pois já houve casos de estudantes com deficiência física que não puderam realizar a visita à comunidade por falta de acessibilidade no local; a roça comunitária de arroz também foi citada como um novo projeto que está sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Socioambiental, como relatado abaixo

Nós estamos aí com um projeto aonde a gente vai trabalhar a roça, só a roça. E o objetivo de trabalhar a questão da roça dentro da cultura é fazer com que as autoridades reconheçam isso, senão é a outra parte da cultura que vai embora. E aí junto com a cultura da roça tá agregado um monte de coisa, por exemplo, o lixo que hoje é palavra de ordem. Se você trabalhar com a roça você não produz lixo, produz o mínimo de lixo, se você vai comer comida por supermercado você produz o máximo de lixo e nós temos sabe não só no Quilombo, mas no Brasil inteiro um problema seríssimo com a coleta de lixo. Os poderes públicos não dão para o lixo

um endereço certo, um destino adequado, e acaba a gente ajudando a prejudicar a natureza. E outra questão muito forte que a gente está vivenciando hoje é a questão da água, o mundo está pedindo socorro porque está morrendo de sede. O nosso estado na cidade de São Paulo, o interior de São Paulo está sofrendo com a seca, nós temos aqui dentro do quilombo muitos mananciais, aonde abastece o rio Ribeira de Iguape e nós estamos nesses mananciais, então a forma de nós viver, de trabalhar, um trabalho bem cultural, há mais de 400 anos, a gente protegeu essa água, a água continua sendo potável. Se a lei intervir na nossa forma de viver, na nossa forma de trabalhar, nós vamos ajudar a contribuir com a falta da água, com a poluição do nosso estado e do nosso planeta. Então a forma de trabalhar nossa é uma forma cultural (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Neste contexto, é destaque também a contribuição dada pelo Ivaporunduva com relação à discussão sobre a sustentabilidade ambiental, mostrando o ponto de vista dos moradores

Assim o empreendimento maior que a comunidade pode adquirir tem que ser trabalhado dentro destas limitações, que é desenvolvimento sustentável, tudo dentro daquilo que você sempre fez, desenvolvimento sustentável pra nós comunidades tradicionais é só uma palavra nova, mas se você for analisar a fundo isso aí, é o que as comunidades tradicionais fizeram a vida toda, você imagine uma comunidade de 400 anos que praticamente maior parte do território dela está intacto, isso significa que está havendo alguma coisa pra isso fica intacto, ninguém está chegando lá e metendo o machado, metendo a foice e derrubando tudo, ou destruindo tudo, então o projeto maior pra comunidade em questão de desenvolvimento da comunidade, é permanecer nessa preservação de acordo com as limitações que a gente tem, crescer em cima disso, tem muita coisa que a gente conseguiu através de parcerias, através de projetos que entra nesse caminho. E tudo que entra nesse caminho é bacana, por exemplo, aqui temos uma fábrica de banana está terminando sua parte estrutural, que também foi conseguido com a comunidade através de que veio pra isso, esse caminho, agregar valor em cima do pouco que você já tem, então quando você está numa linha que é limitada, que é de preservação, e preservação ainda mais daquela identidade, modo de vida seu, que você sempre teve, isso é mais difícil por causa que você tem que analisar, escolher a peça que vai se encaixar e a peça que não vai, o que vai ser bom pra comunidade e o que vai ser ruim, e até o próprio, essa questão na agricultura, questão de certificação, da fábrica, de agregar valor em cima da pouca produção que se tem, é tudo caminhando no desenvolvimento da comunidade, sempre criando novas fontes de renda, mas dentro da sua própria limitação, então acho que o grande desafio é isto mesmo, criar novas fontes de renda dentro das novas limitações que existe hoje¹¹⁰.

Vale comentar aqui que não quer dizer que todos os projetos ocorrem de forma linear. Existem desafios. Alguns projetos começam e depois param e depois retomam, mas o mais importante é que existe um avançar constante.

O Ivaporunduva é, certamente, uma **comunidade empreendedora**. Isso fica muito evidente, inclusive, quando comparado a outras comunidades da região do Vale do Ribeira, que parecem estar realmente paradas no tempo, apesar dos diversos desafios que estão postos bem a sua frente, sempre apresentam as mesmas reclamações, e, dificilmente, verifica-se uma

¹¹⁰ Membro do grupo de turismo, entrevista concedida aos alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira, em 2012.

perspectiva de futuro diferente, ainda mais coletivo. A comunidade atua principalmente com o empreendedorismo social. Verificou-se o enfrentamento de problemas sociais a partir dos recursos disponíveis, da iniciativa coletiva, da pró-atividade e da busca de parceiros para a execução das ações necessárias para melhorar a vida dos moradores em geral.

O interesse pela história e pela cultura do local onde se vive também é um tema importante para o desenvolvimento local, uma vez que são elementos fundamentais para a identificação e para a afirmação da “força local”, como aponta Benevides (2000). Essa força é essencial para resistir ao processo dominante e para obter resultados interessantes no nível local. Observa-se, na fala dos entrevistados, principalmente, dos adultos e idosos, uma clareza sobre a importância da história e da cultura e, ao mesmo tempo, a preocupação com a preservação deste conhecimento e dos costumes da comunidade

Isso foi aquilo que eu falei pra vocês, sempre nas palestras que eu falo, por exemplo, o Ivaporunduva é diferenciado por isso, é uma coisa de pai pra filho, meu guri tem 12 anos, ele vai falar a mesma coisa quase, às vezes muda o jeito de falar, mas a ideia é uma coisa só. Nós temos o primeiro ponto “X”, o que a comunidade visa, a agricultura de subsistência isso não pode perder, isso já vem de 400 anos, isso não perde [...] escravo fazia isso, quando foi pra capoava, meu avô fazia, a agricultura de subsistência é o ponto “X” da coisa, a cultura não pode perder, acho que todo, quando se entra num processo de título de terra, quando se entra em qualquer processo, quando a constituição de 88 fala assim: o governo é obrigado a reconhecer e titular terra de Quilombo, por quê? Porque ele tem uma cultura, então essa cultura não pode perder, se perder, se perde tudo o brilho da comunidade, então essa cultura nunca pode perder de jeito nenhum¹¹¹.

Notou-se que o interesse dos jovens pela história da comunidade se revela como um importante aspecto a ser considerado. De acordo com os resultados da pesquisa “Olhares dos jovens do quilombo Ivaporunduva e da comunidade caiçara Marujá sobre a vida, trabalho e cultura”, “a história da comunidade é de grande interesse para os rapazes e moças [...]. As fontes estimuladoras são os pais e o Sr. Ditão, liderança local. A transmissão das histórias é feita oralmente” (ETEANM, 2013, p. 18).

Entretanto, os adultos têm outra percepção sobre o tema:

Os adultos entrevistados dizem que as histórias são contadas para que os jovens não percam sua identidade e seus costumes, porém os jovens não se atentam para a necessidade de preservar essa memória para o futuro. Os jovens entrevistados parecem não ter ideia da importância de conhecer todas as histórias vividas dos seus ancestrais. O conhecimento está mais ligado ao que é ensinado nas escolas, embora eles saibam que são descendentes desse povo escravo, isso parece distante do seu cotidiano (ETEANM, 2013, p. 26).

Como esclareceu um entrevistado, na prática, as instituições de ensino frequentadas pelas crianças e jovens apresentam conteúdos ainda distantes da realidade dos quilombos.

¹¹¹ Liderança local, membro do grupo de turismo, entrevista concedida para os alunos do subprojeto Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de turismo de base comunitária no Vale do Ribeira, em 2012.

Apesar de a região contar com uma escola diferenciada, voltada para a cultura quilombola, ela não promove, de forma efetiva, a cultura e a história local. Assim, os quilombolas recorrem às ações na própria comunidade e procuram trabalhar junto às crianças e jovens para que eles compreendam e valorizem a sua própria história.

O modelo de organização estabelecido pela comunidade também é entendido pelos entrevistados como cultura: “por que se não fosse a gente ser organizado desde a época da escravidão talvez a gente não estivesse aqui hoje. Então acho que isso é uma parte bem cultural que a gente entende que é uma agregação mesmo¹¹²”. Também foram relatados os desafios para a concretização do trabalho cooperativo na atualidade, uma vez que dentro do quilombo procura-se trabalhar com uma visão coletiva e de ajuda mútua. Contudo a televisão, o rádio, as organizações, a legislação, e até mesmo as políticas impulsionam as pessoas para o individualismo, como relata um entrevistado:

Muito resgate sabe. Isso aí é uma questão, aqui trabalhando o quilombo passou por várias etapas nos últimos 50 anos, vamos dizer assim. Uma das etapas mais difícil que nós passamos nos últimos 50 anos foi a época da ditadura militar, isso ela teve grande influência nos quilombos porque boa parte da sua cultura teve que ser abandonada, e a população teve que ser expulsa da terra e ir para a cidade. Então aquele que sobrou aqui, a forma dele viver fez que a cultura fosse prejudicada, hoje esse trabalho é um trabalho de resgate. O mutirão, por exemplo, está bem tímido, porque, por conta de que a lei vem espremendo você para um não ajudar o outro, espremendo você para o individualismo, né (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Cabe destacar que, além dos meios de comunicação, a legislação ambiental também prejudicou significativamente a cultura das comunidades, uma vez que interfere nas práticas cotidianas e na relação de uso da natureza. Consequentemente muito conhecimento já se perdeu devido às restrições ambientais.

Por fim, nota-se que em alguns aspectos a comunidade parece ser a mesma de antigamente, segue abaixo uma cena descrita por Queiroz (2006) em seu estudo realizado no final da década de 1970:

Onde é maior a concentração de moradias – em torno da capela -, é aí que transcorre a vida social do povoado: reunião dos homens aos domingos, brincadeiras das crianças, conversas do cotidiano, circulação mais intensa de transeuntes, tudo em meio a numerosas galinhas (p. 36).

Ainda hoje os moradores se reúnem no mesmo local, enquanto homens e mulheres conversam, as crianças brincam, e as galinhas continuam fazendo parte da paisagem.

¹¹² Liderança local, membro do grupo de turismo, entrevista concedida em 2014.

6.2.4 Elementos que evidenciam a relação entre o desenvolvimento local e o turismo no Ivaporunduva

A partir das informações coletadas observou-se que tanto **o fluxo quanto a renda do turismo vem aumentando** de forma significativa na comunidade. O turismo, hoje, é a segunda principal fonte de renda da comunidade.

O **número de integrantes do grupo de turismo também cresceu**, passando de aproximadamente 30 pessoas em 2006 (BASTOS; BORNIA, 2006) para cerca de 70 pessoas atualmente.

Segundo Bastos e Bornia, no ano de 2005, “20 escolas de Ensino Fundamental, Médio e Faculdades, provenientes principalmente da cidade de São Paulo, visitaram o quilombo” (2006 p. 41). Em 2012, a comunidade já recebia uma média de 80 escolas por ano e a receita do turismo, segundo uma das lideranças, girava em torno de R\$ 80.000,00 e R\$100.000,00. Naquele momento, também havia o entendimento de que o potencial do turismo local era maior e com algumas melhorias e avanços, como a emissão de nota fiscal e mais capacitação das pessoas na comunidade, esse potencial seria facilmente alcançado.

Ainda que a prioridade de uso do dinheiro do turismo seja sua distribuição entre os moradores e famílias, uma porcentagem da receita é direcionada para o fundo comunitário, o que permite que esse recurso seja utilizado para demandas gerais da comunidade. Ao dialogar com algumas lideranças sobre **a contribuição do recurso do turismo para o fundo comunitário**, foi possível compreender que, atualmente, o dinheiro do turismo contribui mais com a Associação do que a comercialização da banana orgânica, por exemplo, principal fonte de renda da comunidade. Isso porque como a venda da banana ocorre na maioria das vezes por meio de licitações junto às prefeituras municipais, é necessário que o preço seja o menor possível para que os agricultores do Ivaporunduva possam concorrer com outros fornecedores.

Percebe-se, portanto, que o turismo é uma atividade financeiramente importante para a comunidade e fundamental para a composição do fundo comunitário. O dinheiro em caixa dá agilidade e viabiliza, por exemplo, a manutenção de equipamentos como o caminhão, carro, moto, trator e climatizadora, que são essenciais para as atividades da comunidade, mas que possuem um alto custo de manutenção e conserto.

Uma liderança ressaltou que esse tipo de manutenção é necessária para a comunidade e se não houver dinheiro em caixa, não é possível realizar esses reparos rapidamente, como no

caso da climatizadora que queimou e custou R\$ 7.000,00 para ser reparada e do carro que também teve um problema e o conserto custou R\$ 11.000,00.

Cabe dizer que, dificilmente, uma comunidade do Vale do Ribeira tem esse dinheiro disponível para o conserto de seus equipamentos, o que gera a inutilização do equipamento ou a demora para consertá-lo, a depender do apoio oferecido pela prefeitura ou por alguma outra instituição.

O entrevistado afirmou ainda que, em 2013, a receita geral de produtos e serviços comercializados na comunidade foi de aproximadamente R\$ 1.000.000,00, sendo R\$ 700.000,00 provenientes da venda de produtos agrícolas - para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (R\$ 400.000) e para Prefeitura Municipal (R\$ 300.000,00)-, além da receita obtida com o turismo, em torno de R\$ 300.000,00. Cabe ressaltar, mais uma vez, que dificilmente uma comunidade do Vale do Ribeira tem uma receita anual como essa. Este entrevistado também informou que, no final do ano de 2013, o fundo comunitário contava com um saldo de cerca de R\$ 25.000,00 provenientes das atividades do turismo e um pouco menos que isso provenientes da agricultura.

O turismo também é importante para a composição da renda familiar. Para alguns moradores, a atividade chega a corresponder a 50% do seu orçamento (ETEAM, 2013). Também proporciona uma renda significativa para as mulheres, pois possibilita que elas tenham o seu próprio dinheiro, o que para muitas significa ter independência financeira.

Os depoimentos abaixo mostram a percepção sobre a renda obtida com o turismo.

Mas é um bom valor. Por que é um bom valor? Porque ele não vive daquilo. O enriquecimento. A gente tem que deixar bem claro para o cara que vem trabalhar com o turismo da comunidade, que não pode pensar em viver do turismo. Ele tem que pensar que o turismo, ele vai enriquecer o orçamento dele. É uma complementação de renda (Liderança local, agricultor, monitor ambiental, 59 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

Por exemplo, no caso de enchente, ou quando o caminhão quebra, muitas vezes a comunidade pode ficar prejudicada e vulnerável, então o que sustentou o quilombo nesse meio tempo, foi mais assim o turismo. O turismo ele cresceu um pouco, depois tem dado assim uma boa... um bom melhor orçamento pra... Eu lembro que no ano passado nós tivemos um saldo no final do ano nos últimos seis meses na ordem de quase 30 mil livre de tudo, ganhamos dinheiro e ainda sobro para a Associação essa importância. Isso foi indicativo que esse ano ainda vai ser melhor. Então quer dizer que o turismo aqui não tem objetivo de sobra dinheiro porque o objetivo do turismo é com que o dinheiro vá para as famílias de uma forma ou de outra vá para as famílias e sobro através dos preços que a gente paga aqui. Cada um sobro um valor legal e que foi satisfatório, então eu acho que foi a nossa sorte também porque os que tá na beira do rio que têm banana uma boa parte deles trabalha no turismo, aí a mulher trabalha, a senhorinha trabalha no artesanato, o outro é monitor, enfim. E foi a nossa sorte se não tava meio complicado¹¹³.

¹¹³ Liderança local, membro do grupo de turismo, entrevista concedida em 2012, para os alunos dos subprojetos Formação da consciência política e turismo: levantamento de histórias de repressão nas comunidades anfitriãs do

Além disso, o turismo contribui para a **diversificação das atividades da comunidade**, de forma que não haja concentração significativa no uso dos recursos naturais, uma vez que a legislação ambiental limita outras atividades como a roça. Portanto o turismo é entendido pela comunidade como uma alternativa que contribui para a conservação da natureza, como apresenta o depoimento abaixo.

Então a gente encara como um desafio para não deixar cair, tipo porque se falar vamos parar com o turismo, tipo acaba também porque a pessoa vai deixar de preservar, vai deixar de ter essas trilhas, esses eventos que a criançada gosta de fazer, então eu creio que seja um desafio não em termos financeiros também, mas porque todo mundo que vem aqui fala “olha eu daria minha vida para morar aqui, porque lá para fora o tanto de poluição que tem”. O pessoal sempre reclama. A gente encara como um desafio para estar preservando, ao mesmo tempo ganhando, tipo também nossa fonte de renda, que mais valioso nada impede que a gente trabalha muito com essa hipótese, de natureza mesmo, a gente não é um turismo, é etnocomunitário, mas visando a natureza mesmo, a preservação. Para a gente nem é tanto pela... Hoje a gente vai ganhar dinheiro não, a gente vai apresentar para eles o que a gente tem de melhor, que a gente preserva e para ver a nossa luta de dia a dia, que é essa aí, a realidade. Então, se a gente não preservar não vai ter, então tem que preservar para os filhos, netos, mais tarde, poder estar ainda utilizando e possuindo isso aqui, que é de melhor que tem (Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014).

A visão de que o turismo em áreas naturais não polui também deve ser melhor discutida. Certamente é uma atividade que, do ponto de vista local, como ocorre no Ivaporunduva e em muitas outras áreas, não desmata e, sendo assim, para as pessoas que vivem com a lei ambiental direcionando a sua vida, parece ser uma boa alternativa. Contudo, como enfatizam autores como Ouriques (2005), o turismo é uma atividade essencialmente capitalista, baseia-se no consumo e na racionalidade da exploração dos recursos naturais e, para acontecer, mesmo em áreas de naturais, pode gerar resíduos e poluição.

Com relação à **interferência do turismo na cultura local**, procurou-se identificar aspectos positivos e negativos da relação entre turismo e cultura, tomando como base o contato entre visitantes e visitados. Este certamente é um tema muito discutido pelos estudiosos da área e pouco considerado pelo mercado turístico. No mais, trata-se de um grande desafio para os que se propõem a receber visitantes em suas comunidades.

No Ivaporunduva, a interferência é evidente, entretanto, grande parte dos entrevistados afirma que o turismo não intervém na cultura da comunidade de forma negativa; ao contrário, destaca-se como um agente que valoriza a história e a identidade local.

Segundo um morador entrevistado, o turismo colaborou para o resgate de tradições que estavam se perdendo na comunidade, como as festividades. Além disso, também

possibilitou a valorização dos artistas e artesãos locais. Um dos artistas entrevistados disse que a música é um atrativo para os visitantes e o interesse deles o influencia a continuar cantando e compondo, pois se sente valorizado. Para outro entrevistado

a comunidade ela fica mais viva com a entrada do turismo, você faz uma atividade quando se fala de um turismo étnico – cultural, você apresenta um conteúdo que existe em sua comunidade, ele tem como se reviver com o turismo e tal você não deixa desejar o princípio de sua vivência, de sua comunidade, a sua tradição, a sua origem, então tudo isso ele está ligado a questão do afeto e a tradição da comunidade¹¹⁴.

Ao serem questionados sobre algum possível rompimento de atividades culturais praticadas pelos moradores a partir da implementação da atividade turística, alguns entrevistados informaram que houve, pelo contrário, a valorização da cultura local. Outros afirmaram que por vezes as pessoas precisam deixar suas atividades para atender os visitantes. Além disso, foi comentado que as práticas culturais que se perderam ao longo dos anos não estão, necessariamente, relacionadas ao turismo (ETEANM, 2013).

O turismo contribui para que a história da comunidade seja contada e recontada frequentemente. Como a atividade envolve grande quantidade de pessoas da comunidade, essas pessoas, principalmente os mais jovens, têm a possibilidade de aprender continuamente sobre a história da comunidade e sobre o seu próprio local e, ainda, de recriar sua história, como apontou um agente de viagens que atua junto ao Ivaporunduva. Cabe ressaltar que não se trata de afirmar que o turismo deva ser considerado o principal caminho para a valorização da história e da cultura de uma comunidade, e sim de enfatizar a contribuição que esta atividade pode dar, como afirma um dos entrevistados:

Então uma coisa muito importante é isso aí que nós estava comentando. Esse lance da qualificação e do interesse do próprio morador e a identificação, o valor da identificação pela sua origem, sua tradição, seu modo de ser, isso foi o mais importante. A ideia do turismo, além de agregar as pessoas a ele, era de as pessoas também a oportunidade de entender seu valor histórico e a sua identificação e porque de nós tá nesse cenário, enfim, ter o entendimento da sua origem. Esse é um dos que hoje fica mais claro isso. Você vai na comunidade, se conversa com qualquer um, mesmas informação que eu estou te dando, ela vai te dar, então isso é o legal, que todo mundo sabe o que é importante pra ele e pra comunidade¹¹⁵.

Diante disso, os moradores têm autonomia para expor a história que a comunidade quer contar para os visitantes e podem apresentar cenários, produtos e serviços adaptados para

¹¹⁴ Membro do grupo de turismo, entrevista concedida aos alunos do subprojeto Identidade, território e participação: um estudo psicossocial sobre a experiência de turismo de base comunitária no quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira/SP, em 2012.

¹¹⁵ Membro do grupo de turismo, entrevista concedida aos alunos do subprojeto Identidade, território e participação: um estudo psicossocial sobre a experiência de turismo de base comunitária no quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira/SP, em 2012.

o turista. Ainda que essa prática seja entendida como simulacro – algo muito criticado pela academia – no caso do Ivaporunduva, a comunidade decide o que quer ou não mostrar, de acordo com o seu próprio interesse e com o interesse dos visitantes.

Para a maior parte dos entrevistados, o contato com o turista é positivo. De acordo com um dos integrantes do grupo de turismo “eles aprendem com nós e nós aprendemos com eles. É uma troca”¹¹⁶. Dessa forma, na relação entre visitante e morador se estabelece uma troca de experiência interessante, uma vez que o turista traz seu conhecimento sobre a vida fora da comunidade.

Quase 73% dos entrevistados do subprojeto “Olhares dos Jovens sobre vida, trabalho e cultura” declararam que notam diferenças entre a cultura da comunidade e a cultura dos turistas. Todos afirmaram que valorizam mais a cultura quilombola, mas a maioria acredita que a presença dos turistas influencia a cultura da comunidade, pois alguns jovens tentam imitar o comportamento e utilizar as mesmas roupas que os turistas. Também foi citado que o turismo colaborou para a socialização, devido à diminuição da vergonha a partir do contato com os turistas (ETEANM, 2013, p. 19).

A partir das considerações acima, evidencia-se que de alguma forma o turismo sempre interfere na dinâmica da comunidade. Entretanto percebe-se que a atividade tem trazido maior conhecimento e reconhecimento para a comunidade.

O inverso também parece ser importante de ser pensado, deve-se ser considerada a possibilidade da cultura local interferir no modo como o turismo será organizado em uma comunidade. No Ivaporunduva isso é evidenciado tanto na organização da atividade, que foi construída a partir das experiências anteriores de organização comunitária como na perspectiva da incorporação dos valores e do modo de vida local no turismo.

Outros aspectos relevantes são as formas de trabalho e as relações de reciprocidade e trocas ainda presentes na comunidade. Abramovay (1992) apresenta toda a complexidade social, cultural e econômica que envolve o modo de vida camponês. Segundo o autor, o camponês não vende a força de trabalho e não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. O campesinato existe para responder a uma necessidade social de reprodução do conjunto da vida familiar, em que os membros trabalham o necessário para o seu sustento, tendo como premissa o balanço entre o trabalho e o consumo. A renda familiar é um todo indivisível e a eficiência do campesinato ocorre de acordo com a capacidade da força de trabalho da família. O autor também aponta a importância das relações sociais estabelecidas

¹¹⁶ Agricultor, coordenador de turismo, 24 anos, ensino médio - entrevista realizada em 2014.

localmente, que têm códigos específicos, e reforça o não isolamento desses grupos que se relacionam com o externo à comunidade.

Portanto, é possível que, justamente a partir de sua diferente visão e compreensão do mundo, de seus valores e de suas práticas, o camponês do Ivaporunduva tenha vislumbrado um turismo diferenciado, menos agressivo, com mais trocas e menos exploração e que ainda possibilite a criação de novos mercados com base em uma economia justa e solidária.

Os entrevistados afirmaram ainda que existe uma consciência de que se o turismo não for bem trabalhado, poderá haver interferências desastrosas na cultura local, como a possibilidade do aumento do consumo de drogas. Diante disso, concluem que o turismo apresenta aspectos positivos para a comunidade porque é resultado do desenvolvimento de uma atividade planejada e controlada.

Esse planejamento abarca aspectos essenciais como limitar a interferência do turismo no dia a dia dos moradores e a decisão de se trabalhar com o público específico de estudantes. Além disso, a preocupação com o controle dos grupos e com as regras e orientações apresentadas para os visitantes permitem minimizar os impactos negativos.

Ademais, também existe uma preocupação em identificar e resolver os problemas assim que eles ocorram. Se acontecer alguma situação em que a comunidade perceba que pode prejudicar ou incomodar moradores ou turistas, os membros do grupo de turismo intervêm para frear tal situação.

Verifica-se, portanto, que no caso do Ivaporunduva o turismo é uma experiência controlada e não um contato com o dia-a-dia normal da comunidade. Como expõe Rabinovici “percebe-se uma certa “blindagem” com as interações entre visitantes e visitados bastante delimitadas e superficiais” (2012, p.160). O que segundo a autora, põe a prova uma importante premissa do turismo de base comunitária, que se propõe a contatos genuínos.

Existe, ainda, uma preocupação em melhorar o desenvolvimento do trabalho, em inovar e em apresentar atividades diferentes para os visitantes, o que necessariamente requer planejamento e organização, bem como avaliação do trabalho que está sendo realizado. Assim, o **planejamento, a organização e o monitoramento do turismo** na comunidade é outro componente importante e que contribui para o desenvolvimento local. Além disso, de acordo com os entrevistados, as discussões sobre as atividades turísticas estão frequentemente nas pautas de reuniões do Ivaporunduva, o que demonstra a **importância estratégica da atividade para a comunidade**.

A **relação do turismo com outras atividades econômicas locais** é outro importante aspecto que deve ser considerado na análise da contribuição da atividade para o desenvolvimento local.

Como destacado por alguns entrevistados, o artesanato sempre existiu no Ivaporunduva, entretanto, no passado, peças como a gamela, o cesto e o tipiti eram confeccionados somente para o uso dos moradores no seu dia a dia. Desta forma, as(os) artesãs(ãos) não tinham experiência em fazer o artesanato para a comercialização, o que teve que ser aprendido. Foi necessário pensar a produção do artesanato para o turista e, conseqüentemente, desenvolver produtos menores que poderiam ser levados na bagagem. Esse processo demandou uma organização para a produção do artesanato que culminou na criação de um grupo de trabalho específico.

Atualmente o artesanato é produzido para obter uma complementação de renda familiar. A pousada é o principal local de venda e de exposição dos produtos. Os turistas também influenciam a produção e o trabalho dos artesãos dando ideias e opiniões (ETEANM, 2013). A renda obtida com a venda de artesanatos gira em torno de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 por grupo de visitantes compostos por 40 a 50 pessoas; mas, eventualmente, as vendas alcançam R\$ 1200,00 em uma única visita. O montante é significativo para as pessoas envolvidas com essa atividade, principalmente para as mulheres que, a partir do seu trabalho, conseguem ter seu próprio dinheiro.

Certamente o turismo fortaleceu o trabalho dos artesãos da comunidade e hoje é a principal forma de escoamento dos produtos. Em contrapartida, os artesãos também participam de feiras de artesanatos, como por exemplo, no evento Revelando São Paulo – Festival da Paulista Cultura Tradicional¹¹⁷ (ETEANM, 2013) e ali colaboraram com a promoção do destino Ivaporunduva. Assim, uma atividade fortalece a outra.

O turismo também contribui com a agricultura no Ivaporunduva. Para abastecer a pousada são adquiridos alimentos dos diferentes agricultores locais. De acordo com o coordenador de turismo, o volume e a rotatividade das compras dependem da demanda de visitantes e da disponibilidade dos produtos.

Sobre o **futuro do turismo na comunidade**, existe uma expectativa de que as atividades turísticas sejam melhoradas. Hoje há quem queira que o turismo cresça ainda mais, mas também têm aqueles que consideram que o fluxo existente já é suficiente. A coordenação de turismo entende que o futuro da atividade dependerá da demanda das escolas, dos

¹¹⁷ Organizado anualmente pela instituição Abaçaí Cultura e Arte com recursos da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.abacai.org.br/revelando.php>. Acesso em: 25 de julho de 2015.

interesses daqui para frente e da oferta de atividades disponíveis localmente. Uma liderança comentou¹¹⁸ sobre a possibilidade de o turismo que ocorre na comunidade acabar, tendo como base a compreensão sobre o ciclo de vida da atividade turística em um destino, o que demonstra, mais uma vez, o domínio técnico sobre o assunto.

Entretanto, nota-se que a forma como o turismo foi e continua sendo estruturado no Ivaporunduva se apresenta como contrária ao formato de destinos que foram sucumbidos pelo ciclo de vida do turismo, baseado na exploração dos recursos, no grande número de visitantes e na moda, portanto tem muito mais possibilidade de se sustentar e se transformar, caso seja necessário.

Em suma, a partir da discussão dos elementos-base apresentados neste capítulo, entende-se que a experiência de turismo do Ivaporunduva integra um arranjo maior da comunidade, foi construída tendo como alicerce *a participação que considera as pessoas, a história e o modo de vida* e tem um norte bem definido, *o desenvolvimento que promove a melhoria da vida na comunidade, a partir dos olhos e interesses dos moradores*. Desta forma, quando o alicerce é bem feito e o norte é claro, os caminhos se abrem.

¹¹⁸ Palestra realizada no I Seminário de Turismo de Base Comunitária de Iporanga, em janeiro de 2015.

7. Considerações finais

O Ivaporunduva propõe e experimenta na prática um modelo de desenvolvimento que considera questões sociais, culturais, econômicas e ambientais, e visa, sobretudo, a construção de alternativas que permitam que a comunidade viva com dignidade. Vivencia, portanto, uma situação totalmente oposta ao que foi relatado no estudo realizado pelo antropólogo Renato da Silva Queiroz, no final da década de 1970, no qual apresenta o esfacelamento da comunidade. Segundo o autor, na época, praticamente não se observava mais iniciativas de trabalhos cooperativos no bairro, os jovens estavam deixando a localidade a procura de trabalhos que pudessem contribuir com o sustento do restante da família que permanecia no quilombo e a comunidade marchava para a incorporação ao capitalismo (QUEIROZ, 2006).

A transformação social e econômica ocorrida nos últimos anos no Ivaporunduva é resultado da organização social e política, da conquista de direitos e da oportunidade de estudo, de trabalho e de renda. Essa transformação foi construída com base na inclusão, na autonomia, na geração de capacidades individuais e coletivas e no fortalecimento comunitário, como se procurou demonstrar ao longo desta pesquisa. Gerou, ainda, um empoderamento da comunidade, dotando-a de uma situação de destaque quando comparada às outras comunidades tradicionais brasileiras e às outras comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

O processo de desenvolvimento do Ivaporunduva inclui desafios constantes, acertos e erros, entretanto o efetivo envolvimento e participação nas discussões e a consideração da identidade cultural, da história e das vocações locais, resultam em decisões que potencializam a transformação dos conhecimentos tradicionais, técnicos e científicos em novos saberes e experiências que colaboram para a solução dos problemas e dos desafios atuais.

As atividades turísticas também foram e estão sendo pensadas, planejadas e organizadas a partir desse contexto, o que resultou na produção de um turismo diferenciado, distinto daquele que se vê na maioria dos lugares. Não se trata de um turismo que mais prejudica o local do que traz benefícios, como se pode observar em projetos turísticos em outras localidades brasileiras, que acaba beneficiando poucas pessoas, normalmente os investidores externos. O turismo que ali acontece pode ser chamado de BOM turismo, isso porque desperta, estimula, inclui, valoriza, conserva os valores e crenças e desenvolve a economia da e na comunidade. Ou seja, possui um forte componente de justiça e equidade social.

A experiência do Ivaporunduva incorpora, dessa forma, importantes premissas relacionadas ao turismo de base comunitária, ou comunitário, conforme apresentado no capítulo de bases teóricas. Ademais, apresenta interessantes alternativas de como colocar essas premissas em prática e, diante disso, pode se tornar uma importante referência em âmbito nacional para outras comunidades, quilombolas ou não, que já atuam com o turismo ou que pretendem atuar.

O turismo construído na e pela comunidade tem uma identidade bem definida, qualificada como ecoetnoturismo, alicerçada em aspectos histórico-culturais, étnico-raciais e socioambientais locais, que se propõe, por meio de um exercício de alteridade junto aos visitantes, a construir espaços de diálogos e de letramento destas temáticas. Espaços estes muito necessários, mas ainda pouco existentes na nossa sociedade.

No Quilombo Ivaporunduva articula-se, portanto, o ecoetnoturismo com sua perspectiva identitária e o turismo de base comunitária com a perspectiva de participação e gestão coletiva da atividade no território; ambos contribuem para a construção e a compreensão da dimensão política do turismo.

A pergunta inicial desta pesquisa buscava entender em quais contextos o turismo de base comunitária estaria mais propício a sua concretização. No caso do Ivaporunduva, esse processo foi possibilitado por dois aspectos iniciais essenciais: a autonomia no território e a organização da comunidade. É evidente que a possibilidade real de desenvolvimento do turismo em uma comunidade dependerá do contexto de cada localidade, entretanto parece ser fundamental considerar esses dois aspectos em qualquer experiência de turismo de base comunitária. Caso ainda não exista uma organização na comunidade e/ou a situação territorial esteja indefinida, cabe fomentar ações voltadas à regularização fundiária e à organização comunitária, além de projetos que agreguem valor a o que a comunidade já realiza. Antes de promover o turismo é preciso que a comunidade se fortaleça e se empodere, isso porque muito dificilmente o turismo, isoladamente, resulta em organização comunitária e, portanto, a atividade precisa estar inserida em um projeto local mais amplo.

No Ivaporunduva o turismo também se constitui como um instrumento para o fortalecimento da gestão democrática local, na medida em que foi pensado como uma das estratégias para o desenvolvimento local, capaz de contribuir para a fixação das pessoas na localidade. Assim, o turismo também é compreendido como uma atividade que gera espaços de participação e de socialização de experiências na comunidade.

Esta pesquisa, de acordo com seus objetivos, possibilitou que fossem aprofundadas as discussões sobre os elementos que dão base para que o turismo se desenvolva de forma

satisfatória no Quilombo Ivaporunduva, e trouxe a luz os caminhos percorridos pelos moradores. Esses elementos-base foram identificados, sobretudo, a partir da compreensão da história do turismo na comunidade. Nesse sentido, pode-se dizer que a experiência de turismo do Ivaporunduva revela-se como o resultado da combinação de diversos fatores internos e externos a ela.

A organização comunitária consolidada no Ivaporunduva é um dos principais alicerces do desenvolvimento de turismo. Portanto, após investigar de que forma a participação contribuiu ou contribui para o desenvolvimento do turismo nesta comunidade, é possível afirmar que existe uma estreita relação entre a participação e o desenvolvimento do turismo.

A partir da força da organização interna, a comunidade articulou parcerias com órgãos públicos, ONGs, empresas e, principalmente, com agências de turismo. Assim, “cavou” espaços e abriu caminhos para a consolidação do Ivaporunduva como um destino de turismo pedagógico no Vale do Ribeira.

Se sobressaem, ainda, alguns outros elementos primordiais para o desenvolvimento do turismo da comunidade, como os espaços de socialização e de decisão com relação à atividade, a atuação das lideranças, a adoção de diferentes e contínuas estratégias de envolvimento dos moradores, a opção pelo ecoetnoturismo voltado para as escolas, a qualificação para a atividade e a demanda real de visitantes.

A qualificação profissional é outro elemento essencial para a sustentabilidade e gestão autônoma da atividade. Geralmente, a continuidade das ações depende muito mais da qualificação das pessoas da comunidade para a atuação junto ao turismo do que do dinheiro para a estruturação da atividade - não que esse último não seja importante. Contudo, não se trata de uma qualificação voltada somente para o atendimento ao turista ou para a contabilidade; deve-se articular uma qualificação que permita a compreensão do mercado turístico de forma crítica e que ao mesmo tempo agregue o conhecimento das pessoas e do local na construção do turismo desejado.

Outro objetivo desta pesquisa era analisar a contribuição do turismo para o desenvolvimento local. A partir das informações colhidas, é possível afirmar a efetividade dessa contribuição. A pesquisa pretendeu, ainda, esmiuçar em que bases isso acontece e como essa contribuição ocorre na prática. Entre os resultados encontrados estão: a contribuição da atividade para a renda familiar, a interferência positiva do turismo na cultura local, o aporte de recursos para o fundo comunitário e a relação recíproca de fortalecimento junto às outras atividades econômicas da localidade, como o artesanato e a agricultura.

Contudo, cabe dizer que essa conexão entre o turismo e o fomento ao desenvolvimento local não ocorreu de forma espontânea e por acaso. No Ivaporunduva foram pensadas e construídas estratégias que direcionam o turismo para o desenvolvimento local. Essas estratégias foram tecidas gradualmente e vêm contribuindo para o enriquecimento do capital social e dos laços econômicos locais de forma cooperativa e solidária.

Neste sentido, pode-se afirmar que experiências de turismo em comunidades necessitam da construção e da incorporação de estratégias que promovam a formação de redes solidárias de gestão e serviços turísticos no âmbito local, que permitam a atuação cooperativa a fim de que possam contribuir de fato para o desenvolvimento local e regional.

O desenvolvimento do Ivaporunduva tem sustentação também em outras atividades, além do turismo e no modo de vida e valores da comunidade. É evidente que essa comunidade sempre disputou sua terra não só para a sua sobrevivência econômica e cultural, mas também por um modelo de desenvolvimento diferente, o que sinaliza uma capacidade de apresentar caminhos de enfrentamento ou alternativos ao que está posto, estruturados a partir da compreensão da sua própria história e das perspectivas pretendidas pelos moradores.

Contudo, verificou-se que o Ivaporunduva - que se desenvolve de uma forma não capitalista - no trabalho cotidiano do turismo se relaciona diretamente com o modo de produção capitalista, na medida em que a maior parte ou a totalidade dos recursos que chegam à comunidade, tanto pelas agências quanto pelas escolas, são oriundos desse sistema. Entretanto, ao ingressar na comunidade, é possível perceber que a forma adotada para a organização da atividade permite a distribuição desses recursos dentro de outra lógica, não a capitalista, uma vez que beneficia os envolvidos diretamente e a comunidade em geral. Portanto, o que ocorre no Ivaporunduva não é um enfrentamento direto ao capitalismo por meio do turismo. A atividade se desenvolve conjugada a este, contudo apresenta outras possibilidades, mais justas e inclusivas.

Além disso, por meio do turismo divulgam e promovem outras formas de se relacionar com a natureza, com o dinheiro, com o trabalho, com o local onde se vive e com os valores da comunidade. Esse pode ser um caminho interessante do ponto de vista da intersecção entre mercados capitalistas e não capitalistas, entre as pessoas que vivem no capitalismo e que, portanto, só conhecem esse sistema e as pessoas criadas no mundo não capitalista, ou que, pelo menos, vivenciam também práticas não capitalistas. Mais que isso, a troca cultural como uma das premissas do turismo pode propiciar transformações interessantes nos visitantes, que também são atores importantes na perspectiva do desenvolvimento justo e ambientalmente sustentável.

Nesse contexto, também se coloca a oportunidade de viabilizar e de criar novos mercados, cooperativos, solidários e saudáveis. Isso porque o mercado também é resultado das relações sociais e, portanto pode ser moldado de acordo com o interesse da sociedade.

Cabe ressaltar que isso demanda das comunidades uma postura e uma prática totalmente antagônica ao que se presencia hoje, majoritariamente, na sociedade contemporânea que mercantiliza tudo e todos. Pressupõe um comportamento muito mais coletivo do que individual; necessita confiar mais nas capacidades locais do que nas forças globais; demanda uma abordagem mais humana do que econômica. Certamente é “remar contra a maré” a partir de uma experiência pontual de âmbito e de poder local. As falas das entrevistas, destacadas nos capítulos 5 e 6 destacam essa situação no Ivaporunduva, como diferenciação ao modelo dominante.

Por sua vez, a construção desse mercado solidário do turismo não compete somente às comunidades que recebem os visitantes. É necessário pensar em toda a cadeia produtiva envolvida no turismo e, sobretudo, no interesse do turista. A boa notícia é que esse movimento está em construção, já é realidade em muitos locais onde existe a oferta de serviços e produtos mais solidários e existe um número cada vez maior de pessoas interessadas nesse tipo de mercado. Contudo, esta pesquisa não analisou este aspecto, o qual merece ser tratado e aprofundado em trabalhos futuros.

Para além da discussão sobre o turismo e considerando o contexto geral da comunidade e a luta dos quilombolas da região do Vale do Ribeira, ou até mesmo do Brasil, é possível afirmar que as ações empreendidas por estes interferem nas estruturas econômicas e sociais enraizadas no Brasil. Certamente, o direito de propriedade adquirido pelos remanescentes de quilombos a partir da Constituição de 1988 e a possibilidade da propriedade coletiva para os quilombolas atingem, de alguma forma, pontos muito caros do modelo atual de desenvolvimento baseado no capitalismo, como a questão fundiária, a distribuição da terra e a propriedade privada individual. Essa situação pode ter uma influência ainda mais significativa quando se verifica a quantidade de remanescentes de quilombos existentes no Brasil¹¹⁹, o tamanho da área utilizada por essas comunidades (geralmente são grandes áreas com baixa densidade) e a importância dos recursos naturais ainda bem conservados presentes nestas localidades, recursos que, diante da crise ambiental atual, serão cada vez mais disputados.

¹¹⁹ De acordo com Oliveira (2010), de 1996 a 2009, mais de 4.000 associações de remanescentes de quilombo foram constituídas no Brasil, além disso, muitos remanescentes ainda nem foram identificados.

Entretanto, a efetivação do direito à propriedade, como foi apresentado na experiência do Quilombo Ivaporunduva, demanda um caminho longo e de muitas batalhas no nível local, estadual e nacional, com fazendeiros, grandes empresas e com o poder público. Portanto, o território quilombola questiona a estrutura econômica vigente baseada no grande latifúndio, mas, certamente, é uma “queda de braço” em cada canto do Brasil, e uma queda de braço entre forças desiguais.

É pertinente ainda dizer que grande parte das regiões consideradas *Hot Spot*¹²⁰ de ecologia global são habitadas por populações tradicionais, portanto, pode-se considerar que esses grupos e o seu modo de vida colaboram para a biodiversidade. Nesse contexto, é fundamental compreender a conservação ambiental a partir dos olhos dessas comunidades, respeitando seu território e o conhecimento que elas possuem. Além disso, é importante considerar de fato a contribuição que as comunidades tradicionais podem dar, a partir da experiência de interação entre o ser humano e a natureza, com relação à gestão de áreas naturais e abrir caminhos que permitam e fortaleçam a troca de experiências, entre comunidades, universidades, órgãos gestores de unidades de conservação, organizações não governamentais e outros.

Cabe ainda a reflexão de que nas comunidades tradicionais a vivência integrada à natureza e ao território, a cultura da subsistência (e não do acúmulo), a importância dada às relações sociais e a facilidade de associar o tradicional e o novo articulam-se a partir de uma compreensão sistêmica das coisas, das pessoas, da vida e do ambiente, experiência essa que também pode ser trazida para a dinâmica do turismo, e, desta forma, possibilitar a construção de novos caminhos para esta atividade.

Cada passo dado para a conquista de direitos e oportunidades de melhoria da qualidade de vida dos quilombolas e cada passo dado para o reconhecimento da importância deles na formação social e cultural brasileira e na conservação dos recursos naturais nacionais, pode ser entendido como um passo para a diminuição das enormes injustiças sociais que afetaram e que ainda afetam os negros no Brasil; certamente não se sabe se um dia haverá justiça social capaz de contemplar todas essas injustiças.

Por fim, cabe desejar vida longa ao turismo no Quilombo Ivaporunduva, uma vez que essa experiência, por seus valores e proposta, talvez seja uma necessidade futura mais para

¹²⁰ *Hotspot* foi o termo escolhido em 1988 pelo cientista ambiental inglês Norman Myers, da Oxford University, para identificar regiões que concentram os mais altos níveis de biodiversidade da Terra e que são, ao mesmo tempo, as áreas mais ameaçadas do planeta. Para ser considerada *hotspot*, a área precisa conter, no mínimo, 1500 espécies de plantas endêmicas (que só nascem naquele local) e ter perdido mais de ¾ de sua vegetação original. Disponível em: < <http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/biodiversidade-hotspots-ambientais> > Acesso em: 13 de julho de 2015.

quem visita e vivencia o local do que para quem recebe os visitantes. Com relação a pesquisas futuras, espera-se que essas sejam realizadas a partir dos interesses e necessidades da comunidade e que os pesquisadores logo sejam, também ou principalmente, os jovens quilombolas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** 24 (68), p. 103-119, 2010.
- ALMEIDA, A.C.; SANTOS, A. O.; PAIVA, V. O incremento da participação comunitária em pesquisas sociais: a estratégia de trabalho com o agente local. In: PAIVA, V.; PUPO, L. R.; SEFFNER, F. (Orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos**. Prevenção e Promoção da Saúde: pluralidade de vozes e inovação de práticas. 1 ed. Curitiba: Juruá Editora, v.3, p. 253-268, 2012.
- AMENDOLA, E. C. **Relatório subprojeto**: Olhares dos jovens do quilombo Ivaporunduva e da comunidade caiçara Marujá sobre a vida, trabalho e cultura. Projeto de Pesquisa Experiências de Turismo de Base Comunitária no Vale do Ribeira/SP. Iguape, 2012.
- AMÉRICO, M. C. Quilombo Ivaporunduva: A dialética do Processo Histórico de Aquilombolamento. **Revista Caminhando** v. 18, n. 1, p. 97-106, jan./jun. 2013.
- AMÉRICO, M. C. Quilombo Ivaporunduva: processo histórico e organização social e territorial. **Comunicações**. Piracicaba, 2014. p. 137-152.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação**. PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- BAHL, M. Dimensão Cultural do Turismo Étnico. In: ANSARAH, M. G. dos R.; PANOSSO NETTO, A. (Orgs.). **Segmentação de mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2009.
- BARCELLINI, V.C. et al. Recreational anglers and fishing guides from an estuarine protected area in southeastern Brazil: Socioeconomic characteristics and views on fisheries management. **Ocean & Coastal Management**. 2013; 76: 23-29.
- BASTOS, F. B.; BORNIA L. **Turismo etnocultural no quilombo Ivaporunduva**: uma contribuição ao planejamento participativo. Trabalho de conclusão do curso de pós graduação em Planejamento e marketing de destinos e produtos turísticos. CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC. São Paulo, 2006.
- BEDESCHI, L; ZANCHETTA, M. I. **Cidadania Quilombola**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- BENEVIDES, I. P. “Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local” in: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: HUCITEC, 2000, p.23-41.

BERNINI, C. I. **A Produção da “Natureza Conservada” na Sociedade Moderna: Uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP.** Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2015 (no prelo).

_____. Vale do Ribeira, São Paulo: uma história de conflitos socioambientais. In: MARTINS, A. B. M.; SANTOS, A. de O.; PAIVA, V. (Eds.). **Promovendo os direitos de mulheres, crianças e jovens de comunidades anfitriãs do turismo no Vale do Ribeira.** São Paulo: Instituto Ing_Ong de Planejamento Socioambiental; Ministério do Turismo, 2009.

BIM, J. B. O. **Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo:** conservação, conflitos e soluções socioambientais. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BORDENAVE, J. R. D. **O que é participação.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988.

_____. **Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

_____. **Lei Federal Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

CONSAD. **I Oficina de planejamento estratégico para copa do Brasil em 2014, Vale do Ribeira/SP:** Ações e propostas encaminhadas. Eldorado, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

COUTO, M. O desembrulho. **Revista Brasileira de Ecoturismo.** São Paulo, v.6, n.2, mai/jul -2013, pp.344-351.

CRUZ NETO, O. **O Trabalho de campo como descoberta e criação.** In: MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade. Vozes, Petrópolis, 1994. pp. 51-66

CRUZ, R. C. A.. **Introdução à Geografia do Turismo.** São Paulo: Editora Roca, 2001.

DIEGUES, A. C. **O vale do Ribeira e Litoral de São Paulo:** meio ambiente história e população. CENPEC. Março, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Ed. Hucitec, 2008.

ESCOLA TÉCNICA ENGENHEIRO AGRÔNOMO NARCISO DE MEDEIROS. **Subprojeto:** Autogestão e enraizamento nos empreendimentos de Turismo de Base Comunitária do Vale do Ribeira/SP. Relatório - Dados coletados em campo - Visita técnica no quilombo Ivaporunduva – dia 01/04/2012. Registro, 2012.

ESCOLA TÉCNICA ENGENHEIRO AGRÔNOMO NARCISO DE MEDEIROS. **Subprojeto: Identidade, território e participação: um estudo psicossocial sobre a experiência de turismo de base comunitária no Quilombo Ivaporunduva.** Relatório de Atividades – 2012. Iguape, 2012.

ESCOLA TÉCNICA ENGENHEIRO AGRÔNOMO NARCISO DE MEDEIROS; INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP. **Resultados do Projeto de Pesquisa Experiências de Turismo de Base Comunitária no Vale do Ribeira/SP – Quilombo do Ivaporunduva (Eldorado/SP).** Iguape, 2013. (Relatório de pesquisa).

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Tese de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 1994.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais.** Revista NERA. Edição Especial, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 1981.

FRANÇA, A. M. Vale do Ribeira (SP): **Proposições econômicas, sociais, políticas e ambientais para o crescimento e desenvolvimento sustentável dos municípios da região administrativa de Registro.** Tese de mestrado em economia política. São Paulo: PUC, 2005.

FRANCO, A. **Capital Social e Desenvolvimento Comunitário.** In: o Lugar Mais Desenvolvido do Mundo, 2009. Disponível em <http://api.ning.com/files/zakl57uGM7wLZjvxMp0zUYP5aw6qlP2*YbKX4eizwv81*8l50uRiyWaMts*W3kWt4MPTeMdBtTE1jeVf*ZST2u1h3kN4OSsN/FrancoOlugarmaisdesenvolvidodomundo.pdf> Acesso em: 06 de abril de 2014.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Pólo Ecoturístico Lagamar:** Um estudo de caso. São Paulo, 2004.

FURTADO, C. O. **Formação Econômica do Brasil.** 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIACOMINI, R. L. B. **A territorialidade das comunidades de quilombos no Vale do Ribeira:** do direito étnico a posse definitiva do território. Encontro Nacional de Geografia Agrária, XIX, São Paulo, Anais, 2009, pp. 1-33.

GODARD, O. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F. e WEBER, J. **Gestão de Recursos**

Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, R. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade. Vozes, Petrópolis, 1994. pp. 67-80

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. **Community-Based Tourism: a success?** ICRT Occasional Paper No. 11. GTZ; Responsible Tourism, 2009.

GRAHAM, J.; AMOS, B; PLUPMTRE, T. **Governance principles for Protected Areas in the 21 st Century**. IUCN, Durban. 2003.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERCULANO, S. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. UFF/ICHLACTA.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Relatório Técnico: I Encontro de Turismo em Comunidades Quilombolas**. Registro/SP, 2010. 55p. Disponível em: <http://blog.mma.gov.br/turismoquilombola/files/2010/11/Relato%CC%81rio-Encontro-Quilombola.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

IRVING, M. D. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 501.

ITESP, Fundação Instituto de Terras. **Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Ivaporunduva / Eldorado-SP**. São Paulo, 1998. 64 p.

KLIKSBERG, B. **Seis teses não-convencionais sobre participação**. Revista de Administração Pública/FGV. Rio de Janeiro, v.33, n.3, p. 7-37. mai/jun. 1999.

KNAFOU, R. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. IN: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996. pp. 62-74

KRIPPENDORF, J. **Cartão Vermelho ao Turismo?** Dez Princípios e desafios para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Sec XXI. Rio Grande do Sul: Fórum Social Mundial, 2002.

LIMA, I. G.; MEGLIORINI, E.; CARMO, C. R. S.. **Preços na Bananicultura:** Um estudo dos fatores que influenciam o preço da banana da Região do Vale do Ribeira/SP. Congresso Brasileiro de Custos, XVI, Fortaleza, 2009.

LTDS, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ, 2011

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina**: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. pp. 25-44

MARTINS, A. B. M. Produção do turismo no Vale do Ribeira. In: MARTINS, A. B. M.; SANTOS, A. de O.; PAIVA, V. (Eds.). **Promovendo os direitos de mulheres, crianças e jovens de comunidades anfitriãs do turismo no Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental; São Paulo, 2009.

MENDONÇA, T. C.; IRVING, M. de A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 4, Nº 4, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, 2007.

_____. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Documento Referencial Turismo no Brasil 2011 - 2014**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016 – O Turismo Fazendo Muito Mais pelo Brasil**. Brasília, 2013.

_____. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional. Ministério do Turismo: Florianópolis: SEad/UFSC, 2010.

MASSOLA, G. M. et al. Pré-Iniciação Científica e o ensino de Psicologia para adolescentes por meio do projeto “Identidade, território e participação”. **Memorias del 1er. Congreso de La Asociación Latinoamericana para La Formación y Enseñanza de la Psicología**. Universidad Latina, 2012.

MOCELLIM, A. D. **A comunidade**: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

MORAES, C. C. de A. **Turismo Pedagógico em Quilombos. Considerações sobre a formação de uma comunidade turística**. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. 7-8 Julho 2006; Caxias do Sul, RS, Brasil: Universidade de Caxias do Sul.

NAYYAR, D. **Mundialización y estrategias de desarrollo**: mesa redonda de alto nível sobre comercio y desarrollo: orientaciones para el siglo XXI, X UNCTAD. Bangkok: Naciones Unidas, 2000.

OIT. **Guía práctica sobre la reducción de la pobreza a través del turismo**. Organización Internacional del Trabajo. Ginebra, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

OLIVEIRA, F. M. B. **Mobilizando Oportunidades**: visões sobre o recente movimento social quilombola. 2. ed. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010. v. 1. 250p.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OURIQUES, H. R. Por uma Análise Crítica do Turismo. In: OLIVEIRA NETO, A. F.; BASSINELLO, P. Z. (Org.). **Turismo Diversidade de Olhares e Experiências**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2010.

_____. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.

PEDROSO, F. G. **As experiências do desenvolvimento sustentável do quilombo de Ivaporunduva**: Um estudo de caso na perspectiva da agroecologia. Tese de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2008.

PUPO, P. S. **Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. In: MARTINS, A. B. M.; SANTOS, A. de O.; PAIVA, V. (Eds.). **Promovendo os direitos de mulheres, crianças e jovens de comunidades anfitriãs do turismo no Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Ing_Ong de Planejamento Socioambiental; Ministério do Turismo, 2009.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: A Experiência da Itália Moderna. 5ª Ed. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

QUEIROZ, R. S. **Caipiras Negros no Vale do Ribeira**: um estudo de Antropologia Econômica. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

RABINOVICI, A. Formatando roteiros turísticos quilombolas no entorno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, mai/ago-2012, pp.153-172.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDTURS. **Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitário**. San José de Costa Rica, 2003. Disponível em <<http://www.redturs.org/inicio/docu/DeclaracionSan-Jose-Espa.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2014.

SALOMÃO FILHO, C. Novo estruturalismo jurídico: uma alternativa para o direito? **Revista dos Tribunais**, ano 101, vol. 926, dezembro de 2012.

SALOMÃO FILHO, C.; FERRÃO, B. L. M.; e RIBEIRO, I. C. **Concentração, Estruturas e Desigualdade:** As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda, São Paulo: Idci, 2006.

SANTOS, A. O. Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In: Vera Paiva; José Ricardo Ayres e Cassia Maria Buchalla. (Org.). **Vulnerabilidade e Direitos Humanos.** Prevenção e Promoção da Saúde. Da doença à Cidadania. 1ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012, v. 1, p. 145-163.

SANTOS, A. O. **Turismo e saúde comunitária:** intervenção e pesquisa no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. Tese de doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2004.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto de desenvolvimento do ecoturismo na região da Mata Atlântica no estado de São Paulo 2006-2013.** São Paulo, SMA: 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **The idea of justice.** Cambridge (MA), The Belknap Press, 2009.

SILVA, A. L. F. da. **Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na mata Atlântica brasileira:** Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP. Tese de mestrado. 198 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, E. A. **A Educação Diferenciada para o Fortalecimento da Identidade Quilombola:** Estudo das Comunidades remanescentes de Quilombo do Vale do Ribeira. Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

SILVA, S. R. da. **Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza.** Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, H. **Participação.** Disponível em: <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/apresent/apresent.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

SOUZA, M. J. L. de. Como Pode o Turismo Contribuir Para o Desenvolvimento Local?. In: **Turismo e Desenvolvimento Local.** São Paulo, Hucitec, 2000, pp. 17-22

SVARTMAN, B. ; SANTOS, A. O. ; MARTINS, A. ; CASCO, R. ; SILVA, L. G. G. ; MASSOLA, G. M. . Recherche psychosociale dans des communautés traditionnelles: une analyse de la expérience du programme de pré-initiation scientifique de la Université de São Paulo. **Bulletin de Psychologie**, v. 68(2), p. 115-124, 2015.

TANDAZO, V. P; BURNEO, P. C.; FERRI K. A. **Propuesta metodológica para la evaluación de la factibilidad de proyectos de turismo comunitario.** Caso de estudio: Comunidades Huaorani, Achuar y Shiwiar de la Amazonia Ecuatoriana. *Gestión Turística* N° 15. Enero-junio 2011. pp 21-46

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C.. **Dinâmicas participativas institucionalizadas e produção das políticas públicas.** 6o Encontro da ABCP, Campinas, 2007.

TELLES, V. S. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos. In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

VITAE CIVILIS; WWF-Brasil. **Sociedade e ecoturismo:** na trilha do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Peirópolis, 2003.

WWF - Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de Caso.** Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZACCHI, M. **Referência e Identidade:** o caso da capela de Ivaporunduva.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das iniciativas locais:** uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMUNITÁRIOS

Roteiro utilizado junto aos cinco moradores entrevistados em 2014.

PROTOCOLO DE ENTREVISTA

A. Esclarecimentos metodológicos: explicar, em poucas palavras, o propósito do trabalho.

B. Termo de Aceite – Participação na Pesquisa:

1. Os dados coletados serão utilizados para a ampliação do conhecimento científico sobre Turismo de Base Comunitária e Turismo e Participação. Também serão utilizados para a elaboração de propostas de gestão participativa do turismo em áreas naturais.
2. Os dados poderão eventualmente ser usados na elaboração de material científico (painéis, comunicações, artigos, dissertações, teses, livros) com ou sem a identificação do entrevistado, de acordo com a decisão do informante.
3. O entrevistado terá amplo acesso ao material editado e também ao relatório produzido, podendo sugerir alterações.
4. A qualquer tempo, o entrevistado poderá solicitar a supressão de seus depoimentos usados nos relatórios.
5. Os entrevistados serão convidados a participar de um fórum para apresentação dos resultados e trocas de informações.
6. Caso o informante permita, a entrevista será gravada e posteriormente transcrita.

Roteiro

Identificação do entrevistado: nome, idade, grau de instrução, tempo que vive na comunidade.

- 1) Quais os principais desafios enfrentados pela comunidade atualmente?
- 2) De que forma esses desafios são enfrentados?
- 3) O que você pensa sobre o turismo? Quais são as vantagens e desvantagens do turismo para o bairro? Qual é a importância do turismo para o Quilombo Ivaporunduva?
- 4) Qual é o seu papel/função com relação ao turismo no bairro? **Detalhar as atribuições dos coordenadores do grupo de turismo (por que 2 coordenadores?).**
- 5) Você participa das decisões sobre o turismo na comunidade? Já participou de uma decisão importante com relação ao turismo no bairro? Qual? As decisões são respeitadas?
- 6) Nos assuntos relacionados à visitação/turismo, há transparência na comunicação entre os moradores, quais são os canais de comunicação? As informações são transmitidas da mesma maneira para todos?
- 7) Quando há uma divergência de opiniões sobre assuntos ligados ao turismo, como são tratadas as questões? Todos são ouvidos ou o senhor acredita que algumas opiniões de algumas pessoas são privilegiadas?

8) Como se dá a participação dos integrantes do grupo de trabalho de turismo no planejamento, prestação de serviços, avaliação e decisão sobre os recursos financeiros advindos do turismo? Como se dá a interação entre os integrantes do GT de Turismo? Estão estimulados? Sentem que têm poder para interferirem no turismo? Utilizam esse poder?

9) Como ocorre o envolvimento dos jovens, idosos e mulheres nas atividades e prestação de serviços turísticos? E nas decisões sobre o desenvolvimento do turismo?

10) Existem estratégias para estimular a participação dos moradores nas atividades relacionadas ao turismo (gestão e serviços)? Esta participação é um desafio ou ocorre de forma fácil?

11) **Para lideranças/coordenadores de turismo:** Em sua opinião a participação é importante para o desenvolvimento do turismo em uma comunidade? Por quê?

12) Como ocorre a relação entre os visitantes e moradores do bairro? (Interferência cultural, intercâmbio cultural) Como o morador vivencia a experiência do turismo na comunidade?

13) Existem normas para a visitação na comunidade? Quais são? Os turistas costumam obedecer? Você se lembra de algum caso sobre isso que queira comentar?

14) Existem apoiadores/parceiros para o desenvolvimento do turismo na comunidade? Quais são e de que forma atuam?

15) Como é a relação com o mercado externo do turismo (agências de turismo, meios de hospedagem de Eldorado e Iporanga, PETAR, Parque Caverna do Diabo)? Como se dá a relação entre a escola, agência de turismo e GT de Turismo do Ivaporunduva na organização, no desenvolvimento e na avaliação das atividades? Por exemplo, a programação é construída em conjunto? É uma relação de parceria ou somente de prestação de serviço? Existem desafios que são identificados e superados de forma conjunta? **Pergunta para os coordenadores de turismo**

16) Como se dá a relação com as outras comunidades quilombolas no contexto do turismo?

17) Por estar em uma área natural e no município Eldorado, instituições externas (Fundação Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, Prefeitura, Governos Estadual e Federal) interferem de alguma forma no desenvolvimento de atividades turísticas no bairro? Como se dá essa interferência?

a) Como se estabelece o diálogo entre os moradores e estas instituições?

b) Os interesses e anseios da comunidade são levados em consideração por essas instituições?

18) Vocês têm representação/participam de outros fóruns que discutem o turismo na região (Conselhos de parques, COMTUR, Câmara Regional de Turismo –CONSAD, Circuito

Quilombola)? Por que participam ou não participam? Resultados dessa participação **(pergunta para lideranças e coordenadores)**

- 19) Como é realizado o monitoramento dos resultados das ações e projetos implantados no âmbito do visitação/turismo?
- 20) Você acredita que o turismo que ocorre nesta comunidade colabora para a melhoria da vida das pessoas da comunidade? Se sim, de que forma? Poderia colaborar mais? Como?
- 21) Quais foram os avanços conquistados com relação ao turismo na comunidade?
- 22) Na sua visão o movimento do turismo está aumentando, diminuindo ou estabilizado? Isso é bom ou ruim?
- 23) Quais são os desafios e oportunidades atuais do turismo na comunidade?
- 24) Comente sobre o papel das lideranças comunitárias no fomento e organização do turismo na comunidade.
- 25) Qual a relevância do turismo na sua vida e na vida da sua família?
- 26) Como você imagina esta comunidade no futuro? E o turismo na comunidade?
- 27) Como você avalia a sua participação com relação ao turismo na comunidade e aos desafios que você apontou no início desta entrevista?